

MARLZONNI MARRELLI MATOS MAURICIO



SOB A NEGRURA DA RAÇA

UM ESTUDO SOBRE O RACIALISMO NO BRASIL A PARTIR DOS ROMANCES
O MULATO E *O CORTIÇO* DE ALUÍSIO AZEVEDO (1880 – 1890)

Doutorado Acadêmico em História - UFMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO ACADÊMICO

MARLZONNI MARRELLI MATOS MAURICIO

SOB A NEGRURA DA RAÇA

UM ESTUDO SOBRE O RACIALISMO NO BRASIL A PARTIR DOS ROMANCES
O MULATO E O CORTIÇO DE ALUÍSIO AZEVEDO (1880 – 1890)

SÃO LUÍS

2025

MARLZONNI MARRELLI MATOS MAURICIO

SOB A NEGRURA DA RAÇA

UM ESTUDO SOBRE O RACIALISMO NO BRASIL A PARTIR DOS ROMANCES
O MULATO E O CORTIÇO DE ALUÍSIO AZEVEDO (1880 – 1890)

Tese apresentada à Universidade Federal do Maranhão, como parte dos requisitos do Programa de Pós-Graduação em História, PPGHIS, para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientação: Prof. Dr. Marcus Vinicius de Abreu Baccega

Área de concentração: História e Conexões Atlânticas

Linha de Pesquisa: Linguagens, Religiosidades e Culturas

SÃO LUÍS

2025

**Dados fornecidos pelo autor de acordo com SIGAA/Biblioteca
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA**

Mauricio, Marlzonni Marrelli Matos.

Sob a negrura da raça : um estudo sobre o racismo no Brasil a partir dos romances O mulato e O cortiço de Aluísio Azevedo 1880 – 1890 / Marlzonni Marrelli Matos Mauricio. – 2025.
135 f.

Orientador : Marcus Vinicius de Abreu Baccega.

Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História / CCH, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025.

1. Literatura. 2. Representação. 3. Brasil. 4. Século XIX. 5. Racialismo. I. Baccega. II. Título.

* **Capa:** TENNEY, Sanborn. **Elements of Zoölogy.** A text-book. New York: Scribner, Armstrong & Co., Publishers, 1875, p. 71.

MARLZONNI MARRELLI MATOS MAURICIO

SOB A NEGRURA DA RAÇA

UM ESTUDO SOBRE O RACIALISMO NO BRASIL A PARTIR DOS ROMANCES
O MULATO E O CORTIÇO DE ALUÍSIO AZEVEDO (1880 – 1890)

Tese apresentada à Universidade Federal do Maranhão, como parte dos requisitos do Programa de Pós-Graduação em História, PPGHIS, para a obtenção do título de Doutor em História.

Aprovada em 12 de junho de 2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcus Vinicius de Abreu Baccega – Presidente (UFMA)

Prof. Dr. Josenildo de Jesus Pereira – Interno (UFMA)

Prof. Dr. Luiz Alberto Alves Couceiro – Interno (UFMA)

Prof.^a Dr.^a Olívia Macedo Miranda de Medeiros – Externo (UFNT)

Prof. Dr. Marcelo Santos Rodrigues – Externo (UFT)

SÃO LUÍS

2025

À minha mãe,

Rosimar M. Mauricio.

Ao meu pai,

J. C. Mauricio.

E à minha irmã,

Nathanni M. M. Mauricio.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer ao meu amigo Francisco Sulo, por ter lido e relido os rascunhos do presente trabalho, sempre com disposição e boa vontade.

Agradeço também ao meu orientador e querido amigo, Prof. Dr. Marcus Baccega,

ao Prof. Dr. Josenildo de Jesus Pereira,

ao Prof. Dr. Luiz Alberto Alves Couceiro,

à Prof.^a Dr.^a Olívia Macedo Miranda de Medeiros,

ao Prof. Dr. Marcelo Santos Rodrigues,

ao Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS - UFMA),

e, especialmente, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo custeio deste trabalho.

Em suma, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que eu chegasse até aqui. Muito obrigado!

"Raça e racismo [...] andam de mãos dadas"
— **Pierre Louis van den Berghe**

RESUMO

O presente trabalho investiga os motivos que levaram as pessoas de ascendência africana a serem racializadas no Brasil, no século XIX, sobretudo entre 1880 e 1890. A partir dos romances *O mulato* e *O cortiço*, de Aluísio Azevedo, analisa-se a maneira como o autor representa seus personagens, especialmente aqueles enquadrados nas taxonomias raciais "negro" e "mulato", considerando a mudança em sua maneira de ver e de pensar o mundo, tanto em relação a esses personagens quanto a um contexto mais amplo, nos períodos que antecedem e sucedem a abolição. Correlaciona-se, por conseguinte, essa mudança às doutrinas vigentes em ambos os períodos. Teórica e metodologicamente, empregam-se, neste trabalho, os conceitos de representação, prática e apropriação, desenvolvidos por Roger Chartier, para investigar as ideias presentes nos discursos inscritos tanto nos romances quanto em outras fontes primárias, em cotejo. Além da literatura, recorre-se a outras fontes textuais de pesquisa, que variam desde pequenos artigos de jornais até obras de renomados abolicionistas, como Joaquim Nabuco, e iluministas, como Georges-Louis Leclerc e François-Marie Arouet. Em suma, busca-se compreender as razões do racismo no Brasil do século XIX, tendo como cerne as pessoas de ascendência africana.

Palavras-chave: Literatura. Representação. Brasil. Século XIX. Racismo.

ABSTRACT

This paper investigates the reasons that led people of African descent to be racialized in Brazil in the 19th century, especially between 1880 and 1890. From the novels *O mulato* and *O cortiço*, by Aluísio Azevedo, the way the author represents his characters is analyzed, particularly those categorized within the racial taxonomies "black" and "mulatto," considering the change in his way of seeing and thinking about the world, both in relation to these characters and to a broader context in the periods before and after abolition. This change is, therefore, correlated with the doctrines prevailing in both periods. Theoretically and methodologically, this work employs the concepts of representation, practice, and appropriation, developed by Roger Chartier, to investigate the ideas present in the discourses inscribed both in the novels and in other primary sources, in comparison. In addition to literature, other textual research sources are used, ranging from small newspaper articles to works by renowned abolitionists such as Joaquim Nabuco and Enlightenment thinkers like Georges-Louis Leclerc and François-Marie Arouet. In short, the aim is to understand the reasons for racialism in 19th-century Brazil, focusing on people of African descent.

Keywords: Literature. Representation. Brazil. 19th Century. Racialism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
PARTE I	
O MULATO	
1.1 "Um tipo verdadeiramente brasileiro"	29
1.2 "Envergonha-me de ser brasileiro"	41
PARTE II	
O CORTIÇO	
2.1 "Procurava instintivamente o homem numa raça superior"	54
2.2 "O português abraçou-se para sempre"	65
PARTE III	
O RACIALISMO NO BRASIL	
3.1 "Um tipo acabado de brasileiro"	79
3.2 A re(a)presentação da raça	97
À GUIA DE CONCLUSÃO	126
REFERÊNCIAS	129

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, propôs-se primeiramente investigar a existência de discursos antirracistas no Brasil entre 1880 e 1890, a partir dos romances naturalistas *O mulato* e *O cortiço*, nos quais observamos mudanças expressivas na maneira como Aluísio Azevedo representa seus personagens de ascendência africana e, especialmente, na sua maneira de ver e de pensar o mundo.

No entanto, em nosso exame de qualificação, o Prof. Dr. Josenildo de Jesus Pereira sugeriu a revisão de nosso foco investigativo e, por conseguinte, de nossa pergunta-problema. Considerando a sugestão pertinente, decidimos acatá-la, pois entendemos que o historiador deve sempre se debruçar sobre questões que inquietam, mas que também o colocam diante de problemas que afetam sua vida e sua sociedade, seja em âmbito nacional, regional ou local. Assim, buscamos responder agora à seguinte questão: por que as pessoas de ascendência africana foram racializadas no Brasil, no século XIX, sobretudo entre 1880 e 1890?

Posto isso, o racismo nos inquieta, mormente porque suscita a falsa ideia da existência de raças humanas.¹ Hoje sabemos muito bem que elas não existem em termos biológicos; contudo, sua concepção persiste em termos sociais. Em vista disso, devemos mencionar desde já algo fundamental: a ideia de raça é potencialmente nociva, visto que, quando imposta e legitimada em uma sociedade, tende a situar as pessoas em grupos considerados distintos e desiguais, com base em fenótipos como cor da pele, textura do cabelo, estatura *etc.* Seu potencial nocivo reside exatamente no fato de que indivíduos podem acreditar ou levar outros a acreditar que os fenótipos, de alguma maneira, têm

¹ O racismo consiste, basicamente, na ideia (ou melhor dizendo, na crença) de que as raças humanas existem e se distinguem socialmente (ou até biologicamente) em termos de progênie e cultura.

continuidade no âmbito social, funcionando como marcadores de distinção e manutenção das desigualdades.²

O genocídio ocorrido em Ruanda em 1994, por exemplo, demonstra o quanto a ideia de raça pode ser nociva, tendo em vista o massacre de 800 mil tutsis ao longo de 100 dias por membros da etnia hutu, em decorrência da desigualdade racial imposta pelos belgas durante o período neocolonial no continente africano.³ Neste trabalho, utilizamos a palavra-conceito "negro" e outras taxonomias em conformidade com a ideia de raça vigente no século XIX, bem como para aludir a pessoas (e personagens) de ascendência africana. Entretanto, enfatizamos que esse uso tem somente um caráter didático, uma vez que buscamos analisar o pensamento e o imaginário social do Brasil, no século XIX, por meio da linguagem da época.⁴

Devemos observar, ademais, que a ideia moderna de raça, desenvolvida sob uma ciência determinista, é um produto do contexto imperialista europeu. A palavra-conceito "negro", por exemplo, é um subproduto criado para legitimar a dominação dos povos africanos. Desse modo, as taxonomias raciais (como negro, branco, amarelo, além de mulato, cafuzo *etc.*) atendem, em primeiro lugar, aos interesses dos povos europeus, que se representaram e se impuseram ao mundo como racialmente superiores.⁵

Acerca de nosso interesse pela literatura (que, aliás, nos acompanha desde o início de nosso mestrado), como fonte e objeto de pesquisa, elucidamos que ela constitui uma forma de registro textual historicamente situado e motivado, no qual podemos perceber

² BERGUE, Pierre Louis van den. Racismo. In: CASHMORE, Ellis *et al.* **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Summus, 2000.

³ Cabe notar que, no período neocolonial no continente africano, as diferenças culturais entre tutsis e hutus foram racializadas pelos belgas, que, ao impor a ideia de raça na sociedade ruandesa, induziram a etnia tutsi a acreditar em sua superioridade racial sobre os hutus, com base em características físicas como o suposto "nariz delgado e longo", maior estatura e pele "aparentemente" mais clara, o que agravou a rivalidade já existente entre as duas etnias. Cf. BETHENCOURT, Francisco. **Racismos**. Das cruzadas ao século XX. São Paulo: Cia. das Letras, 2018.

⁴ Ademais, é oportuno notar que, por meio da linguagem, o literato se apropria de sua realidade e a re(a)presenta, estando restrito a ela, aos sentidos que seu tempo lhe confere e, ainda, às necessidades e às expectativas da sociedade em que vive. Cf. FACINA, Adriana. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

⁵ Como veremos neste trabalho, nas sociedades europeias, a ideia de raça é anterior ao século XIX, sendo, todavia, teologicamente fundada, sem implicar uma natureza inata da qual procedem determinada biologia e psicologia humanas, como ocorre no racismo moderno. BETHENCOURT, *op. cit.*, 2018.

as ideias e os processos sociais do contexto que originou sua existência, permitindo-nos re(a)presentar o que, à época, poderia ser considerado real.

Importa também elucidar que, na literatura, buscamos analisar as ideias e os processos sociais por meio das representações do mundo social que nela se inscrevem, considerando o fato de que ela, por si só, é uma representação. Nesse sentido, entendemos a literatura como um produto cultural de determinado contexto, uma parte expressiva e constitutiva do real histórico vivido.

Ainda, entendemos a literatura como um produto cultural para além de um texto esteticamente situado (e valorizado ou canonizado), que resulta, antes, da interação entre práticas sociais e de leitura com o momento de sua produção (e recepção); portanto, como uma construção histórica (oriunda do campo da arte).⁶

O que há para ler na literatura é a representação que ela comporta, e o que nela se procura é a representação do mundo, que assume a forma narrativa, como representação do real, comportando, assim, a atribuição de um sentido.⁷

Atualmente, a literatura desperta o interesse dos historiadores como fonte e objeto de estudo. Contudo, esse interesse é mais recente do que se costuma supor. Durante muito tempo, ela foi considerada um produto de falseamento da realidade, cuja significação estaria vinculada a condições "estranhas" a ela mesma. Comumente, desconsideravam-se as condições sociais, materiais, políticas etc. de sua produção, priorizando-se, mormente, supostas impressões estéticas (subjetivas) advindas do literato.

Em vista disso, é necessário inverter os termos tradicionais da relação entre real e representação no estudo da literatura, uma vez que ela não representa uma realidade já dada e construída, mas contribui para sua construção. Além do mais, em certos casos, essa contribuição ocorre de modo mais profundo do que em outras formas de representação, nas quais o poder (criativo) da literatura (ou da narrativa literária) está ausente.⁸

No estudo da literatura, entendemos que o que interessa ao historiador é entender as condições que possibilitaram a existência de determinada produção literária, como

⁶ CHARTIER, Roger. A construção estética da realidade. Vagabundos e pícaros na Idade Moderna. In: **Revista Tempo**. v. 9. n. 17. Rio de Janeiro: jul. de 2004.

⁷ Cf. PESAVENTO, Sandra. Literatura, História e identidade nacional. In: **Revista Vidya**. v. 19. n. 33. Santa Maria: jan./jun. de 2000.

⁸ Cf. CHARTIER, *op. cit.*, 2004.

produto de uma sociedade que teve seu lugar no tempo. Interessa também compreender como a relação entre real e representação, inscrita na literatura em forma de texto, afeta os indivíduos e os conduz a uma nova (ou diferente) forma de compreensão de si mesmos e do mundo social.

Entendemos, dessa maneira, que a literatura, como produto cultural e construção histórica, não constitui um "espelho" do mundo social, tampouco estabelece uma relação unilateral com as estruturas. Cabe, por conseguinte, compreendê-la como uma dimensão expressiva e constitutiva de determinada realidade, em constante negociação, sendo ao mesmo tempo determinada por seu contexto e capaz de atuar como força determinante.⁹

Para analisar os romances *O mulato* e *O cortiço*, bem como nossas outras fontes primárias, empregamos três conceitos desenvolvidos por Roger Chartier.¹⁰ Nossa escolha se fundamenta em sua teoria como um todo, pois, em primeiro lugar, o conceito de representação nos possibilita adentrar o campo das lutas simbólicas e compreender os mecanismos pelos quais um grupo tenta impor sua visão de mundo, seus valores e seu domínio. Desse modo, evita-se um olhar reducionista da cultura como mero "espelho" das forças materiais produtivas.¹¹ Esse conceito se inscreve no campo social e permite uma leitura mais aprofundada da realidade ao colocar no cerne a força da representação, seja ela subjetivada ou objetivada, porquanto possui uma força própria e busca convencer de que a sociedade e o tempo se limitam a determinado sentido.¹²

A representação nos possibilita, ainda, compreender que, ao analisar um produto cultural (como a literatura no nosso caso), devemos observar os processos sociais do

⁹ Importa observar que Roger Chartier emprega o conceito de negociação para evitar justamente a ideia da literatura como um mero "espelho" ou reprodução do mundo social sob a forma narrativa. Cf. **Do palco à página**. Publicar teatro e ler romances na época moderna. São Paulo: Edufscar, 2017.

¹⁰ Devemos informar que, neste trabalho, desconsideramos qualquer debate sobre os limites entre a escrita da História e da literatura, pois consideramos tal questão já encerrada. A História busca uma representação verossímil do real, sob o controle das fontes de pesquisa, enquanto a literatura busca uma representação do real, mas sem compromisso com a verossimilhança. Cf. CHARTIER, Roger. **A História ou a leitura do tempo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010; PESAVENTO, Sandra. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

¹¹ Para Chartier, a cultura constitui um sistema simbólico historicamente legado e socialmente transmitido, por meio do qual as pessoas se comunicam, desenvolvem seu conhecimento e suas condutas diante da vida. CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

¹² CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. In: **Revista Fronteiras**. v. 13. n. 24. Dourados: jul./dez. de 2011.

contexto em que foi produzido e, sobretudo, notar as práticas presentes nesses processos, de maneira articulada, sem hierarquizar uma sobre a outra. Por exemplo, ao analisar *O mulato* no contexto do processo abolicionista no Brasil, não devemos nos limitar apenas às práticas econômicas, restritas às economias escravista e capitalista, nem às práticas políticas, comumente centradas em uma ideia de nacionalidade *etc.*

Já o conceito de prática, apesar de teoricamente complexo, pode ser pensado como um conjunto de "modos de agir" em uma sociedade. Por meio da prática, é possível reconhecer uma identidade ou um "modo de ser" e, simbolicamente, compreender o estatuto e o lugar social de um grupo. Esse conceito abrange as ideias de mundo, os valores e os costumes de uma sociedade, além da forma como os indivíduos se relacionam, sobretudo em grupos. Ademais, possibilita compreender como as pessoas se apropriam dos produtos culturais.¹³

O conceito de apropriação, por sua vez, permite-nos entender a literatura como um produto cultural que resulta de determinada perspectiva sobre a realidade observada, remetendo-a às ideias e aos processos sociais do contexto que originou sua existência. Além disso, possibilita compreender a intertextualidade da literatura e de qualquer outra fonte escrita, pois, ao analisar um texto, devemos considerar, ao menos parcialmente, as leituras do autor que o produziu, buscando notar como ele se apropriou dessas leituras e como elas se manifestam, direta ou indiretamente, em sua obra. Logo, um texto é sempre resultado da leitura de outros textos.¹⁴ Esse conceito, inclusive, impede-nos de atribuir qualquer sentido inconsciente tanto às práticas quanto às representações.

Esses três conceitos de Chartier nos impedem de realizar uma leitura elementar da literatura, porquanto nos permitem entender os esquemas intelectuais por meio dos quais, em um determinado tempo, o presente adquire sentido, tornando o mundo social um espaço inteligível e historicamente decifrável.¹⁵

¹³ CHARTIER, *op. cit.*, 1990. Adendo: ao se apropriar de um determinado produto cultural, as pessoas tendem a produzir um novo entendimento de si mesmas e do mundo, originando novos produtos culturais, assim como novas práticas e representações. Cf. CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: **À beira da falésia**. A história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Edufrgs, 2002.

¹⁴ CHARTIER, *op. cit.*, 1990. Adendo: acerca da intertextualidade da literatura, cabe ainda notar que, além do tempo e da sociedade, as leituras também interferem e interagem, direta ou indiretamente, na escrita (ou melhor dizendo, na criação) de um texto. Cf. BARROS, José d'Assunção. A fonte histórica e seu lugar de produção. In: **Cadernos de Pesquisa**. v. 25. n. 2. Uberlândia: jul./dez. de 2012.

¹⁵ CHARTIER, *op. cit.*, 1990.

* * *

O naturalismo, na literatura, é uma continuidade do realismo, porque os literatos naturalistas se viam como "os verdadeiros" realistas e, da mesma maneira, procuravam aproximar a literatura do real, em oposição ao idealismo romântico. A principal diferença entre eles residia, justamente, na forma como concebiam e representavam a realidade.

Os literatos realistas tinham como objetivo representar a realidade do modelo capitalista de sociedade, expondo os sintomas de sua decadência por meio do cotidiano e dos costumes da vida burguesa, destacando as contradições da psique humana. Já os naturalistas, motivados pela ideia de produzir uma literatura "verdadeiramente" realista, buscavam representar a mesma realidade, mas enfocando os sintomas dessa decadência por meio do cotidiano e dos costumes dos trabalhadores (classe dialeticamente gerada pela burguesia), e destacando as psicopatologias humanas conforme o conhecimento que, à época, pressupunha-se provado pela ciência.¹⁶

A ideia de aproximar a literatura do real, de fazê-la "verdadeiramente" realista, em conformidade, principalmente, com o conhecimento que se pressupunha provado pela ciência, embora presente nos literatos realistas que precederam o naturalismo, foi aprofundada pelos naturalistas, que, em geral, posicionavam-se como positivistas ou como entusiastas do Positivismo, no sentido de estudiosos das coisas provadas, uma vez que, para eles, a ciência detinha um sentido absoluto.¹⁷

Para ilustrar isso, vamos analisar brevemente *O romance experimental*, de Émile Zola, com o objetivo de orientar o leitor sobre a forma como os romances naturalistas eram concebidos (ou melhor dizendo, como os naturalistas concebiam o romance); além de mostrar de onde partem as ideias de meio e de raça em Aluísio Azevedo, a princípio.

¹⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. **O naturalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

¹⁷ SODRÉ, *id.*, 1965.

Publicado na França em 1880, *O romance experimental* consiste em um pequeno ensaio no qual Zola desenvolve sua concepção de literatura e que teve grande importância para o projeto estético-ideológico naturalista, sendo no Brasil, aliás, um dos principais referenciais. Já na primeira passagem, podemos notar que a ideia central é desassociar a literatura da arte e transformar o literato em um tipo de cientista, assim como converter o romance, propriamente dito, em um produto de ciência. Vejamos a seguir a passagem que enceta o ensaio:

Nos meus estudos literários, falei muitas vezes do método experimental aplicado ao romance [...]. O retorno à natureza, a evolução naturalista que impulsionou o século, empurrou gradualmente todas as manifestações da inteligência humana para o mesmo caminho científico. Contudo, a ideia de uma literatura determinada pela ciência pode ter surpreendido, por não ter sido bem esclarecida e compreendida. Parece-me, portanto, útil expor claramente o que se deve entender, na minha opinião, por romance experimental.

Terei apenas que fazer aqui um trabalho de adaptação, porque o método experimental foi estabelecido com maravilhosa força e clareza por Claude Bernard, em sua *Introdução ao estudo da medicina experimental*. Este livro, de autoria de um cientista cuja autoridade é decisiva, servirá para mim como uma base sólida. Encontrarei nele toda a questão tratada e me limitarei, como argumentos irrefutáveis, a fornecer as citações que me forem necessárias. Será, portanto, apenas uma compilação de textos; porque pretendo, em todos os pontos, apoiar-me em Claude Bernard. Na maioria das vezes, bastará substituir a palavra "médico" pela palavra "romancista", para esclarecer o meu pensamento e lhe dar o rigor de uma verdade científica.¹⁸

¹⁸ Original "Dans mes études littéraires, j'ai souvent parlé de la méthode expérimentale appliquée au roman [...]. Le retour à la nature, l'évolution naturaliste qui emporte le siècle, pousse peu à peu toutes les manifestations de l'intelligence humaine dans une même voie scientifique. Seulement, l'idée d'une littérature déterminée par la science, a pu surprendre, faute d'être précisée et comprise. Il me paraît donc utile de dire nettement ce qu'il faut entendre, selon moi, par le roman expérimental. / Je n'aurai à faire ici qu'un travail d'adaptation, car la méthode expérimentale a été établie avec une force et une clarté merveilleuses par Claude Bernard, dans son Introduction à l'étude de la médecine expérimentale. Ce livre, d'un savant dont l'autorité est décisive, va me servir de base solide. Je trouverai là toute la question traitée, et je me bornerai, comme arguments irréfutables, à donner les citations qui me seront nécessaires. Ce ne sera donc qu'une compilation de textes; car je compte, sur tous les points, me retrancher derrière Claude Bernard. Le plus souvent, il me suffira de remplacer le mot «médecin» par le mot «romancier», pour rendre ma pensée claire et lui apporter la rigueur d'une vérité scientifique". ZOLA, Émile. **O romance experimental**. 5. ed. Paris: G. Charpentier, 1881, p. 1-2. Adendo: é importante informar que todas as traduções presentes neste trabalho são de nossa autoria. Além disso, a ortografia de todos os trechos retirados das fontes primárias foi atualizada.

Zola, como se pode notar, busca adaptar literalmente o trabalho de Claude Bernard à literatura. Para ele, a Medicina, por muito tempo, foi considerada uma arte, e somente com o emprego do método experimental por Bernard é que ela passou a ser tratada como um campo da ciência. Assim, conclui que o mesmo poderia ocorrer com a literatura.

Para legitimar sua concepção, Zola, inicialmente, defende o trabalho de Bernard, argumentando que um mesmo "determinismo absoluto" rege as condições de existência dos fenômenos dos corpos brutos, ou "naturais", e dos corpos vivos, ou "humanos". Dessa maneira, a experimentação deve ser igualmente aplicada ao estudo dos corpos vivos, uma vez que:

[...] A espontaneidade dos corpos vivos não se opõe ao emprego da experimentação. A diferença consiste somente no fato de que um corpo bruto se encontra no ambiente externo e comum, enquanto os elementos dos organismos superiores se encontram em um ambiente interno e aperfeiçoado, mas dotado de propriedades físico-químicas constantes, como o ambiente externo. Desse modo, há um determinismo absoluto nas condições de existência dos fenômenos [...], tanto para os corpos vivos como para os corpos brutos. [Bernard] chama de "determinismo" a causa que determina o aparecimento dos fenômenos. Esta causa próxima, como ele a chama, nada mais é do que a condição física e material da existência ou da manifestação dos fenômenos. O objetivo do método experimental, termo de toda pesquisa científica, é, portanto, idêntico para os corpos vivos e para os corpos brutos.¹⁹

Ao defender que a experimentação deve ser aplicada ao estudo dos corpos vivos na Medicina, Zola tenciona também legitimar seu uso na literatura, permitindo ao literato

¹⁹ Original "[...] La spontanéité des corps vivants ne s'oppose pas à l'emploi de l'expérimentation. La différence vient uniquement de ce que un corps brut se trouve dans le milieu extérieur et commun, tandis que les éléments des organismes supérieurs baignent dans un milieu intérieur et perfectionné, mais doué de propriétés physico-chimiques constantes, comme le milieu extérieur. Dès lors, il y a un déterminisme absolu dans les conditions d'existence des phénomènes [...], aussi bien pour les corps vivants que pour les corps bruts. Il appelle «déterminisme» la cause qui détermine l'apparition des phénomènes. Cette cause prochaine, comme il la nomme, n'est rien autre chose que la condition physique et matérielle de l'existence ou de la manifestation des phénomènes. Le but de la méthode expérimentale, le terme de toute recherche scientifique, est donc identique pour les corps vivants et pour les corps bruts [...]". ZOLA, *id.*, 1881, p. 3.

dar continuidade ao trabalho do médico, porém, no estudo da vida intelectual e passional, que, certamente, é o que interessa ao projeto estético-ideológico do naturalismo.

Ao longo do ensaio, convencido da existência de um "determinismo absoluto" que rege tudo e a todos, Zola defende que o literato, ao aplicar o método experimental em seu romance, como um tipo de cientista, deve prosseguir o trabalho do médico, tal como este prossegue, por exemplo, com o trabalho do químico, uma vez que tudo está concatenado por leis universais. Segundo seu raciocínio, se:

Nós temos a Química e a Física experimentais; nós teremos a Fisiologia experimental; mais tarde, também, nós teremos o romance experimental. Esta é uma progressão que se impõe e cujo termo final é hoje fácil de prever. Tudo se encaixa, foi preciso partir do determinismo dos corpos brutos para se chegar ao determinismo dos corpos vivos; e visto que os cientistas, como Claude Bernard, demonstram agora que leis fixas regem o corpo humano, podemos anunciar, sem medo de nos enganarmos, o momento em que as leis do pensamento e das paixões serão, por sua vez, formuladas. Um mesmo determinismo [desconhecido] deve reger a pedra dos caminhos e o cérebro do homem.²⁰

Não obstante, embora acredite que um mesmo determinismo rege as condições de existência dos fenômenos dos corpos brutos e dos corpos vivos, Zola admite que a ciência desconhece a causa que concatena esses fenômenos. Assim, reconhecendo que a Medicina experimental se ocupa somente das funcionalidades mecânicas dos corpos vivos, ele procura desenvolver sua concepção do literato como cientista, pois cabe, então, a este se ocupar das funcionalidades mentais dos corpos vivos por meio do romance experimental, estudando a vida intelectual e passional e praticando um tipo de Psicologia, assim como o médico pratica a Fisiologia. No entanto, explica que, diferentemente de outros cientistas, que formulam leis, o literato deve apenas formular hipóteses para, dessa forma, auxiliar os demais campos da ciência:

²⁰ Original "On a la chimie et la physique expérimentales; on aura la physiologie expérimentale; plus tard encore, on aura le roman expérimental. C'est là une progression qui s'impose et dont le dernier terme est facile à prévoir dès aujourd'hui. Tout se tient, il fallait partir du déterminisme des corps bruts, pour arriver au déterminisme des corps vivants; et, puisque des savants, comme Claude Bernard, démontrent maintenant, que des lois fixes régissent le corps humain, on peut annoncer, sans crainte de se tromper, l'heure où les lois de la pensée et des passions seront formulées à leur tour. Un même déterminisme doit régir la pierre des chemins et le cerveau de l'homme". ZOLA, *id.*, 1881, p. 15.

[...] Os literatos [devem] preparar o caminho para os cientistas. [...] Eis, portanto, o que a hipótese deve ser para nós, romancistas experimentais; devemos aceitar estritamente os fatos determinados, não arriscar sobre eles sentimentos pessoais que seriam ridículos, apoiar-nos no terreno conquistado pela ciência, até ao fim; e só depois, diante do desconhecido, exercer a nossa intuição e preceder a ciência, ainda que errando às vezes, felizes se fornecermos documentos para a solução dos problemas. [...] Prepararemos o caminho, forneceremos fatos observados, documentos humanos que poderão se tornar muito úteis.²¹

Posto isso, podemos perceber que, em suma, Émile Zola pretende transformar a literatura em uma ciência auxiliar e suscitar pesquisas acerca das funcionalidades mentais dos corpos vivos com base nas hipóteses (as representações) formuladas (criadas) pelos literatos. Todavia, o mais interessante é que ele argumenta que o romance, em sua forma experimental, deve estudar o comportamento humano diante do "desconhecido" da vida intelectual e passional, oferecendo hipóteses, "preferencialmente", sobre a influência do meio natural e social e da hereditariedade.

Zola acreditava que o comportamento humano era determinado igualmente pelos meios natural e social. No entanto, o lugar social era preponderante na formação da psique dos indivíduos. Ademais, para ele, as psicopatologias geradas por ambos os meios eram agravadas por "moléstias" herdadas pelo "sangue". Para "provar" sua tese, levantou a história de uma família, os Rougon-Macquart, no Segundo Império Francês, apresentando um ciclo romanesco de vinte volumes, entre 1871 e 1893, no qual propôs um estudo "conduzido pela ciência" de trinta e duas pessoas aparentadas entre si, com o propósito de demonstrar os efeitos dos meios e da hereditariedade sobre a vida intelectual e passional.²²

²¹ Original "[...] Les écrivains devaient frayer la route aux savants. [...] Voilà donc ce que doit être l'hypothèse, pour nous romanciers expérimentateurs; il nous faut accepter strictement les faits déterminés, ne plus hasarder sur eux des sentiments personnels qui seraient ridicules, nous appuyer sur le terrain conquis par la science, jusqu'au bout; puis, là seulement, devant l'inconnu, exercer notre intuition et précéder la science, quittes à nous tromper parfois, heureux si nous apportons des documents pour la solution des problèmes. [...] Nous préparerons les voies, nous fournirons des faits d'observation, des documents humains qui pourront devenir très utiles ". ZOLA, *id.*, 1881, p. 50-51.

²² Cf. SODRÉ, *op. cit.*, 1965.

Destacamos essa preferência de Zola, porquanto os meios e a hereditariedade têm grande importância nos romances *O mulato* e *O cortiço*, acompanhando a mudança na maneira de Aluísio Azevedo ver e pensar o mundo. Em *O mulato*, somente o meio social prevalece, em detrimento da noção de natureza e hereditariedade, sendo a personalidade e a conduta de todos os personagens socialmente determinadas. Já em *O cortiço*, o meio assume seu sentido natural, com o "clima tropical" se sobrepondo ao meio social, e a hereditariedade adquire um caráter racial, determinando biologicamente, em conjunto, a personalidade e a conduta dos personagens, sobretudo os de ascendência africana. Como veremos, Aluísio Azevedo explora, ainda que de modos distintos, o comportamento humano em ambos os romances, conforme as ideias de meio e de hereditariedade (esta última adaptada, em *O cortiço*, em continuidade à noção de raça).

Os literatos naturalistas, seguindo o "grande mestre do naturalismo", acreditavam que a ciência, em sua forma positivista, já desvendara o mundo em sua totalidade, encontrando-o determinado por leis universais que agiam sobre a natureza e regiam as sociedades humanas. Dessa crença, partiam do princípio de que, para ser realista por excelência, a literatura deveria estar em conformidade com o conhecimento que, à época, pressupunha-se provado pela ciência, bem como com o exame racional e experimental da realidade observada. Nesse sentido, os naturalistas submetiam seus personagens e enredos a um olhar determinista, encarando-os como objetos de estudo e convertendo, assim, o romance em um produto de ciência.²³

* * *

²³ A crença na ciência era tamanha a ponto de Ernest Renan, um eminente intelectual do século XIX, anunciar que "[...] o mundo não encerra[va] mais mistérios". S/A *apud* SODRÉ, *op. cit.*, 1965. Adendo: chamamos Zola de "grande mestre" porque, além de levar a cabo a estética do naturalismo, ele exerceu grande influência sobre os naturalistas, especialmente brasileiros, tornando-se um modelo a ser seguido, assim como um mestre a ser admirado. Isso pode ser, por exemplo, notado nas palavras de Adolfo Caminha ao defender seu romance *A normalista*, recorrendo à obra de Zola e invocando toda a sua autoridade. Cf. CAMINHA, Adolfo. Em defesa própria. In: **Cartas literárias**. Rio de Janeiro: S/E, 1895.

Antes de darmos início às análises dos romances *O mulato* e *O cortiço*, respectivamente nas partes I e II deste trabalho, é oportuno tratar de Aluísio Azevedo e circunstanciar, ainda que de modo breve, a produção de ambos os romances.²⁴

Nascido em 14 de abril de 1857, na cidade de São Luís, capital da então província do Maranhão, Aluísio *Tancredo Gonçalves de Azevedo*, segundo dos quatro filhos de David Gonçalves de Azevedo e Emília Amália Pinto de Magalhães, não pertencia a uma família rica, o que dificultou sua formação acadêmica no período em que poderia ter frequentado a universidade do Recife ou do Rio de Janeiro. Apesar disso, nasceu em uma das famílias mais cultas de São Luís, o que contribuiu para sua formação intelectual.

Em vista disso, Aluísio Azevedo aprendeu, ainda na infância, com seu irmão mais velho, Arthur Azevedo, as primeiras lições de língua portuguesa e francesa. Assim que passou a se interessar pela leitura, teve à sua disposição um amplo acervo, uma vez que seu pai era presidente do Gabinete Português de Leitura do Maranhão, instituição que, à época, contava com mais de quatro mil exemplares.

Sua casa funcionava como uma espécie de escola paralela, com uma pedagogia moderna, em que o teatro desempenhava, especialmente, um papel predominante em sua formação. Não se tratava apenas de apresentar peças escritas por autores consagrados, mas de conceber integralmente o espetáculo; e, de certo modo, seus pais o deixavam livre para seguir suas preferências.

Em uma crítica dirigida ao jornal maranhense *A Civilização*, que, segundo Aluísio Azevedo, nada entendia de teatro (ou melhor dizendo, de quase nada entendia), é possível notar o quanto ele valorizava a arte cênica, pois considerava o teatro "o melhor meio de exercitar a memória e os pulmões, educar o gosto artístico e o olho, desenvolver a inteligência e cultivar a garganta. [...] O teatro foi sempre e sempre uma escola".²⁵ Para ele, o teatro teve também grande importância para toda a sua geração, embora a referência se limitasse ao seu restrito grupo de amigos de infância.

O teatro não apenas ocupou um lugar importante para Aluísio Azevedo, como também foi por ele valorizado. A pintura também se destacou como um de seus primeiros

²⁴ Cabe notar que o texto a seguir tem como referências: MÉRIAN, Jean-Yves. **Aluísio Azevedo**. Vida e obra (1857 – 1913). 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013; e MONTELO, Josué. **Aluísio Azevedo e a polêmica de *O mulato***. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1975.

²⁵ AZEVEDO, Aluísio. **O Pensador**. MA, 20 [28] de fevereiro de 1881, p. 8.

interesses artísticos, sendo, inclusive, sua primeira atividade profissional quando visitou o Rio de Janeiro pela primeira vez. Ainda em relação à sua formação, ele demonstrou interesse por diversas áreas, o que evidencia a amplitude de seu repertório, como, curiosamente, a educação física.

Não obstante, seus estudos em instituições formais de ensino foram interrompidos aos treze anos, em razão de experiências negativas com professores que ele considerava "grosseiros e arrogantes". Assim, grande parte de seu conhecimento foi adquirida por meio de práticas individuais, do convívio familiar e do contato com obras estrangeiras, especialmente francesas. Isso, todavia, não significa que sua formação tenha sido insuficiente. Ao contrário, ela foi, em termos qualitativos, muito superior à da maioria de seus contemporâneos.

A trajetória de Aluísio Azevedo teve muitos pontos baixos, e um deles foi o fato de ter que trabalhar como caixeiro, a pedido de seu pai, que desejava ao filho uma profissão capaz de garantir estabilidade financeira, porquanto, para quem não possuía fortuna pessoal, como era o caso da família Azevedo, o comércio era a única alternativa viável. Ademais, seu pai não o via em um futuro promissor enquanto artista, forçando-o a adiar, embora não desistir, o sonho de viver da arte.

Aluísio Azevedo, porém, não tardou a abandonar a profissão de caixeiro, passando a dividir seu tempo entre uma série de trabalhos temporários, que incluíam funções como professor de gramática e guarda-livros, além do aprendizado das artes plásticas. Como a província do Maranhão oferecia um campo muito limitado para um jovem que sonhava com algo além de uma vida medíocre, decidiu, em 1876, aos dezenove anos, partir rumo à capital do Brasil para encontrar seu irmão Arthur, que já residia lá havia dois anos.

Apesar das adversidades, ele conseguiu se inscrever como ouvinte na Academia Imperial de Belas Artes, instituição onde conquistaria reconhecimento, não como pintor, mas como caricaturista. Suas caricaturas foram amplamente divulgadas na imprensa satírica, que, na época, contava com cerca de meia dúzia de jornais, cuja tiragem somada alcançava aproximadamente dez mil exemplares por semana. No entanto, os anos de residência no Rio de Janeiro não apenas consolidaram sua atuação como caricaturista, como também lhe permitiram uma aproximação à estética realista, que começava a ganhar espaço com as obras polêmicas do escritor português Eça de Queirós, e à estética

naturalista, representada por Émile Zola, bem como, sobretudo, um aprofundamento de seu conhecimento sobre a doutrina comtiana.

Em São Luís, Aluísio Azevedo já havia tido contato com a doutrina comtiana, mas foi no Rio de Janeiro que aprofundou realmente seu conhecimento. Por conseguinte, passou a criticar abertamente o governo imperial, por considerá-lo incapaz de conformar uma nação coesa; a Igreja, vista como moralmente corrompida; e a escravidão, percebida como um obstáculo a um projeto civilizador (conforme o modelo europeu de sociedade). Esses três temas logo se tornaram recorrentes em sua produção jornalística (e também literária).

Em 8 de agosto de 1878, Aluísio Azevedo se viu obrigado a retornar a São Luís devido à morte inesperada de seu pai. Diante da impossibilidade de seu irmão Arthur se ausentar do trabalho, ele ficou responsável por ajudar a mãe e os irmãos menores. Já de volta à capital do Maranhão, não retomou a carreira de caricaturista. A princípio, procurou fundar, na companhia de amigos e conhecidos, um teatro no qual pretendia montar e apresentar peças realistas. Sem sucesso, passou a exercer a profissão de jornalista, ainda que a contragosto, entre 1878 e 1881, nos jornais *Pacotilha*, *A Flecha* e *O Pensador*. Neles, em defesa ou promoção do Positivismo de Augusto Comte, Aluísio Azevedo chocou a provinciana e conservadora sociedade de São Luís com ataques direcionados ao clero e, ainda, às elites locais que viviam comumente do trabalho escravo.

Cabe salientar que, no século XIX, aproximadamente um terço da população do Brasil era constituído por escravizados e, em algumas províncias, esse contingente era ainda mais expressivo. No Maranhão, os escravizados correspondiam a mais da metade da população. Diante disso, é possível dimensionar a importância atribuída à escravatura. Entre as elites locais, justificava-se sobretudo a ideia de que a mão de obra escravizada era, até então, a única força de trabalho viável. Ademais, essa mão de obra não estava presente apenas nos latifúndios, mas também no cotidiano urbano, sendo comum a presença de escravizados na cidade de São Luís.²⁶

Aluísio Azevedo, desde muito jovem, demonstrou consciência crítica em relação à escravatura e às políticas abolicionistas, e seu interesse cresceu ainda mais a partir da

²⁶ FARIA, Regina Helena Martins de. Escravos, livres pobres, índios e imigrantes estrangeiros nas representações das elites do Maranhão oitocentista. In: COSTA, Wagner Cabral da (Org.). **História do Maranhão**. São Luís: Edufma, 2004.

promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871, e das mobilizações em favor da abolição que começaram a ganhar força em São Luís, resultando na criação da Sociedade Abolicionista, em 1880. Por conseguinte, tanto a abolição quanto outros temas relacionados à formação nacional já eram objeto de interesse de Aluísio Azevedo, sob um viés comtiano; temas esses presentes, aliás, no romance *O mulato*, publicado em São Luís em 1881.²⁷

O romance *O mulato* teve uma péssima recepção em São Luís; no entanto, foi muito bem acolhido no Rio de Janeiro, o que motivou, em parte, Aluísio Azevedo a retornar à capital do Brasil ainda em 1881, onde continuou a escrever e a se aperfeiçoar.

No Rio de Janeiro, cabe destacar que, antes da publicação de *O cortiço*, em 1890, ele escreveu outros romances naturalistas, como *Casa de Pensão* e *O Homem*. Todavia, seu apogeu como literato ocorreu apenas com *O cortiço*, romance que configura uma "alegoria do Brasil", ambientada em sua capital.

Importa observar que as duas últimas décadas do século XIX foram um período de profundas transformações na vida brasileira. Em 1888, a escravatura foi abolida definitivamente. No ano seguinte, como resultado de um golpe militar, foi proclamada a República. Em 1889, a cidade do Rio de Janeiro cumpriu, mais uma vez, um papel simbólico, pois foi diante de sua Câmara Municipal, onde se dissolveu o parlamento do Império, que ocorreu a posse dos membros do Governo Provisório da República, então em processo de institucionalização. Contudo, a República não extirpou imediatamente as mazelas do Brasil antigo, nem pôs fim às profundas contradições sociais existentes no país. O Rio de Janeiro, como cenário do novo regime, tornou-se objeto de atenção de muitos intelectuais da época. Movida pela ideia de progresso e influenciada pelas teorias raciais, a sociedade brasileira passou a ser, nesse período, marcada pela noção de modernização, acompanhada de políticas racistas.²⁸

Todo esse contexto influenciou a escrita de *O cortiço*, assim como o próprio pensamento de Aluísio Azevedo, que, aos poucos, passou a preterir o Positivismo

²⁷ Interessa notar que o promotor público e literato Celso Magalhães desempenhou um papel importante na formação de Aluísio Azevedo, mormente em relação ao Positivismo de Augusto Comte, e também influenciou uma geração literária que, logo após sua morte, em 1879, assumiu uma posição claramente beligerante no panorama intelectual da província. Cf. MONTELLO, *op. cit.*, 1975.

²⁸ SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Do Livramento ao Cosme Velho. O Rio de Machado de Assis. In: **Ipotesi**. Revista de Estudos Literários. v. 2. n. 3. Juiz de Fora, [1998] 2018.

comtiano em favor do Positivismo, ou darwinismo social, de Herbert Spencer, adotando, por conseguinte, um olhar racializado (e negativo) sobre a população brasileira, sobretudo a de ascendência africana.

* * *

Para melhor responder à nossa pergunta-problema, organizamos este trabalho em três partes, as quais, a seguir, sintetizamos:

- I. O MULATO — Analisa a maneira como Aluísio Azevedo representa o protagonista do romance e suas falas abolicionistas, debatendo o preconceito e as ideias que incidem sobre ele.
- II. O CORTIÇO — Analisa como Aluísio Azevedo representa os personagens João Romão e Bertoleza e, ainda, Jerônimo e Rita Baiana, debatendo a maneira como esses personagens são representados (social e) racialmente, assim como as ideias que incidem sobre eles.²⁹
- III. O RACIALISMO NO BRASIL — Analisa tanto as ideias de meio e de raça nos romances de Aluísio Azevedo e no naturalismo brasileiro quanto as mudanças no texto original de *O mulato* em 1889, sistematizando, assim, as partes anteriores. Ademais, debate a emergência das teorias raciais no Brasil, no século XIX, em relação à escravidão e, especialmente, ao processo abolicionista.

²⁹ Cabe destacar que, nas duas primeiras partes, buscamos ilustrar, notadamente, a racialização das pessoas de ascendência africana.

PARTE I
O MULATO

No ano de 1881, o romance naturalista *O mulato* causou polêmicas na provinciana e conservadora sociedade maranhense, sobretudo na sua elite, ao apresentar um enredo protagonizado por um mestiço e ao colocar em evidência temas considerados incômodos, como anticlericalismo, republicanismo, abolicionismo e preconceito.

Nesta primeira parte, analisamos, primeiramente, a maneira como Aluísio Azevedo representa o protagonista do romance, Raimundo, e, em seguida, suas falas abolicionistas, debatendo o preconceito e as ideias que incidem sobre ele.

Cabe informar que, em 1889, Aluísio Azevedo reescreveu *O mulato*, suprimindo muitas passagens que consideramos importantes para contextualizar o debate proposto. Por esse motivo, decidimos justamente examinar um exemplar de 1881, ano da primeira edição do romance.

1.1 "Um tipo verdadeiramente brasileiro"

Raimundo, de todos os personagens criados por Aluísio Azevedo, talvez seja o mais profundo, porque ele representa, para mais de um personagem, uma parte expressiva de sua vida. Ele representa as experiências de Azevedo na capital maranhense e a sua saudosa passagem pela capital do Brasil, que moldaram sua personalidade e sua maneira de ver e de pensar o mundo.

Entre as experiências que Raimundo representa, podemos destacar a passagem em que ele promete nunca mais publicar nada no Maranhão, devido à maneira nada amistosa com que os leitores recepcionaram seus textos:

[...] Raimundo aborrecia-se. Os seus horizontes cada vez mais se apertavam e entristeciam. Por desfastio escreveu e publicou alguns folhetins — não agradaram [...]; passou então a rabiscar versos — eram uns alexandrinos, muito realistas, cheios, corretos, na maior parte imitados ou traduzidos de Baudelaire — nesse gênero foram os primeiros que se publicaram no Maranhão.

Houve um alvoroço! — Gritaram que Raimundo atacava a moralidade pública e satirizava as pessoas mais respeitáveis da província! — Foi o bastante: os caturras literários espinotearam logo com a novidade — meteram-lhe as botas, chamaram-no besta! Cabra atrevido! Os lojistas, os amanuenses de secretaria, os caixeiros e os inúmeros professores de gramática afiançavam não compreender o que aquele pedante queria dizer com tanta bagaceira. Nas portas de botica, nas esquinas e no interior das casas particulares e das quitandas declaravam nunca ter visto asneiras de semelhante gênero!

[...] Tomou nojo da província [...].³⁰

Os textos (e as caricaturas) que Aluísio Azevedo publicou nos jornais maranhenses também foram mal recepcionados pelos leitores. Todavia, ele era conhecido pela forma incisiva de falar e de escrever. Por exemplo, ao publicar uma pequena série de monólogos sob o título *Antônio P. da Cunha*, no jornal maranhense *O Pensador*, na segunda metade de 1880, satirizou o comportamento da sociedade maranhense, o que repercutiu de forma negativa, especialmente entre a elite. Além disso, publicou alguns artigos em defesa de Augusto Comte, o que desagradou o clero e lhe rendeu muitos ataques.³¹

O mulato foi, aliás, um dos alvos desses ataques, como podemos ver em um artigo atribuído ao padre Raimundo da Fonseca, publicado no jornal clerical maranhense *Civilização* e republicado em *O Pensador* por um articulista anônimo, que buscou refutar a crítica feita ao romance. Vejamos um pequeno recorte do artigo:

³⁰ AZEVEDO, Aluísio. **O mulato**. Maranhão: Typ. do Paiz, 1881, p. 173.

³¹ MAURICIO, Marlzoni Marrelli Matos. **Sob a insígnia da raça**. Ensaio sobre a concepção de nação e a representação do negro no romance naturalista *O mulato* de Aluísio Azevedo (1881). Porto Alegre: Casalettras; Mundo Acadêmico, 2020.

O Mulato é um trabalhinho alambicado, servil imitação estrangeira; e em certos pontos, miseravelmente plagiado, [...] é um monte de retalhos de vários autores [...].

[...] E suar um pobre padeiro, acordar alta noite para fabricar pão para um homem destes!...

[...] Como é que [...] tem coragem de atirar ao mercado uma obra imoral, cheia de pontos falsos [...].

[...] Que avidez perversa é essa, em pregar e espalhar o mal?! Precisamos de bons meios, que nos melhorem; para nos arruinar-mos bastam as más paixões... Quem quiser fazer ensaios de teorias novas, ideias avançadas, comece primeiro experimentando-as [...], depois das consequências saberemos como nos haver. O mundo não avança por cantigas de romances, mas essas teorias lúbricas podem arruinar muitas pessoas. A história está cheia de exemplos fatais ocasionados pelas más leituras.

[...] Devia abandonar essa vidinha peralvilha, [...] e escrevinhadelas tolas contra a vida alheia: vá para a foice e o machado.

[...] À lavoura! [...] Precisamos de braços e não de prosas ou retóricas em romances: isto sim, é real!³²

O mulato, evidentemente, desagradou ao padre Fonseca, que ainda acusou Aluísio Azevedo de atentar contra a sociedade maranhense e de fomentar cenas corruptoras capazes de eivar o seio familiar com infâmias. Tal crítica, um tanto exaltada, assemelha-se à forma nada amistosa com que os textos de Raimundo foram recepcionados.

Contudo, ademais de profundo, Raimundo se mostra um personagem singular devido ao fato de ser um brasileiro mestiço que, em nada, remete à sua ascendência africana, seja na aparência ou nos costumes. Esse fato se concatena diretamente com as novas teorias e as ideias avançadas mencionadas pelo padre Fonseca.

Aluísio Azevedo se fez naturalista sob a luz do Positivismo comtiano, buscando nele a referência para representar Raimundo, assim como para conduzir o enredo de *O mulato*. O Positivismo comtiano compreendia três preceitos básicos, que serviram igualmente de referência para a militância positivista no Rio de Janeiro: 1. As raças devem

³² **O Pensador**. MA, 30 de julho de 1881, p. 4. Adendo: na segunda edição de *O mulato*, Aluísio Azevedo atribui a autoria do artigo a Euclides Faria, embora este tenha sido atribuído anteriormente ao padre Raimundo da Fonseca. Cf. AZEVEDO, Aluísio. Prefácio da 2. edição. **O mulato**. [2] 22. ed. Belo Horizonte: Garnier, [1889] 2020.

cooperar, cada uma ao seu modo, para o progresso da sociedade como um todo; 2. A escravidão deve ser abolida de forma universal e impreterível; 3. Ao abolir a escravidão, deve-se integrar todos, principalmente os libertos, na sociedade moderna, como força de trabalho.³³ Assim, mais adiante, poderemos compreender o motivo pelo qual a ideia de trabalho tem tanta importância nas falas abolicionistas de Raimundo, como um bem que se faz em favor da humanidade.

A maneira como Aluísio Azevedo concebe a aparência de Raimundo, seu fenótipo, ocupa um lugar de menor destaque em *O mulato*, se comparada aos seus costumes (ou melhor dizendo, ao seu estado intelectual positivo). No entanto, importa notar como o narrador o descreve:

Raimundo era um bonito rapaz de vinte e seis anos, um tipo verdadeiramente brasileiro se não fossem os grandes olhos azuis, que puxara ao pai, tinha os cabelos muito pretos, lustrosos e crespos, a tez morena, um pouco amulatada, porém pálida e fina, os dentes claros, que mais sobressaíam na negrura indiana do bigode, tinha a estatura alta e elegante, o pescoço largo, o nariz direito e a fronte espaçosa. Porém o que mais impressionava de sua fisionomia, o que mais se prendia e fixava na memória de quem o observasse; eram seus grandes olhos azuis e sombrios, com a pupila muito negra e cercados em forma de amêndoa pelas pestanas crespas; as pálpebras, estornadas de violeta, tinham uma expressão, sensual de tristeza e ternura; as sobrancelhas, muito desenhadas no rosto, como a nanquim, faziam sobressair a frescura da epiderme; a barba, toda raspada, com um colorido azulado, dava ao rosto os tons simpáticos de uma aquarela sobre papel de arroz.

[...] Sua voz insinuava-se no ânimo de qualquer pessoa como um trecho musical do Guarani.³⁴

Apesar de ser descrito como "um tipo verdadeiramente brasileiro", com sua tez morena, um pouco amulatada, Raimundo em nenhum momento questionou a possibilidade de ser mestiço. Ao contrário, desde o momento em que chegou à Europa, ainda menino, conviveu entre os europeus sem nunca levantar suspeitas sobre sua ascendência africana. Além disso, quando chegou à capital maranhense, ninguém sequer

³³ BOSI, Alfredo. O Positivismo no Brasil. Uma ideologia de longa duração. In: PERRONE-MOYSÉS, Leyla. (Org.). **Do positivismo à desconstrução**. Idéias francesas na América. São Paulo: Ed USP, 2004.

³⁴ AZEVEDO, *op. cit.*, 1881, p. 50-51.

suspeitou que ele fosse Raimundo, o sobrinho mulato (e alforriado) de Manuel Pescada. Somente quando ouviram seu nome, recobrando-o na memória, começaram a maldizer sua pessoa.

De maneira apressada, podemos aferir que Raimundo foi representado à sombra das teorias raciais que predominavam no contexto em que o romance foi escrito, como o darwinismo social e a tese do branqueamento que dele resultava. Entretanto, Aluísio Azevedo ainda estava um pouco distante dessas teorias, sendo o Positivismo comtiano a sua principal e maior referência.³⁵ Vamos, a seguir, elucidar o porquê.

Como fator positivo para as sociedades, a ideia de mestiçagem antecede a tese brasileira do branqueamento, uma vez que já estava presente no Positivismo comtiano. Para Augusto Comte, as três grandes raças humanas desenvolveram seus intelectos de maneira distinta, com a raça branca se destacando pela inteligência, a raça amarela pela atividade e a raça negra pela afetividade. Ademais, cada raça completava, ou deveria completar, a outra em seu intelecto. No pensamento de Comte, os três tipos raciais do intelecto humano, quando combinados, formavam um "homem completo", em perfeita harmonia, sem que uma raça predominasse em detrimento das demais. No cerne de sua teoria, as raças se diferenciavam apenas em relação ao seu escalonamento na "lei dos três estados".³⁶

Não obstante, a ideia de mestiçagem em Augusto Comte estava longe de implicar uma equidade entre as raças, especialmente no âmbito cultural. A capacidade da raça branca de racionalizar o meio, mediante a sua inteligência mais avançada, colocava-a em um estado positivo de superioridade quanto às demais raças, uma vez que seu modelo complexo de sociedade e seu modo industrializado de produção eram os que mais se aproximavam da etapa ideal de progresso.³⁷ Aluísio Azevedo, como positivista comtiano, encarava as culturas dos povos africanos como resultantes de um "estado animista" (e passivo), do qual pouco se poderia tirar proveito.³⁸ Todavia, para ele, esse estado poderia

³⁵ Aluísio Azevedo era um admirador fervoroso de Augusto Comte e de sua doutrina, como se pode observar em um artigo de sua autoria: "Augusto Comte, [é] a individualidade mais acentuada de nosso século, o maior benemérito da humanidade, depois de Cristo [...]". Cf. **O Pensador**. MA, 10 de novembro de 1880, p. 4.

³⁶ BASTIDE, Roger. O Positivismo brasileiro e a incorporação do proletariado de cor na civilização ocidental. In: **Revista Mexicana de Sociologia**. v. 8. n. 3. México: set./dez. de 1946.

³⁷ BASTIDE, *id.*, 1946.

³⁸ MAURICIO, *op. cit.*, 2020.

ser prontamente superado por meio da educação positiva (no caso dos nacionais de ascendência africana).³⁹

Antes de abordarmos a educação positiva em Aluísio Azevedo, recuemos brevemente ao fenótipo de Raimundo. A mestiçagem era bem vista pelo Positivismo comtiano, porque possibilitava a formação do "homem completo" em sua forma intelectual. Porém, acreditamos que Aluísio Azevedo, assim como Bernardo Guimarães em *A escrava Isaura*, busca apenas sensibilizar o leitor por meio do fenótipo embranquecido (europeu) do protagonista, criando assim um sentimento de paridade. Apesar disso, é oportuno pensar em Raimundo como um tipo imperativo para o progresso da sociedade brasileira, rumo a uma etapa mais avançada de desenvolvimento.⁴⁰ Ao menos no contexto da primeira edição de *O mulato*, pois, para Aluísio Azevedo, o preconceito contra os mestiços remete necessariamente a uma ideia de atraso.

Posto isso, a educação desempenhou um papel relevante no pensamento de Aluísio Azevedo, assim como no romance *O mulato*. Para ele, era tão importante abolir a escravidão quanto reformar o sistema de ensino brasileiro, oferecendo uma educação positiva que despertasse, em todos os nacionais, o interesse e o gosto pelo cotidiano do trabalho, em prol do Brasil e de seu progresso em relação às sociedades europeias. Ainda em uma conversa entre Raimundo e Manuel Pescada, podemos observar a ideia do homem como resultado de sua educação, em oposição à ideia de natureza inata (conforme preconizado pelas teorias raciais):

Raimundo, que fitava o caboclo, disse sem voltar o rosto — vê aquele homem, que vai ali, queixando-se idiotamente de que o amor dói?! — É um autômato — tanto pode ser um aparelho de construção, como uma máquina de destruição, depende tudo da mão que o mover!

Manuel fez uma cara de surpresa, como de quem não entende.

— O homem, continuou Raimundo — nunca é coisa alguma por natureza — é sempre o que ele quer ou o que querem que ele seja — a honra, a dignidade, a instrução e a coragem, não são coisas inatas e espontâneas, mas sim o resultado da boa educação [...].⁴¹

³⁹ A educação positiva compreende o modelo educacional comtiano, no qual o ensino racional e objetivo, regido pela ciência e sem ingerência teológica, visa a promover o modelo industrial de sociedade.

⁴⁰ Cf. MÉRIAN, *op. cit.*, 2013.

⁴¹ AZEVEDO, *op. cit.*, 1881, p. 273.

A educação positiva de Raimundo o difere dos demais personagens de ascendência africana em *O mulato* (desconsiderando aqui o seu fenótipo embranquecido). No romance, o meio determina o estado intelectual dos personagens. A mestiça (cafuza) Mônica passou a maior parte de sua vida em cativo e, mesmo alforriada, continuou a reproduzir apenas aquilo que lhe fora imposto durante a escravidão. Na passagem em que o narrador descreve Mônica pela primeira vez, podemos observar o determinismo do meio sobre o estado intelectual da personagem, evidenciando também a ideia de que a afetividade sobressai ao intelecto da raça negra:

Mônica era uma mulher de cinquenta anos, gorda, forte e sadia — muito asseada, as tetas pesadas e descaídas dentro do cabeção [...]. Amamentara Ana Rosa e conservara-lhe sempre um amor maternalmente extremo, uma dedicação desinteressada e passiva.

[...] Era forra havia seis anos — Manuel dera-lhe a carta a pedido da filha; muita gente clamou contra isso [...], mas a boa mulher nunca deixou a casa — não se quis separar de sua iaiá, e continuou a servi-la como antes, como boa escrava.⁴²

Em *O mulato*, outros personagens de ascendência africana se encontram no mesmo estado intelectual de Mônica, em razão do meio determinado pelo cativo. Em uma passagem do romance, Raimundo, antes de tomar conhecimento de seu passado e de sua origem materna, ao defender a educação positiva para as mulheres, capacitando-as a compreender seus direitos enquanto esposas e seus deveres quanto à maternidade, adverte seu tio quanto ao contato com as "pretas", sugerindo que deve ser evitado, porque costumam agir de maneira mal-educada e supersticiosa, sendo, portanto, companhias inapropriadas.⁴³

Importa observar aqui um aspecto estético-ideológico do naturalismo que Émile Zola sempre pontuou em sua concepção de literatura e em sua própria obra: a necessidade de "arriscar hipóteses sobre questões da influência dos meios", mas sempre "respeitando

⁴² AZEVEDO, *id.*, 1881, p. 123-124.

⁴³ Cabe notar que, desde o período colonial, o termo "preto" era usado para se referir a pessoas de ascendência africana escravizadas, além de ser empregado também como sinônimo de africano. Cf. CASTRO, Hebe Mattos de. **Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

tudo o que a ciência sabe hoje sobre o assunto".⁴⁴ Podemos prontamente notar que Aluísio Azevedo, em *O mulato*, ao focar a escravidão enquanto lugar social e partir da doutrina comtiana, busca demonstrar, como "hipótese", mediante a antítese entre os escravizados e Raimundo, todos personagens de ascendência africana, como as condições de existência proporcionadas por diferentes meios sociais, como a educação ou a ausência dela, determinam de maneira distinta e direta o comportamento humano.

Assim sendo, apesar de ter nascido escravizado, Raimundo se tornou um homem "enobrecido". Formou-se em Direito em Lisboa, cultivou com sucesso as artes, a literatura, a política e a ciência, sempre se vestindo com bom gosto e elegância. Pela Alemanha, França, Suíça e Estados Unidos, conheceu ideias modernas, cheias de amor pelo trabalho. Na seguinte passagem, em que Raimundo assiste a uma das crises de sua prima Ana Rosa, podemos ver a maneira como Azevedo o representa:

Raimundo chegou a conceber a ideia de ir à varanda — chamar alguém — fazer bulha — contar tudo! porém teve pena dela — iria prejudicá-la, ofendê-la — além disso seria um escândalo! um formidável escândalo!

— Que diabo havia de fazer? porque no fim de contas — coitada! ela não tinha culpa disto!

E Raimundo resolveu empregar meios brandos para acabar a questão.

É preciso notar que ele, entusiasta da **nova-ideia**, homem moderno por excelência, filiado a essa geração que tem por alvo o trabalho e a utilidade; [...] observador [...] consciencioso da matéria, que só procurava conhecer o homem por meio de experimentações e observações biológicas; que [...] entregara-se com talento e esforço ao estudo das ciências positivas [...]; que sabia ler Augusto Comte [...]; escutava há meses, com interesse de amigo, a constituição médica de Ana Rosa e descobrira-lhe a grande atividade mal aproveitada de seu organismo rico de força, os reclamos de seus órgãos ociosos [...].⁴⁵

⁴⁴ Original "Ainsi, dans notre roman expérimental, nous pourrions très bien risquer des hypothèses sur les questions d'hérédité et sur l'influence des milieux, après avoir respecté tout ce que la science sait aujourd'hui sur la matière. Nous préparerons les voies, nous fournirons des faits d'observation, des documents humains qui pourront devenir très utiles". ZOLA, *op. cit.*, 1881, p. 51. Adendo: nesse trecho, Zola aborda também as "questões da hereditariedade". Em *O mulato*, como veremos mais adiante, elas se limitam a psicopatologias impostas pela ausência de casamento, que afeta apenas Ana Rosa, e pela escravatura, que afeta os personagens escravocratas, mas sem quaisquer relações com uma perspectiva biologizante de raça.

⁴⁵ AZEVEDO, *op. cit.*, 1881, p. 166-167, grifo do autor.

Além dos personagens escravizados, Raimundo se difere de todos os demais personagens de *O mulato*, sem dúvida, pela educação positiva que recebeu na Europa. Ele se destaca, mormente, pelo Positivismo comtiano, que se manifesta em suas falas e na sua maneira de ver e de pensar o mundo. Ao longo do romance, Raimundo se mostra plenamente convencido da verdade da doutrina de Augusto Comte, colocando-se moral e intelectualmente acima de todos os que lhe são antagônicos.

Em uma breve passagem da conversa entre Raimundo e Manuel Pescada, podemos identificar a presença do Positivismo comtiano na fala do protagonista, quando ele relaciona o estado deliberadamente inepto do ensino das classes mais baixas com o estado abstrato no qual subsiste o governo imperial:

[...] — O senhor está enganado com este povo — aqui há muita criança que não tem o que fazer e não vai à escola, porque os pais não as querem mandar.

— [...] Nesse caso extremo o governo devia [...] lançar mão de meios também extremos — o ensino obrigatório — impor a escola como lei, multa aos infratores e prisão no caso de renitência! Mas é que ao governo não convém isso!...

— Por quê?

— Por uma razão muito simples — porque a forma do governo que nos rege não convém a verdadeira instrução das classes baixas. Onde iria parar a metafísica de nossa constituição, se não fosse a ignorância e o misticismo do povo? Creia, senhor Manuel, que, no dia em que o povo conhecer [...] seu valor, baqueia com todas as nossas velhas instituições católicas e absurdas [...].⁴⁶

O Positivismo comtiano consistia em uma doutrina reformista, cujo objetivo era repensar a sociedade ocidental e solucionar os problemas dela decorrentes. Para Augusto Comte, a educação desempenhava um papel fundamental na resolução dos problemas associados à modernidade, como a desigualdade social, porquanto promovia o acesso ao conhecimento pelos trabalhadores, permitindo-lhes, dessa maneira, o aprimoramento moral e intelectual.⁴⁷ Cabe ressaltar ainda que a moral tinha um papel basilar na educação

⁴⁶ AZEVEDO, *id.*, 1881, p. 274-275.

⁴⁷ LINS, Ivan. **História do Positivismo no Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1964.

positiva, pois desenvolvia nas pessoas a consciência de seus deveres em relação ao progresso da sociedade e da humanidade.

Raimundo, inclusive, expõe sua visão sobre a moral positiva ao reiterar a importância de educar para o trabalho. Para ele, ao ensinar pelo exemplo e aconselhar com a experiência, a moral positiva orienta para o verdadeiro aprendizado, sem reivindicar o direito de condenar o outro, nem esperar qualquer recompensa na vida eterna, com o único propósito de desenvolver no homem o amor pelo trabalho e pela humanidade, sendo essa a verdadeira caridade. Para Raimundo, ao ser praticada pelo homem, a moral positiva se direciona unicamente para o bem da humanidade e de seu progresso.

Não obstante, cabe salientar brevemente a presença do Positivismo comtiano no Brasil, uma vez que agradou, a princípio, aos grupos insatisfeitos com a escravidão e com o governo imperial. Para Augusto Comte, a escravidão era uma anomalia, um erro, e deveria ser abolida impreterivelmente, sendo somente um governo republicano capaz de realizá-la.⁴⁸ Para esses grupos, em vista disso, o Positivismo comtiano consistia, ademais de uma doutrina amparada pela ciência, em um meio apropriado para promover reformas institucionais.

Entre os que buscavam essas reformas, estavam os desiludidos com a doutrina liberal, pois os preceitos por ela preconizados, como o valor do trabalho e a autonomia, a supremacia da lei e a universalidade dos direitos naturais do homem, eram, por regra, desprezados em sociedades assentadas na escravidão, como a sociedade brasileira, que desmerecia o trabalho manual, favorecia as pessoas conforme os laços familiares em detrimento da competência, recusava a ideia de liberdade e negava a cidadania à grande maioria da população.⁴⁹ A doutrina de Augusto Comte, por conseguinte, mostrava-se um meio igualmente apropriado (e oportuno) para promover um programa liberal.

Cabe notar que o Liberalismo suscitava debates no Brasil ao preconizar a liberdade e a propriedade privada como direitos naturais e universais. O governo imperial, embora fundado, em teoria, na doutrina liberal, reconhecia e garantia, em sua Carta Magna de 1824, o direito de propriedade sobre os escravizados em favor de seus senhores,

⁴⁸ BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

⁴⁹ COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**. Momentos decisivos. 6. ed. São Paulo: UNESP, 1999.

contrariando os liberais mais radicais, pois, para eles, isso impedia necessariamente o desenvolvimento da economia capitalista.⁵⁰

No Brasil, em suma, o Positivismo comtiano atendia a distintos interesses, que, contudo, convergiam quando o objetivo era derrubar a Monarquia e instituir um governo republicano em nome da ordem, e abolir a escravatura em nome do progresso. Isso permitiria ao Brasil, sobretudo, uma identidade nacional homogênea, na qual todos assumiriam a consciência de seus deveres para com a sociedade e o respeito pelas hierarquias social e institucional, por meio de um programa educacional moralizador (e positivo).

Aluísio Azevedo, sem dúvida, encontrava-se entre os insatisfeitos, pois o romance *O mulato* defende ideias que contrastam diretamente com o *status quo* da escravatura e do governo imperial, representando um apelo ao Positivismo comtiano. No entanto, muito mais do que isso, Raimundo, que aqui interessa, mostra-se um personagem transgressor, representando uma crítica ao preconceito contra os mestiços, principalmente em uma sociedade ciosa da pureza de sangue (como a maranhense). Assim, o protagonista, sendo mais do que um mero apelo do Positivismo comtiano, coloca-se moral e intelectualmente acima de todos, como uma forma de contestar a ideia de que os mestiços eram inferiores, mormente devido à ascendência africana.

Mesmo entre os abolicionistas renomados, como Joaquim Nabuco, a ideia da inferioridade africana (e de sua presença no sangue da ascendência dos nacionais) ainda se fazia presente. Em uma passagem de *O abolicionismo*, podemos observar que, embora recriminando a escravatura e lhe atribuindo a causa da decadência do Brasil, Nabuco ainda insiste que parte do abastardamento dos nacionais resulta da mestiçagem:

Muitas das influências da escravidão podem ser atribuídas à raça negra, ao seu desenvolvimento mental atrasado, aos seus instintos bárbaros ainda, às suas superstições grosseiras. A fusão do Catolicismo, tal como o apresentava ao nosso povo o fanatismo dos missionários, com a feitiçaria africana, [...] nas camadas inferiores, intelectualmente falando, da nossa população, e que pela ama de leite, pelos contatos da escravidão doméstica, chegou até aos mais notáveis dos nossos homens; a ação de doenças africanas sobre a constituição física de parte do nosso povo; a corrupção da língua, das maneiras sociais, da educação e outros tantos

⁵⁰ BOSI, *op. cit.*, 1992; COSTA, *op. cit.*, 1999.

efeitos resultantes do cruzamento com uma raça num período mais atrasado de desenvolvimento; podem ser considerados isoladamente do cativo. Mas, ainda mesmo no que seja mais característico dos africanos importados, pode afirmar-se que, introduzidos no Brasil em um período no qual não se desse o fanatismo religioso, a cobiça, independente das leis, a escassez da população aclimada, e sobretudo a escravidão, doméstica e pessoal, o cruzamento entre Brancos e Negros não teria sido acompanhado do abastardamento da raça mais adiantada pela mais atrasada, mas da gradual elevação da última.⁵¹

Embora ambientada na sociedade maranhense, a crítica ao preconceito contra os mestiços se concentra em um debate nacional acerca da heterogeneidade da sociedade brasileira. Indubitavelmente, Raimundo critica o preconceito na sociedade maranhense, fundamentado na ideia de pureza de sangue (a qual incide sobre ele, mesmo com todos os seus atributos morais e intelectuais). Porém, ele confronta ainda as ideias que defendiam a vinda de imigrantes europeus, em detrimento do aproveitamento dos nacionais devido à ascendência africana.

Entre os abolicionistas, havia os que reiteravam a irracionalidade da escravatura (da qual falaremos adiante), bem como a inviabilidade do aproveitamento dos nacionais de ascendência africana, defendendo, desse modo, a necessidade de promover a vinda de imigrantes europeus para o Brasil. Contudo, havia também os que racializavam esse discurso, considerando os nacionais de ascendência africana incapazes de incorporar qualquer ideia de civilidade e nacionalidade devido à sua inferioridade racial.

No longo debate acerca da heterogeneidade do Brasil, a ausência de um povo coeso e a necessidade de construir uma nacionalidade brasileira, os abolicionistas imigrantistas defendiam a importância da presença europeia para: 1. Substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre, contornando a heterogeneidade social entre senhores e escravizados em favor do progresso social e econômico do Brasil; 2. Suprimir o sangue africano e promover a homogeneidade racial por meio do branqueamento da população, visando ao progresso moral e intelectual da sociedade brasileira.⁵²

⁵¹ NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Londres: Typ. de Abraham Kingdon e Ca., 1883, p. 144-145.

⁵² SANTOS, Gislene dos. **A invenção do "ser negro"**. Um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

Os positivistas comtianos mais radicais, ou ortodoxos, questionaram a necessidade de imigrantes europeus para compor a força de trabalho livre, uma vez que sempre relacionaram o abolicionismo com o tema do trabalho, ocupando-se do que denominaram de proletariado nacional e manifestando descontentamento com os projetos imigrantistas subsidiados pelo governo imperial.⁵³

1.2 "Envergonha-me de ser brasileiro"

Embora as falas do protagonista de *O mulato* tenham sido produzidas no contexto da escravatura maranhense, buscamos analisá-las no contexto nacional do abolicionismo, visto que nosso objetivo é examinar as representações do escravizado e da escravatura, assim como as ideias das quais elas se originam.

As falas abolicionistas mais marcantes de Raimundo aparecem em uma passagem suprimida a partir da segunda edição, na qual ele se recusa a rezar diante da cruz que marcava o local do assassinato de seu pai, iniciando uma longa conversa com seu tio, Manuel Pescada. A seguir, uma fala de Raimundo resume boa parte dessa conversa pouco amistosa:

Em vez de as fazerem passar as horas vagas, nos seminários e nas igrejas, habituando-se ao misticismo, à ociosidade e à hipocrisia, ou em vez de rezar em casa, agarradas às saias maternas, ou brincando de esconder com as negrinhas — melhor seria que fossem mover um prelo, aprender um ofício, ajeitar desde pequenino o corpo ao trabalho — o trabalho proveitoso instrui sempre e o hábito de trabalhar é o [...] escudo contra o vício! Em vez do crucifixo, do livrinho afeminado da missa ou do boneco de papel, meta-lhes na mão o malho, ou a enxada, ou o trapézio, ou o martelo, ou o buril, ou o pincel, a soveia, a plaina, a alavanca. Não tenha medo de que o fedelho sucumba! Ao contrário, a saúde se fortificará com o corpo! A inteligência se preparará para receber os grandes tesouros da ciência, o coração para sentir os seus grandes deveres civis e domésticos e para finalmente suportar no bojo esse amor imenso, universal — esse

⁵³ BOSI, *op. cit.*, 2004.

amor pela humanidade, que é o manancial de todas as luzes, de todo o progresso e de toda a civilização!⁵⁴

Antes de condenar a escravatura e os que dela subsistem, Raimundo acusa a Igreja de promover a ignorância no povo em favor do governo imperial e defende a importância de preparar as mulheres para o papel de genitora-educadora e os homens para o cotidiano do trabalho, como ocorre nas sociedades mais civilizadas. Cabe ressaltar, ainda que brevemente, que a fala supracitada contém parte das críticas anticlericais e republicanas do romance, comuns ao período imperial, uma vez que muitos adeptos do Positivismo comtiano, em momentos distintos, destacaram o monopólio da Igreja (do Catolicismo) no sistema de ensino como fator (e sinônimo) de atraso.⁵⁵

Posto isso, podemos analisar agora as falas abolicionistas de Raimundo. A primeira fala consiste em perguntas feitas a Manuel Pescada, logo após o protagonista declarar que o governo imperial submeteu os escravizados a uma condição sub-humana:

E será razoável condenar um escravo por ter matado o senhor? Ainda mesmo que esse escravo estivesse no seu juízo perfeito? Para que o escravizaram? Para que fizeram de um homem uma besta? As bestas feras não são responsáveis pelos seus atos! [...] Foi crime por crime [...]⁵⁶

Essa fala busca denunciar a condição sub-humana da escravatura e questionar sua legitimidade, mas reproduz uma imagem comum nos discursos abolicionistas brasileiros: a do escravizado como uma "besta".

A imagem bestializada do escravizado remete a uma ideia criada no Iluminismo. Os iluministas acreditavam que a razão e a natureza humana exigiam liberdade, o que os levou a construir a imagem do escravizado como um ser desprovido de razão.⁵⁷ Para eles, a capacidade de racionalizar as naturezas externa (o meio) e interna (os instintos) era o

⁵⁴ AZEVEDO, *op. cit.*, 1881, p. 272.

⁵⁵ SOUZA, Ricardo Luiz de. O anticlericalismo na cultura brasileira. Da colônia à república. In: **Revista de Ciências Humanas**. n. 37. Florianópolis: Edufsc, abr. de 2005.

⁵⁶ AZEVEDO, *op. cit.*, 1881, p. 277.

⁵⁷ AZEVEDO, Celia Marinho de. **Abolicionismo**. Estados Unidos e Brasil. Uma história comparada — século XIX. São Paulo: Annablume, 2003.

que distinguia o ser humano dos animais. Assim, caso privado de liberdade, o ser humano tenderia a agir como uma "besta".

No abolicionismo brasileiro, a imagem bestializada do escravizado deu origem a dois discursos: o do escravizado passivo e o do escravizado violento. A passividade do escravizado era conveniente para aqueles que defendiam a abolição imediata, porque sugeria que ele era resignado, quase como um vegetal ou um animal domesticado, e, portanto, inofensivo quando libertado. Já para os que propunham uma abolição gradual, mantendo a escravatura por mais alguns anos, era conveniente destacar a natureza violenta do escravizado, alertando para a possibilidade de uma revolta como a do Haiti, devido aos casos recorrentes de escravizados se amotinando e matando seus senhores, familiares ou feitores.⁵⁸

Em *O mulato*, os personagens escravizados exibem um comportamento resignado e passivo ao longo de quase todo o enredo, sendo frequentemente comparados a animais. A seguinte fala de Raimundo ilustra essa ideia, pois, ao reclamar a Manuel Pescada da violência com que as senhoras maranhenses castigavam os escravizados, enquanto, nas missas, devoravam o padre-nosso, ele avoca o dever de orientar o escravizado:

Quer que lhe diga com franqueza qual é a minha opinião a esse respeito e quais seriam os conselhos que daria a um escravo?! Dizia-lhe — não sejas covarde! Não sejas tolo! — Quando o homem, que se diz teu senhor, forte ao pelo, responde-lhe com uma bofetada [...] — quando puderes arrear a carga do cativo, arrea! E, na falta de um meio brando, lança mão do que te parecer melhor. Quando se trata da liberdade de um homem, não admito considerações!... Foge para a América do norte ou para outro qualquer lugar seguro, e não te doa a consciência de proceder desse modo, porque, na ocasião de te escravizar, não doeu a consciência ao teu carrasco. Foge! E manda o teu senhor pentear macacos!... Mas, se fores apanhado, e o teu dono meter-te em ferros e der-te uma mela, dessas que costumam dar por aí nos escravos que fogem, não hesites! — Faze o que fez o escravo do João Homem — enterra-lhe dois palmos de ferro na barriga. Mata-o! Para dar mais uma boa e dura lição ao governo, que não teve energia para acabar por uma vez com a escravatura!⁵⁹

⁵⁸ AZEVEDO, *id.*, 2003; AZEVEDO, Celia Marinho de. **Onda negra, medo branco**. O negro no imaginário das elites — século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

⁵⁹ AZEVEDO, *op. cit.*, 1881, p. 279-280.

Embora contraste com a maioria dos discursos abolicionistas, porquanto promove a resistência dos escravizados contra seus senhores, a fala de Raimundo ainda reproduz o discurso da passividade, reiterando a ideia do escravizado como resignado, uma vez que se faz imperativo orientá-lo sobre os caminhos para conquistar a liberdade. Em outra fala, na qual equipara a propriedade escrava à posse de uma carteira adquirida por roubo, Raimundo sugere que o escravizado vive em um estado de ignorância, pois, sendo passivo, desconhece seus direitos de homem:

— Perdão!... Da mesma forma, no dia em que o escravo reconhecesse os seus direitos de homem, podia dizer, sem cometer arbitrariedade alguma ao sujeito que o comprou — passa para cá a liberdade que me roubaram ou eu te mato; da mesma forma que o senhor diria — dê cá minha carteira ou vou queixar-me à polícia!⁶⁰

O discurso da passividade ressalta o distanciamento social de muitos abolicionistas em relação à realidade dos escravizados. Presumia-se que os escravizados eram passivos, inertes diante da escravatura, e que somente (re)agiam quando orientados e retirados do isolamento do cativeiro, visto que a escravatura os impedia de assumir por si mesmos qualquer tipo de consciência.⁶¹ Em outras palavras, os abolicionistas avocavam o dever de orientar e libertar os escravizados, tomando para si o renome e a autoridade sobre a abolição, enquanto aos escravizados restava apenas acompanhar e resistir ao lado de seus compadecidos redentores. Qualquer (re)ação fora dessa circunstância era entendida como efeito de desordem despropositada ou de furor desinteressado.

De 1880 a 1888, as fugas e as revoltas cresceram consideravelmente. No entanto, como nesse entretempo (e mesmo depois) as formas de resistência dos escravizados eram desconsideradas, suprimindo-se seus sentidos, o entendimento prevalente era o de que os abolicionistas haviam dado impulsos a essas (re)ações, planejando-as de forma racionalizada, com objetivos humanitários e progressistas. Hoje sabemos que os

⁶⁰ AZEVEDO, *id.*, 1881, p. 281.

⁶¹ AZEVEDO, *op. cit.*, 1987. Adendo: hoje sabemos que a ideia de que os escravizados eram passivos diante da escravatura e que apenas (re)agiam quando orientados está completamente equivocada, pois houve diversas formas de resistência criadas por eles, que incluíam desde fugas para quilombos ou mocambos, violência direta contra seus senhores, resistência ao trabalho, busca por alforrias *etc.* Cf. CHALHOUB, Sidney. **Visões de liberdade.** Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

abolicionistas tomaram para si a frente de uma luta que vinha sendo desenvolvida há muito tempo pelos próprios escravizados. Ou seja, assumiram o protagonismo do processo abolicionista com o objetivo de, primeiramente, preservar a ordem social em favor das elites; a abolição da escravatura já se tornava uma realidade cada vez mais iminente, e para os abolicionistas, era fundamental liderar esse processo, evitando qualquer revanchismo contra os futuros ex-senhores.⁶²

Não obstante, além de assumirem a frente do processo abolicionista e preservarem a ordem social, os abolicionistas buscaram, por meio do discurso da passividade e da imagem bestializada do escravizado, convencer que a escravatura era irracional e prejudicial ao Brasil. Em uma conversa entre Raimundo e Manuel Pescada acerca da escravatura e das condutas decorrentes dela, podemos observar essa ideia:

Manuel não gostara da conversa e [...] declarou que o governo não podia acabar assim com a escravatura, que isso seria prejudicar ao proprietário, e que nem valia a pena falar sobre semelhante coisa, por ser um assunto já muito discutido.

Raimundo perguntou-lhe então se o proprietário não foi porventura o primeiro a prejudicar os pretos da África, a prejudicar o futuro do Brasil, a prejudicar a sociedade inteira [...].⁶³

Os abolicionistas encaravam a escravatura como irracional e buscavam convencer os senhores de que o trabalho escravo era adverso ao interesse de uma sociedade que se pretendia civilizada. Contudo, a condição sub-humana dos escravizados passava longe de ser o cerne desse interesse. A ideia da irracionalidade da escravatura tinha um cunho burguês. Ela prejudicava o Brasil, seu futuro e a sociedade como um todo, porquanto o trabalho escravo era "pouco lucrativo" quando comparado ao trabalho livre.

A ideia da irracionalidade da escravatura pressupunha que o sistema escravista era antagônico ao capitalismo, o que retardava o desenvolvimento econômico do Brasil, desestimulando o aprimoramento e a expansão da economia, além de impedir o

⁶² AZEVEDO, *op. cit.*, 1987.

⁶³ AZEVEDO, *op. cit.*, 1881, p. 280.

crescimento de um sistema de mercados mais diversificado, restrito ao cultivo de gêneros tropicais dependentes do trabalho escravo.⁶⁴

O atraso econômico do Brasil, para os abolicionistas, resultava da irracionalidade da escravatura, porquanto ela impedia o desenvolvimento de novas dinâmicas sociais de trabalho, visto que a economia escravista limitava o mercado. Ademais, como consequência dessa irracionalidade, os abolicionistas consideravam que os brasileiros livres eram indolentes e pouco afeitos ao trabalho, contentando-se com o pouco que produziam para a subsistência. Por sua vez, os escravizados, bestializados pelo cativo, eram vistos como trabalhadores passivos e, em vista disso, inaptos para a racionalidade exigida pelo capitalismo.⁶⁵

Entre os abolicionistas, era senso comum que o atraso econômico do Brasil decorria da irracionalidade da escravatura, como se pode observar em *O abolicionismo*, quando Joaquim Nabuco expõe os motivos para a urgência da abolição:

[...] Porque a escravidão, assim como arruína economicamente o país, impossibilita o seu progresso material, [...] rebaixa a política; habitua-o ao servilismo, impede a imigração, desonra o trabalho manual, retarda a aparição das indústrias, promove a bancarrota, desvia os capitais do seu curso natural, afasta as máquinas, excita o ódio entre classes, produz uma aparência ilusória de ordem, bem-estar e riqueza, a qual encobre os abismos de anarquia moral, de miséria e destituição, que do Norte ao Sul margeiam todo o nosso futuro.⁶⁶

Apesar disso, é importante elucidar que a economia escravista era racionalizada, baseando-se nos lucros de mercado e no acúmulo de capital por meio do emprego da força de trabalho alienada, de maneira análoga à economia capitalista. Assim sendo, tanto o trabalho escravo quanto o trabalho livre estavam sujeitos à mesma racionalidade.⁶⁷

⁶⁴ AZEVEDO, *op. cit.*, 1987.

⁶⁵ AZEVEDO, *id.*, 1987. Adendo: a ideia da irracionalidade da escravatura persistiu no século XX. Por exemplo, Celso Furtado defendia que as pessoas submetidas ao cativo apresentavam um baixo desenvolvimento intelectual, o que ajudaria a explicar por que continuavam marginalizadas, mesmo após a abolição da escravatura, e também o lento desenvolvimento econômico do Brasil.

⁶⁶ NABUCO, *op. cit.*, 1883, p. 114-115.

⁶⁷ AZEVEDO, *op. cit.*, 2003; AZEVEDO, *op. cit.*, 1987; COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. São Paulo: UNESP, 2010; CHALHOUB, *op. cit.*, 1990.

Embora os abolicionistas concordassem quanto à irracionalidade da escravatura, discordavam quanto à composição da força de trabalho livre. Os abolicionistas reformistas viam o nacional livre e o escravizado, como futuro liberto, uma alternativa, enquanto os abolicionistas imigrantistas acreditavam que apenas o europeu seria apto para a racionalidade exigida pela dinâmica capitalista. Esse desacordo tinha seus motivos: a ascendência dos escravizados e a heterogeneidade da sociedade brasileira.⁶⁸

Mais cedo ou mais tarde, os escravizados estariam todos livres, e isso representava um problema para os abolicionistas, pois o projeto nacional que se buscava estava baseado no modelo europeu de sociedade, que exigia a homogeneidade de seu povo. Para os abolicionistas, a ascendência dos escravizados, a mesma de grande parte dos nacionais livres, era um dos problemas que a escravatura impôs ao Brasil, pois teria forçosamente imposto a presença africana na sociedade brasileira. Aos olhos dos abolicionistas, dessa maneira, as pessoas de ascendência africana deixavam de ser um problema enquanto escravizadas para se tornarem um problema como negras. Em vista disso, interpelavam-se: o que fazer com uma enorme massa de pessoas negras (e mestiças) libertas (ou nascidas livres)?⁶⁹

Os abolicionistas reformistas, tanto imediatistas quanto gradualistas, buscavam integrar as pessoas de ascendência africana, libertas e nascidas livres (os nacionais livres), por meio do trabalho. Embora as considerassem intelectualmente limitadas e ociosas, ainda as viam como uma força de trabalho proveitosa. No entanto, por serem consideradas racialmente inferiores, acreditavam que deveriam ser assistidas pelo Estado enquanto se habituavam às benesses do trabalho livre, transformando-se, em um futuro breve, em indivíduos moralizados e civilizados.⁷⁰

A ideia de que o trabalho livre transformava as pessoas, promovendo uma melhoria, era bastante comum entre os abolicionistas adeptos dos preceitos do Positivismo comtiano. Para eles, as sociedades se desenvolviam de forma progressiva até alcançarem uma etapa ideal de harmonia social por meio do trabalho. Na seguinte fala de

⁶⁸ AZEVEDO, *op. cit.*, 1987.

⁶⁹ Cabe notar que a homogeneidade é, também nas sociedades europeias, um projeto político-ideológico; uma forma de representação que desconsidera as heterogeneidades étnicas e sociais. Cf. HOBBSBAWN, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

⁷⁰ AZEVEDO, *op. cit.*, 1987.

Raimundo a Manuel Pescada, observa-se o trabalho (sua oferta) como um bem em favor da humanidade:

[...] Como lhe dizia, se o homem há de empregar inutilmente sua atividade em adorar a Deus, que não precisa de nossa adoração e que nunca chegaria a ser compreendido por nós, melhor será empregá-la em proveito real de alguma coisa e contentar-se cada um com ser útil a seu semelhante.

— De que modo?

— Muito simplesmente — tratando de estudar e aplicar o meio prático mais evidente para torná-lo feliz.

— Como assim?

— Fornecendo-lhe, cada um no seu trabalho de utilidade real, os elementos de instrução, de educação, e de progressos materiais.

— Mas eu, por exemplo, em que podia ser útil à humanidade?!

— Oh! Naquilo que estivesse ao seu alcance.

— Pois tenha a bondade de dizer alguma coisa que esteja ao meu alcance.

— Meu Deus! O senhor podia dedicar-se à invenção de qualquer indústria, ou de qualquer empresa, ou de qualquer máquina de utilidade real; como simples negociante podia ampliar o comércio da província em que o senhor tem enriquecido, podia criar fábricas, facilitar a vida da gente menos provida de fortuna ou de inteligência, e enfim empregar a atividade de muitas pessoas ociosas e sem dinheiro. Então isto não é fazer bem à humanidade?⁷¹

As representações se enunciam em termos de poder e dominação e compreendem os interesses de quem as (re)produz. Nesse sentido, a ideia de integrar as pessoas de ascendência africana por meio do trabalho livre visava, antes de tudo, a impor novas formas de sujeição em proveito de interesses alheios. Os abolicionistas reformistas divergiam em suas propostas. Por exemplo, havia aqueles que defendiam o repartimento dos latifúndios em pequenos lotes (ainda sob propriedade de seus titulares), que seriam entregues às pessoas de ascendência africana, com o objetivo de suscitar nelas um sentimento de posse e liberdade, ao mesmo tempo em que permaneciam atreladas a seus antigos cativeiros e ao serviço de seus antigos senhores (caso fossem libertas). Já outros

⁷¹ AZEVEDO, *op. cit.*, 1881, p. 266-267.

abolicionistas reformistas defendiam o trabalho coercivo como meio de educar essas pessoas ao cotidiano do trabalho livre, contando com o amparo das forças policiais para evitar comportamentos considerados ociosos (em centros urbanos).⁷² Porém, invariavelmente, todos concordavam que, diante da impossibilidade de alcançar uma homogeneidade racial, ao menos se poderia construir uma homogeneidade social, na qual cada indivíduo assumiria a consciência de seus deveres e de seus lugares conforme a dinâmica capitalista de trabalho, em prol da ordem e do progresso do Brasil.

Em contrapartida, os abolicionistas imigrantistas tinham uma visão mais pessimista sobre as pessoas de ascendência africana, pois as viam como uma ameaça à ordem social nacional, uma ameaça que, segundo eles, apenas os europeus, habituados à racionalidade capitalista, poderiam contornar. Para muitos desses abolicionistas, as pessoas de ascendência africana deveriam, forçosamente, ser deslocadas para regiões mais distantes e pouco povoadas do Brasil, desocupando os grandes centros urbanos para a chegada dos imigrantes europeus. Havia ainda aqueles que defendiam a ideia de remetê-las de volta ao continente africano.⁷³

Aliás, na longa conversa entre Raimundo e Manuel Pescada, podemos observar uma ideia semelhante. No entanto, o protagonista atribui um tom humanitário à sua fala ao defender a necessidade de se fazer justiça aos negros africanos que continuavam indevidamente escravizados com a anuência do governo imperial:

— Mas o que queria o senhor que se fizesse? Pensemos friamente — o senhor sabe que o nosso serviço da lavoura, cá pelo Norte pelo menos, é só possível ao negro.

— Não concordo, mas enfim seria pelos negros livres e não sujeitos ao reino — o que eu queria? — Que se fizesse a independência dos nossos negros como se fez em Maryland [estado localizado no Norte dos Estados Unidos], e que se acabasse por uma vez com esta fonte de misérias!

— Isso era impossível!

— Mas quando não se pudesse fazer a independência logo, decretassem-se leis enérgicas, que ampliassem mais a do ventre livre, por exemplo — remeter logo os negros africanos para a pátria — isso seria de justiça; decretar que ficava livre todo e qualquer escravo por morte do senhor;

⁷² AZEVEDO, *op. cit.*, 1987; COSTA, *op. cit.*, 2010; CHALHOUB, *op. cit.*, 1990.

⁷³ AZEVEDO, *op. cit.*, 1987.

não consentir vendas, nem trocas, nem heranças, forçadas ou indiretas, de escravos *etc., etc.*, — isto se não era legal, era ao menos justo!...⁷⁴

Amparados em teorias que presumiam a superioridade dos europeus e de seu modelo de sociedade, os abolicionistas imigrantistas fomentaram o discurso de que as pessoas de ascendência africana, fossem negras ou mestiças, libertas ou nascidas livres, estavam inaptas para o trabalho livre. Essa inaptidão resultaria tanto da escravatura, que as teria embrutecido por centenas de anos em cativeiro, quanto de sua raça, considerada inerentemente atrasada.⁷⁵ Dessa maneira, como força de trabalho, teriam pouco ou nada a contribuir para o desenvolvimento da economia capitalista no Brasil.

Os abolicionistas imigrantistas defendiam que a escravatura, devido a sua irracionalidade, limitava a dinâmica social do trabalho, impedia o crescimento de um sistema de mercados e, como consequência, gerava uma sociedade indolente e voltada à mera subsistência. Ademais, a escravatura teria produzido uma força de trabalho bestializada pelo cativeiro que, em liberdade, demonstrava-se intelectualmente incapaz de exercer qualquer atividade econômica que exigisse iniciativa própria, estando fortemente ligada à ignorância. Assim, para os abolicionistas imigrantistas, preocupados com a transição da economia escravista para a capitalista, a única alternativa viável era recorrer a uma força de trabalho já moldada pelo capitalismo.⁷⁶ Isto é, à força de trabalho racionalizada do europeu.

A ideia de que os europeus eram habituados à racionalidade capitalista e, portanto, estavam aptos ao trabalho livre, possuía um cunho fortemente racista. Os abolicionistas imigrantistas buscavam, com a presença europeia, não apenas formar um mercado de trabalho livre, mas também contornar a heterogeneidade racial da sociedade brasileira (ao menos da sociedade sudestina) e obliterar a presença africana de seu cenário social.

Em suma, a seguinte fala de Raimundo, embora direcionada ao governo imperial, evidencia com bastante clareza o medo que assombrava os abolicionistas, principalmente os imigrantistas e as elites a eles associadas:

⁷⁴ AZEVEDO, *op. cit.*, 1881, p. 282-283.

⁷⁵ AZEVEDO, *op. cit.*, 1987.

⁷⁶ AZEVEDO, *id.*, 1987.

— Quando do ventre livre rebentar uma nova geração de párias, mulatos, livres, inteligentes e repudiados pela velha sociedade dos brancos, quando vierem esses leões — então segure-se bem o governo no seu trono, porque essa geração há de devorá-lo! E será bem feito!⁷⁷

O leitor pode questionar a amplitude de tal leitura sobre *O mulato*, especialmente por se tratar de um romance regionalmente localizado. No entanto, entre 1876 e 1878, Aluísio Azevedo vivenciou uma breve e fecunda experiência no Rio de Janeiro, que lhe permitiu aprofundar o conhecimento da doutrina de Augusto Comte e acompanhar os debates mais relevantes no meio intelectual da capital brasileira.⁷⁸ Entre esses debates, destacava-se a questão do aproveitamento da população de ascendência africana como força de trabalho livre no contexto do abolicionismo, em oposição à preferência pelo uso da força de trabalho do imigrante europeu.

Cabe salientar que, nos primeiros rascunhos do romance *O mulato*, Aluísio Azevedo tencionava incluir uma passagem em que Raimundo conheceria a personagem Laura, uma burguesa de linhagem europeia, nascida na capital do Brasil, com quem se relacionaria durante a viagem para a capital maranhense. Embora essa passagem tenha sido suprimida, ela permite uma compreensão mais ampla da crítica de Aluísio Azevedo ao preconceito contra os mestiços, enquanto nacionais de ascendência africana. Isso porque Raimundo seria bem recebido pelos pais da jovem, que ignorariam totalmente sua ascendência africana em razão de sua educação positiva, de um brasileiro que honra o Brasil, sugerindo uma visão sobre como deveria se dar a convivência humana em uma sociedade nacional civilizada.⁷⁹

Aluísio Azevedo, em *O mulato*, incorre em práticas racistas ao representar seus personagens, especialmente os escravizados, considerando a ingerência do Positivismo comtiano. Entretanto, ao contrário da personagem Dona Quitéria, ele não via a pele preta ou escura, tampouco a ascendência africana, como um "crime". Para contornar o que considerava um "estado animista" (e passivo) das culturas africanas e, principalmente, os problemas causados por séculos de escravidão, era essencial educar adequadamente

⁷⁷ AZEVEDO, *op. cit.*, 1881, p. 282.

⁷⁸ MAURICIO, *op. cit.*, 2020.

⁷⁹ Cf. MÉRIAN, *op. cit.*, 2013.

todos os nacionais de ascendência africana por meio da educação positiva, em nome da ordem e do progresso da sociedade brasileira.⁸⁰

⁸⁰ A personagem Dona Quitéria foi inspirada em um crime real que abalou a sociedade maranhense, o crime da baronesa de Grajaú (1876 - 1877), para representar as incoerências do Catolicismo perante a escravatura. Juntamente com os personagens Dona Maria Bárbara e Cônego Diogo, ela contribui para a crítica anticlerical do romance.

PARTE II
O CORTIÇO

Em 1890, o romance naturalista *O cortiço* também gerou polêmicas, desta vez na sociedade carioca, ao abordar diversos temas considerados incômodos ou tabus, como cobiça, pobreza, alcoolismo, violência, homoafetividade, mestiçagem e promiscuidade, inspirando-se, sobretudo, em *A taberna*, de Émile Zola.

Nesta segunda parte, analisamos, inicialmente, como Aluísio Azevedo representa os personagens João Romão e Bertoleza e, depois, Jerônimo e Rita Baiana, debatendo a maneira como esses personagens são representados (social e) racialmente, assim como as ideias que incidem sobre eles.

2.1 "Procurava instintivamente o homem numa raça superior"

Cabe logo notar que, embora publicado em 1890, o enredo de *O cortiço* se ambienta no período imperial, pouco antes da abolição da escravatura. Isso é evidente porque o relacionamento entre João Romão e Bertoleza se desenvolve e termina fatidicamente em consequência do direito de propriedade sobre os escravizados, vigente nesse contexto.

No romance, Aluísio Azevedo representa seus personagens de maneira crua e sem idealizações românticas. A narrativa se desenvolve em um cortiço pobre, localizado no bairro do Botafogo, no Rio de Janeiro, que funciona como uma alegoria do Brasil, onde o meio e a raça influenciam o comportamento dos personagens e, muitas vezes, determinam seus desventurados destinos.

O português João Romão protagoniza *O cortiço* e é caracterizado por sua cobiça desmedida e pelo sonho delirante de enriquecer no Brasil. Esse traço pode ser constatado logo na passagem que enceta o romance:

João Romão foi, dos treze aos vinte e cinco anos, empregado de um vendeiro que enriqueceu entre as quatro paredes de uma suja e obscura taverna nos refolhos do bairro de Botafogo; e tanto economizou do pouco que ganhara nessa dúzia de anos, que, ao retirar-se o patrão para a terra, lhe deixou, em pagamento de ordenados vencidos, nem só a venda com o que estava dentro, como ainda um conto e quinhentos em dinheiro. Proprietário e estabelecido por sua conta, o rapaz atirou-se à labutação ainda com mais ardor, possuindo-se de tal delírio de enriquecer, que afrontava resignado as mais duras privações. Dormia sobre o balcão da própria venda, em cima de uma esteira, fazendo travesseiro de um saco de estopa cheio de palha.⁸¹

Para concretizar seu sonho delirante, João Romão se priva de tudo o que pode para economizar e acumular capital. Todavia, além de se privar, ele explora todos à sua volta, sobretudo Bertoleza, que, como veremos adiante, dedica-se inteiramente aos cuidados de seu amado.

Sem domingos nem dias santos, o protagonista busca se assenhorar do alheio. Frequentemente, deixa de pagar o que deve, mas nunca deixa de cobrar o que lhe devem. Ainda, rouba sua pobre freguesia, enganando-a nos pesos e medidas, e compra produtos furtados por escravizados de seus senhores, tudo sem o menor peso na consciência. Vejamos, aliás, a forma nada honesta com que ele empreende seu cortiço:

João Romão não saía nunca a passeio, nem ia à missa aos domingos; tudo que rendia a sua venda e mais a quitanda seguia direitinho para a caixa econômica e daí então para o banco. Tanto assim que, [...] indo em hasta pública algumas braças de terra situadas ao fundo da taverna, arrematou-as logo e tratou, sem perda de tempo, de construir três casinhas de porta e janela. Que milagres de esperteza e de economia não realizou ele nessa construção! Servia de pedreiro, amassava e carregava barro, quebrava pedra; pedra, que o velhaco, fora de horas, junto com a amiga, furtavam à pedreira do fundo, da mesma forma que subtraíam o material das casas em obra que havia por ali perto. Estes furtos eram feitos com todas as

⁸¹ AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. Rio de Janeiro: Garnier, 1890, p. 7-8.

cautelas e sempre coroados do melhor sucesso [...]. João Romão observava durante o dia quais as obras em que ficava material para o dia seguinte, e à noite lá estava ele rente, mais a Bertoleza, a removerem tábuas, tijolos, telhas, sacos de cal, para o meio da rua, com tamanha habilidade que se não ouvia vislumbre de rumor.⁸²

Por certo, João Romão representa tanto a cobiça dos primeiros colonizadores quanto a dos estrangeiros que chegam ao Brasil em busca de riqueza, especialmente com a chegada em massa de imigrantes europeus no Sudeste. Aluísio Azevedo foi um dos primeiros (e talvez um dos poucos) a abordar o enriquecimento pessoal por meio da exploração abusiva da força de trabalho (e de outros meios desonestos). O enredo de *O cortiço* acompanha a ascensão do protagonista, sendo justamente o cerne do romance, e alegoriza a forma como os estrangeiros, no Brasil, exploram os nacionais para enriquecer rapidamente.⁸³

No entanto, Aluísio Azevedo situa o antagonismo entre estrangeiros e nacionais no campo das disputas raciais, como uma espécie de "luta de raças", sem propor qualquer crítica à desigualdade social que incide sobre o cotidiano da maioria dos nacionais. Para ele, o estrangeiro, representado pelo português, corresponde a uma raça superior que luta para resistir ao meio tropicalizado do Brasil, na medida que o nacional, composto, em sua maioria, por negros e mestiços, representa uma raça inferior, perfeitamente adaptada ao ambiente brasileiro, mas "irreversivelmente vencida". Em *O cortiço*, o mestiço aparece como um tipo pândego, que pouco ou nada economiza do que ganha, restando-lhe apenas permanecer sob o domínio do estrangeiro, que, resistindo, vence, domina e explora o meio brasileiro.

Aqui, interessa mencionar uma diferença considerável entre *O mulato* e *O cortiço*, pois, no primeiro, o meio se limita ao âmbito social, enquanto no segundo o meio compreende, ademais, o ambiente natural, propriamente o clima tropical do Brasil, que interfere diretamente no social e, por conseguinte, na vida intelectual e passional dos indivíduos neles contidos. Essa diferença em *O cortiço* decorre, por certo, do fato de o romance estar bem mais alinhado à concepção de meios apresentada por Zola, em *O romance experimental*. Nele, Zola defende que o homem vive em sociedade, em um meio

⁸² AZEVEDO, *id.*, 1890, p. 12.

⁸³ CANDIDO, Antonio. De cortiço a cortiço. In: **O discurso e a cidade**. São Paulo: Duas Cidades, 1993.

social, e que esse meio atua incessantemente sobre os fenômenos humanos, mas defende ainda que o meio natural atua igualmente sobre tais fenômenos. Azevedo, entretanto, pensando tal concepção em conformidade com a noção de natureza embutida nas teorias raciais em voga, acaba sobrepondo o natural ao social.⁸⁴

Considerado isso, o olhar de Aluísio Azevedo sobre os estrangeiros e sua relação com o Brasil e os nacionais se revela ambíguo. Ao mesmo tempo em que manifesta certo ressentimento pela presença do europeu, que historicamente explora "o povo brasileiro", reconhece sua importância, sobretudo como uma alternativa ao próprio brasileiro, que, segundo sua perspectiva, pouco ou nada faz de proveitoso para o país. Essa ambiguidade era comum entre os grupos intelectuais da época, pois, para eles, mesmo após quase cem anos de independência, a sociedade brasileira permanecia distante do modelo ideal emanado da Europa. Ademais, prevaleciam teorias que presumiam a inferioridade e a incapacidade da grande maioria dos brasileiros, devido à sua ascendência africana. Por conseguinte, o estrangeiro, fosse ele português ou de qualquer outra nacionalidade europeia, ainda que se apropriasse das riquezas do Brasil e explorasse os nacionais, era encarado como um "mal necessário".⁸⁵

⁸⁴ A seguinte fala de Zola ilustra como os meios natural e social interagem, ambos considerados "ambientes externos", com o indivíduo sendo o "ambiente interno". Vejamos: "O homem não está sozinho; ele vive em sociedade, em um meio social, e, portanto, para nós, romancistas, esse meio social modifica constantemente os fenômenos. Nossa principal investigação situa-se justamente na relação recíproca entre a sociedade e o indivíduo, e entre o indivíduo e a sociedade. Para o fisiologista, o meio externo e o meio interno são essencialmente químicos e físicos, o que lhe permite identificar suas leis com relativa facilidade. Ainda não conseguimos demonstrar que o meio social seja, da mesma forma, apenas químico e físico. De certo modo, ele o é, ou melhor, trata-se de um produto variável de um grupo de seres vivos que, por sua vez, estão inteiramente submetidos às leis físicas e químicas que regem tanto os corpos vivos quanto os corpos brutos. Dessa maneira, compreende-se que é possível intervir no meio social ao atuar sobre os fenômenos que se tenha conseguido controlar no ser humano". Original "L'homme n'est pas seul, il vit dans une société, dans un milieu social, et dès lors pour nous, romanciers, ce milieu social modifie sans cesse les phénomènes. Même notre grande étude est là, dans le travail réciproque de la société sur l'individu et de l'individu sur la société. Pour le physiologiste, le milieu extérieur et le milieu intérieur sont purement chimiques et physiques, ce qui lui permet d'en trouver les lois aisément. Nous n'en sommes pas à pouvoir prouver que le milieu social n'est, lui aussi, que chimique et physique. Il l'est à coup sûr, ou plutôt il est le produit variable d'un groupe d'êtres vivants, qui, eux, sont absolument soumis aux lois physiques et chimiques qui régissent aussi bien les corps vivants que les corps bruts. Dès lors, nous verrons qu'on peut agir sur le milieu social, en agissant sur les phénomènes dont on se sera rendu maître chez l'homme". ZOLA, *op. cit.*, 1881, p 19. Adendo: Émile Zola, assim como Azevedo e outros naturalistas, baseava suas ideias, e especialmente suas hipóteses, nas teorias em voga que melhor correspondiam aos seus interesses.

⁸⁵ SANTOS, *op. cit.*, 2005. Adendo: Antonio Candido subentende que tal ressentimento resultava do fato de a força de trabalho dos nacionais de ascendência africana ser explorada em favor da riqueza dos europeus, especialmente dos portugueses, e não de um restrito grupo de nacionais intelectualizados. *Cf. op. cit.*, 1993.

Em *O cortiço*, João Romão representa, entre tantas coisas, a raça superior que vence o meio tropicalizado do Brasil, resistindo aos encantos e às taras dos nacionais mestiços.⁸⁶ Para o protagonista, os brasileiros servem apenas como animais de ganho, uma força de trabalho a ser explorada por meio da taverna e do aluguel do cortiço, e nada além disso. Esse comportamento pode ser observado na passagem em que um grande incêndio consome quase todo o cortiço, e João Romão, curioso, persegue o velho Libório:

João Romão apareceu, e ele, assim que o viu, redobrou de aflição e torceu-se todo sobre as garrafas, defendendo-as com o corpo inteiro, a olhar aterrado e de esguelha para o seu interventor, como se dera cara a cara com um bandido. E, a cada passo que o vendeiro adiantava, o tremor e o sobressalto do velho recresciam, tirando-lhe da garganta grunhidos roucos de animal batido e assustado. Duas vezes tentou erguer-se; duas vezes rolou por terra moribundo. João Romão objurgou-lhe que qualquer demora ali seria morte certa: o incêndio avançava. Quis ajudá-lo a carregar o fardo, Libório, por única resposta, arregaçou os beiços, mostrando as gengivas sem dentes e tentando morder a mão que o vendeiro estendia já sobre as garrafas.

Mas, lá de cima, a ponta de uma língua de fogo varou o teto e iluminou de vermelho a miserável pocilga. Libório tentou ainda um esforço supremo, e nada pode, começando a tremer da cabeça aos pés, a tremer, a tremer, grudando-se cada vez mais à sua trouxa, e já estrebuchava, quando o vendeiro lhe a arrancou das garras com violência. Também era tempo, porque, depois de insinuar a língua, o fogo mostrou a boca e escancarou afinal a goela devoradora.

O tratante fugiu de carreira, abraçado à sua presa, enquanto o velho, sem conseguir pôr-se de pé, rastreava na pista dele, dificultosamente, estrangulado de desespero senil, já sem fala, rosnando uns vagidos de morte, os olhos turvos, todo ele roxo, os dedos enriçados como as unhas de um abutre ferido.

João Romão atravessou o pátio de carreira e meteu-se na sua toca para esconder o furto. Ao primeiro exame, de relance, reconheceu logo que era dinheiro em papel o que havia nas garrafas. Enterrou a trouxa na prateleira de um armário velho cheio de frascos e voltou lá fora para acompanhar o serviço dos bombeiros.⁸⁷

⁸⁶ Cabe apontar que, para os pensadores do racismo moderno, os europeus de origem greco-latina eram considerados inferiores aos anglo-saxões e germânicos (arianos). Cf. SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco**. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870 – 1930). São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

⁸⁷ AZEVEDO, *op. cit.*, 1890, p. 282-283.

Apesar da breve tentativa de salvar a vida de Libório, João Romão sequer lamenta a infortunada sorte de seu inquilino, chegando a esbravejar ao descobrir que uma boa quantia do dinheiro furtado estava fora de uso. Contudo, Libório nos interessa não apenas enquanto exemplo do comportamento do protagonista, mas também para destacar uma imagem (ou melhor dizendo, uma ideia antissemita e, portanto, racista) comum no século XIX: a representação dos judeus como indivíduos miseravelmente avarentos. Vejamos a passagem em que o narrador descreve os moradores do cortiço como pessoas mal remuneradas, que mal podiam matar a fome com o que ganhavam, situando entre eles o personagem Libório:

O velho Libório, que jamais ninguém sabia ao certo onde almoçava ou jantava, surgiu do seu buraco, que nem jabuti quando vê chuva.

[...] Ocupava o pior canto do cortiço e andava sempre a fariscar os sobejos alheios, filando aqui, filando ali, pedindo a um e a outro, como um mendigo, chorando misérias eternamente, apanhando pontas de cigarro para fumar no cachimbo, cachimbo que o somítico roubara de um pobre cego decrépito. Na estalagem diziam, todavia, que Libório tinha dinheiro aferrolhado, contra o que ele protestava ressentido, jurando a sua extrema penúria. E era tão feroz o demônio naquela fome de cão sem dono, que as mães recomendavam às suas crianças todo o cuidado [...], porque o diabo do velho, quando via algum pequeno desacompanhado, punha-se logo a rondá-lo, a cercá-lo de festas e a fazer-lhe ratices para o engabelar, até conseguir furtar-lhe [...] o vintezinho que o pobrezinho trazia fechado na mão.⁸⁸

Como ideologia, cabe notar que o racismo moderno surge no contexto do Imperialismo e da luta de classes, com a emergência do socialismo. As teses acerca das diferenças e desigualdades humanas passaram a abranger não apenas as chamadas raças inferiores, mas também as classes e os gêneros marginalizados. Para as teorias raciais da época, apenas os homens das classes dominantes, como a burguesia e a aristocracia, eram verdadeiramente superiores. Assim sendo, judeus, pobres, mulheres e outras minorias eram igualmente vistos como inferiores e, portanto, passíveis de serem subjugados ou até mesmo eliminados, como se observa no processo neocolonial do continente africano a

⁸⁸ AZEVEDO, *id.*, 1890, p. 100.

partir do século XIX ou, posteriormente, no Holocausto na Alemanha nazista, em meados do século XX.⁸⁹

A ideologia compreende um conjunto de representações aparentemente coerentes que regem, ou tendem a reger, o comportamento das pessoas diante do mundo social.⁹⁰ Além disso, ela se apropria de determinadas representações com um objetivo social e politicamente motivado, buscando, assim, produzir certos resultados. No século XIX, o racismo no Brasil, enquanto ideologia, tinha como propósito legitimar as desigualdades e reiterar as hierarquias sociais legadas pela escravatura.

Posto isso, vejamos a seguir como Bertoleza é representada e como se desenvolve seu relacionamento com João Romão. O narrador a descreve como uma mulher cafuza, escravizada, com aproximadamente trinta e poucos anos, que trabalha arduamente em sua quitanda, a mais movimentada do bairro, para pagar de jornal a seu dono e ainda guardar o pouco que lhe sobra para sua alforria.

Ademais, Bertoleza foi amigada, por certo tempo, com um português que, para sua infelicidade, morreu "estrompado como uma besta", após puxar em sua carroça uma carga muito maior do que suas forças permitiam. Depois disso, seu destino se entrelaçou de forma trágica ao do protagonista, pois:

João Romão mostrou grande interesse por esta desgraça, fez-se até participante direto dos sofrimentos da vizinha, e com tamanho empenho a lamentou, que a boa mulher o escolheu para confidente das suas desventuras. Abriu-se com ele, contou-lhe a sua vida de amofinações e dificuldades. Seu senhor comia-lhe a pele do corpo! Não era brinquedo para uma pobre mulher ter de escarrar para ali, todos os meses, vinte mil réis em dinheiro! E segredou-lhe então o que já tinha junto para a sua liberdade e acabou pedindo ao vendeiro que lhe guardasse as economias, porque já de certa vez fora roubada por gatunos que lhe entraram na quitanda pelos fundos.

Daí em diante, [...] tornou-se o caixa, o procurador e o conselheiro da crioula. No fim de pouco tempo era ele quem tomava conta de tudo que ela produzia, e era também quem punha e dispunha dos seus pecúlios, e

⁸⁹ SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. In: **Anuário Antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

⁹⁰ ARENDT, Hannah, 2012 *apud* MAURICIO, Marlzonni Marrelli Matos. Raça e racismo no Brasil. Problemas teóricos e históricos. In: FERREIRA, Lorena de França; MAURICIO, Marlzonni Marrelli Matos; JESUS, Paulo Henrique de (Orgs.). **A pesquisa histórica e suas múltiplas abordagens**. Teresina: Cancioneiro, 2023.

quem se encarregava de remeter ao senhor os vinte mil réis mensais. Abriu-lhe logo uma conta corrente, e a quitandeira, quando precisava de dinheiro para qualquer coisa, dava um pulo até à venda e recebia-o das mãos do vendeiro, de « Seu João » como ela dizia. Seu João debitava metodicamente essas pequenas quantias num caderninho, em cuja capa de papel pardo lia-se, mal escrito e em letras cortadas de jornal: Ativo e passivo de Bertoleza.⁹¹

João Romão, aos poucos, aproxima-se de Bertoleza, conquistando sua confiança de forma cega, embora ela fosse para ele apenas um meio de acumular capital mais rapidamente e concretizar seu sonho delirante de enriquecer no Brasil. Entretanto, Bertoleza jamais suspeitou de seus verdadeiros interesses, entregando-lhe toda a sua economia para que ele a administrasse e investisse em benefício do futuro de ambos. Sua confiança na idoneidade do protagonista era tão grande que:

Por último, se alguém precisava tratar com ela qualquer negócio, nem mais se dava ao trabalho de procurá-la, ia logo direto a João Romão. Quando deram fé estavam amigados.

Ele propôs-lhe morarem juntos, e ela concordou de braços abertos, feliz em meter-se de novo com um português, porque, como toda a cafuza, Bertoleza não queria sujeitar-se a negros e procurava instintivamente o homem numa raça superior à sua.⁹²

Essa passagem nos permite destacar algo extremamente interessante no pensamento de Aluísio Azevedo: sua maneira de ver e de pensar o mundo mudou substancialmente. Se, antes, em *O mulato*, sua principal referência era o Positivismo de Augusto Comte, em *O cortiço* passa a predominar o Positivismo, ou darwinismo social, de Herbert Spencer, especialmente em sua versão brasileira, que deu origem à tese do branqueamento.

O Positivismo, ou darwinismo social, de Herbert Spencer buscava aplicar a teoria de Charles Darwin às sociedades humanas. Para a doutrina spenciana, os seres humanos eram, por natureza, desiguais e, portanto, dotados de diferentes capacidades, algumas consideradas superiores e outras, inferiores. A vida em sociedade era vista como uma luta

⁹¹ AZEVEDO, *op. cit.*, 1890, p. 8-9.

⁹² AZEVEDO, *id.*, 1890, p. 9.

natural pela sobrevivência, na qual os mais aptos tendiam a prosperar, acumular riquezas e ocupar posições de poder. A doutrina spenciana era, por certo, uma apologia ao *laissez-faire* econômico e social, bem como uma defesa do modelo capitalista de sociedade.⁹³

Ademais, para essa doutrina, o Estado retardava esse processo ao adotar medidas sociais de assistência, porque, segundo essa lógica, os menos aptos deveriam perecer mais rapidamente e deixar menos descendentes; tornando-se, por conseguinte, a principal referência para diversas teorias eugenistas. No Brasil, os grupos intelectuais acolheram o darwinismo social com certo entusiasmo; todavia, os preceitos deterministas dessa doutrina se confrontavam com a realidade brasileira, historicamente mestiça. Diante disso, surgia um impasse: condenar o mestiço e aceitar o negro como elemento degenerativo ou adaptar o darwinismo social à realidade do Brasil.⁹⁴

Como a realidade brasileira destoava dos preceitos deterministas da doutrina spenciana, restou aceitar a ideia da diferença ontológica entre as raças, mas sem condenar a mestiçagem, ao menos enquanto processo de branqueamento. Caso contrário, seria condenar o Brasil ao fracasso diante das sociedades europeias.⁹⁵

A ideia de que Bertoleza busca, por instinto, um homem de raça superior decorre da tese do branqueamento, uma teoria racial desenvolvida no Brasil. Essa tese era uma releitura do darwinismo social e reiterava a superioridade da raça branca por meio de eufemismos como "raças mais adiantadas" e "raças menos adiantadas". Além disso, preconizava dois pontos principais: 1. A raça negra diminuía progressivamente em relação à raça branca devido a fatores como uma suposta baixa taxa de natalidade, maior incidência de doenças e uma desordem social inerente aos negros; 2. A mestiçagem levava naturalmente ao embranquecimento da sociedade, tanto porque o gene branco era

⁹³ BOLSANELLO, Maria. Darwinismo social, eugenia e racismo. In: **Educar**. n. 12. Curitiba: Edufpr, 1996.

⁹⁴ BOLSANELLO, *id.*, 1996; MAURICIO, *op. cit.*, 2023.

⁹⁵ MAURICIO, *id.*, 2023. Adendo: muitos projetos de cunho nacional estavam impregnados de racismo e, em uma sociedade como a brasileira, marcada pela predominância de um povo mestiço de ascendência africana, a questão racial tornava-se um tema oportuno. Diante disso, embora a realidade nacional impossibilitasse a plena aplicação dos preceitos deterministas da doutrina spenciana, fazia sentido utilizá-los ao menos como ferramenta político-ideológica. Cf. SCHWARCZ, Lilia. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930). São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

considerado mais forte quanto porque, segundo essa lógica, as pessoas buscavam, por regra, parceiros brancos ou mais claros do que elas.⁹⁶

Na busca instintiva por um homem de raça superior, Bertoleza manifesta um comportamento autodepreciativo, especialmente ao perceber que João Romão, após enriquecer com a sua ajuda, mal a procurava como mulher. A passagem a seguir evidencia esse comportamento:

Escondia-se de todos, mesmo da gentalha do frege e da estalagem, envergonhada de si própria, amaldiçoando-se por ser quem era, triste de sentir-se a mancha negra, a indecorosa nódoa daquela prosperidade brilhante e clara.

E, no entanto, adorava o amigo; tinha por ele o fanatismo irracional das caboclas do Amazonas pelo branco a que se escravizam, dessas que morrem de ciúmes, mas que também são capazes de matar-se para poupar ao seu ídolo a vergonha do seu amor. O que custava aquele homem consentir que ela, uma vez por outra, se chegasse para junto dele? Todo o dono, nos momentos de bom humor, afaga o seu cão[...]. O destino de Bertoleza fazia-se cada vez mais estreito e mais sombrio; pouco a pouco deixara totalmente de ser a amante do vendeiro, para ficar sendo só [...] sua escrava.⁹⁷

Representações como essa eram comuns tanto na literatura quanto na sociedade. A ideia de que pessoas de ascendência africana buscavam necessariamente parceiros brancos ou mais claros tinha a intenção de consolidar, no imaginário social, a superioridade europeia como ideal de raça e cultura a ser alcançado, além de justificar a dominação sobre os corpos considerados inferiores e, portanto, indesejáveis.⁹⁸

Os grupos intelectuais brasileiros, incluindo os literatos, mostravam-se resolutos quanto à ideia de que o africano era o agente do atraso da sociedade brasileira. Para eles, a maioria da população, composta por mestiços e negros, encontrava-se inapta a promover qualquer tipo de desenvolvimento no Brasil, pois era considerada ociosa,

⁹⁶ SKIDMORE, *op. cit.*, 2012.

⁹⁷ AZEVEDO, *op. cit.*, 1890, p. 294.

⁹⁸ Todo povo colonizado nasce sob um complexo de inferioridade, resultado do apagamento de sua originalidade cultural, sendo compelido a assumir um papel conformado aos valores e padrões do colonizador. Cf. FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

viciosa e pouco inteligente, tanto devido ao meio tropicalizado quanto, mormente, à mistura com a raça inferior, imposta pela escravatura. Como nada se podia fazer quanto ao meio tropicalizado, restava contornar o problema racial, impondo a toda a população de ascendência africana a ideia de branqueamento.⁹⁹

Para encerrar este momento, cabe informar que o relacionamento entre João Romão e Bertoleza se apresenta como uma forma de crítica abolicionista tardia, embora possa parecer, à primeira vista, um tanto contraditório.

Bertoleza, em seu infeliz estado de animal de trabalho, ao perceber que João Romão já a desprezava como mulher, esperava apenas a certeza de amparo na velhice, quando já não tivesse forças para continuar a ganhar a vida. Todavia, seu companheiro de longa data, a quem ajudou a enriquecer, já tinha outros planos para ela, pois a "maldita da preta" era, para ele, o seu maior defeito, o elo que o prendia a um passado indigno. Assim sendo, entre matá-la e devolvê-la aos familiares de seu antigo dono, João Romão optou pela segunda alternativa, encerrando tragicamente a vida sofrida da personagem e concluindo o enredo do romance naturalista brasileiro mais bem-acabado:

Reconheceu logo o filho mais velho do seu primitivo senhor, e um calafrio percorreu-lhe o corpo. Num relance de grande perigo compreendeu a situação; adivinhou tudo com a lucidez de quem se vê perdido para sempre: adivinhou que tinha sido enganada; que a sua carta de alforria era uma mentira, e que o seu amante, não tendo coragem para matá-la, restituía-a ao cativo [..]. A negra, imóvel, cercada de escamas e tripas de peixe, com uma das mãos espalmada no chão e com a outra segurando a faca de cozinha, olhou aterrada para eles, sem pestanejar. Os policiais, vendo que ela se não despachava, desembainharam os sabres. Bertoleza então, erguendo-se com ímpeto de anta bravaria, recuou de um salto e, antes que alguém conseguisse alcançá-la, já de um só golpe certo e fundo rasgara o ventre de lado a lado. E depois emborcou para a frente, rugindo e esfocinhando moribunda numa lameira de sangue. João Romão fugira até ao canto mais escuro do armazém, tapando o rosto com as mãos. Nesse momento parava à porta da rua uma carruagem. Era uma comissão de abolicionistas que vinham, de casaca, trazer-lhe

⁹⁹ BOLSANELLO, *op. cit.*, 1996. Adendo: no Brasil, os grupos intelectuais buscavam na raça as causas reais dos problemas sociais, como a desigualdade, a criminalidade e a violência, raramente questionando a ordem social imposta.

respeitosamente o diploma de sócio benemérito. Ele mandou que os conduzissem para a sala de visitas.¹⁰⁰

Bertoleza, assim como muitos escravizados na realidade, preferiu o suicídio a ser devolvida ao cativo. Todavia, o mais interessante nisso, para além dos limites tênues entre a literatura e a realidade, está no simbolismo do ato de a personagem rasgar seu ventre de lado a lado, configurando uma alegoria da Lei do Ventre Livre (ou Lei Rio Branco) de 28 de setembro de 1871, uma vez que muitos senhores costumavam fraudar essa lei em detrimento do direito de liberdade dos nascidos livres.¹⁰¹

Aluísio Azevedo conclui *O cortiço* de maneira bastante irônica, surpreendendo o leitor em uma primeira leitura do romance. Contudo, a importância da obra vai além disso e da denúncia da exploração da população de ascendência africana pelo estrangeiro, historicamente o português, ou da crítica tardia às crueldades da escravatura. *O cortiço* se faz importante, sobretudo, por permitir compreender como muitas "Bertolezas e Ritas Baianas", que analisaremos a seguir, foram pensadas e representadas na literatura.

2.2 "O português abraçou-se para sempre"

Em contrapartida ao protagonista, que supera o meio tropicalizado do Brasil, tem-se no romance o português Jerônimo, que, embora considerado racialmente superior, sucumbe social e moralmente aos encantos e às taras dos nacionais mestiços.

O narrador descreve Jerônimo como um homem trabalhador e disciplinado, que veio para o Brasil como colono de um fazendeiro, para quem trabalhou por dois anos. No

¹⁰⁰ AZEVEDO, *op. cit.*, 1890, p. 353-354.

¹⁰¹ Infelizmente, o suicídio entre os escravizados era uma prática habitual, assumindo o sentido de resistência ou revolta individual diante da violência da escravatura. O que nos inquieta no suicídio de Bertoleza é o fato de ela cortar o ventre, em vez da garganta, além do ressentimento por seus pais a terem deixado nascer e crescer no cativo, o que nos leva a refletir sobre essa alegoria. A morte da personagem simboliza o impulso violento pela liberdade, que acometia o pensamento de muitos escravizados, diante da morosidade com que a escravatura era abolida.

entanto, desenvolveu aversão à lavoura brasileira, pois se viu submetido às mesmas condições degradantes dos negros escravizados, vivendo sem futuro e sem perspectiva, sendo encurralado como uma "besta".

Após abandonar a fazenda, Jerônimo se mudou para o Rio de Janeiro e logo conseguiu emprego em uma pedreira, aprendendo um novo ofício. Graças à sua tenacidade, como prontamente descreve o narrador:

[...] Dentro de dois anos, distinguia-se tanto entre os companheiros, que o patrão o converteu numa espécie de contramestre e elevou-lhe o ordenado a setenta mil réis. Mas não foram só o seu zelo e a sua habilidade o que o pôs assim para a frente: duas outras coisas contribuíram muito para isso: a força de touro que o tornava respeitado e temido por todo o pessoal dos trabalhadores, como ainda, e talvez principalmente, a grande seriedade do seu caráter e a pureza austera dos seus costumes. Era homem de uma honestidade a toda a prova e de uma primitiva simplicidade no seu modo de viver. Saía de casa para o serviço e do serviço para a casa [...].¹⁰²

Não obstante, vejamos também como o narrador representa Piedade, esposa de Jerônimo, que, assim como ele, é imigrante:

Piedade merecia bem o seu homem, muito diligente, sadia, honesta, forte, bem acomodada com tudo e com todos, trabalhando de sol a sol e dando sempre tão boas contas da obrigação, que os seus fregueses de roupa, apesar daquela mudança para Botafogo, não a deixaram quase todos.¹⁰³

Certamente, Jerônimo e Piedade representam o trabalhador europeu acostumado à racionalidade capitalista do trabalho, sendo ambos a força de trabalho que o capitalismo já havia produzido, conforme idealizavam os imigrantistas no Brasil. Isso nos permite pensar e corroborar a ideia de que as representações somente existem na medida em que constroem o mundo social, orientando, de maneira objetiva e contraditória, as práticas.¹⁰⁴

¹⁰² AZEVEDO, *id.*, 1890, p. 75-76.

¹⁰³ AZEVEDO, *id.*, 1890, p. 76.

¹⁰⁴ CHARTIER, *op. cit.*, 1990. Adendo: Rita Baiana, que analisaremos logo adiante, em contraposição, representa o brasileiro pouco afeito ao trabalho, como podemos observar na seguinte conversa entre os

Se, em *O mulato*, sob a ingerência do Positivismo de Augusto Comte, podemos observar uma defesa da integração das pessoas de ascendência africana por meio da educação positiva, além da valorização do mestiço, em *O cortiço*, alguns anos depois, sob a ingerência do Positivismo, ou darwinismo social, de Herbert Spencer, nota-se um enaltecimento do europeu, que luta para vencer o meio tropicalizado do Brasil. Cabe destacar, ainda, que o mestiço, antes representado como um tipo imperativo para o progresso brasileiro, passa agora a ser visto como um tipo racial degenerativo, devido à sua ascendência africana.

A disciplina de Jerônimo no trabalho se desfaz aos poucos diante do meio tropicalizado do Brasil e, sobretudo, da influência de Rita Baiana. Seu comportamento e seus costumes se transformam substancialmente, pois ele troca o vinho pela aguardente de cana, o bacalhau com batatas pela feijoada com carne seca, adquire o gosto pelo fumo com os amigos e começa a faltar ao trabalho em razão das noitadas de samba. Essa mudança pode ser interpretada como um processo degenerativo:

Jerônimo tomava agora, todas as manhãs, uma xícara de café bem grosso, à moda da Ritinha, e tragava dois dedos de parati pra cortar a friagem.

Uma transformação, lenta e profunda, operava-se nele, dia a dia, hora a hora, reviscerando-lhe o corpo e alando-lhe os sentidos, num trabalho misterioso e surdo de crisálida. A sua energia afrouxava lentamente: fazia-se contemplativo e amoroso. A vida americana e a natureza do Brasil patenteavam-lhe agora aspectos imprevistos e sedutores que o comoviam; esquecia-se dos seus primitivos sonhos de ambição, para idealizar felicidades novas, picantes e violentas; tornava-se liberal, imprevidente e franco, mais amigo de gastar que de guardar; adquiria desejos, tomava gosto aos prazeres, e volvia-se preguiçoso, resignando-se, vencido, às imposições do sol e do calor, muralha de fogo com que o espírito eternamente revoltado do último tamoio entrincheirou a pátria contra os conquistadores aventureiros.

[...] Assim, pouco a pouco, se foram reformando todos os seus hábitos singelos de aldeão português; e Jerônimo abrasileirou-se [...].

E o curioso é que, quanto mais ia ele caindo nos usos e costumes brasileiros, tanto mais os seus sentidos se apuravam, posto que em detrimento das suas forças físicas.¹⁰⁵

moradores do cortiço sobre a personagem: "Aquela não endireita mais!... [...] Parece que tem fogo no rabo! Pode haver o serviço que houver, aparecendo pagode, vai tudo pro lado [...]". AZEVEDO, *op. cit.*, 1890, p. 55.

¹⁰⁵ AZEVEDO, *id.*, 1890, p. 133-134.

Primeiramente, a ideia de que a ociosidade é consequência do sol e do calor pode ser entendida como uma reminiscência do determinismo iluminista no Positivismo, que preconizava a preponderância do meio natural sobre as pessoas. A partir disso, podemos pensar no darwinismo social, que reafirmava a existência de tipos puros e irreduzíveis, associando a mestiçagem (e até mesmo a mera coexistência entre as raças) à degeneração racial, tomando-a como sinônimo de degeneração social e moral.

O darwinismo social, marcado também pelo determinismo, defendia três teses: 1. A existência da realidade das raças e a ideia de que entre elas havia a mesma distância que entre um asno e um cavalo, condenando-se, assim, o cruzamento racial; 2. A continuidade da biologia no social, o que implicava uma hierarquia natural entre as culturas; 3. A preponderância do grupo racio-cultural sobre o comportamento dos indivíduos em sociedade, operando como uma forma de psicologia coletiva.¹⁰⁶ Diante da terceira tese, podemos inferir que a transformação vivida por Jerônimo resulta da influência do meio tropical e, mormente, racio-cultural do Brasil, que o levou a adotar um comportamento tipicamente brasileiro.¹⁰⁷

O leitor pode se perguntar por que João Romão resistiu ao meio tropicalizado e racio-cultural do Brasil, enquanto Jerônimo sucumbiu completamente, sendo ambos portugueses. A diferença fundamental entre os dois é que o protagonista, ao contrário de Jerônimo, é movido por um sonho delirante de enriquecer, privando-se de tudo e explorando todos ao seu redor para acumular capital. Além disso, João Romão rejeita os encantos das mulatas brasileiras, preferindo a cafuza (negra) Bertoleza, descrita como "meio bicho e meio gente", que, para ele, não passa de um corpo abjeto, servindo-lhe tanto como besta de carga quanto como amante, sem, no entanto, despertar qualquer desejo.¹⁰⁸ O próprio narrador busca legitimar a repulsa do protagonista por Bertoleza, recorrendo a adjetivos depreciativos para descrevê-la, como "feia, suja e imunda".

¹⁰⁶ SCHWARCZ, *op. cit.*, 1993.

¹⁰⁷ Podemos inferir, ainda, que o olhar negativo de Aluísio Azevedo sobre o comportamento tipicamente brasileiro decorre, sobretudo, do fato de esse comportamento ser atravessado, de forma vívida, por práticas culturais africanas e originárias, ou seja, por conter influências não europeias.

¹⁰⁸ CANDIDO, *op. cit.*, 1993.

Cabe observar que, da colônia ao século XIX, as mulheres de ascendência africana, sobretudo as consideradas negras, eram submetidas a diversas formas de maus-tratos. Os gestos mais diretos e a linguagem mais depreciativa eram destinados a elas, fossem escravizadas ou livres. As investidas sexuais eram predominantemente direcionadas às mulheres de ascendência africana; negras, cafuzas ou mulatas. Em uma sociedade racista, historicamente assentada na escravatura, como a brasileira, eram julgadas como fáceis, sendo vistas como alvos convenientes, com quem se podia ir direto ao assunto e descartar sem causar quaisquer problemas ou constrangimentos.¹⁰⁹

Em *O cortiço*, além das personagens Bertoleza e Rita Baiana, podemos observar esses maus-tratos e investidas também na personagem Leonor, criada de Miranda, o português burguês e antagonista de João Romão. O narrador a descreve como uma "negrinha ligeira e viva, lisa e seca como um moleque", conhecedora de vasto repertório de obscenidades, sendo incessantemente assediada pelos caixeiros e fregueses da taverna de João Romão, como podemos ver nas seguintes passagens:

Leonor não tinha um instante de sossego, saltando de um lado para outro, com uma agilidade de mono, a fugir dos punhos calosos dos cavouqueiros que, entre risadas, tentavam agarrá-la; e insistia na sua ameaça do costume: que se queixava ao juiz de orfe! Mas não se ia embora, porque defronte da venda viera estacionar um homem que tocava cinco instrumentos ao mesmo tempo, com um acompanhamento desafinado de bombo, pratos e guizos.¹¹⁰

Em continuidade:

Ao balcão [...], o Domingos e o Manoel aviavam os fregueses, numa roda viva. Havia muitos negros e negras. O barulho era enorme. A Leonor lá estava, sempre aos pulos, mexendo com um, mexendo com outro, mostrando a dupla fila de dentes brancos e grandes, e levando apalpões rudes de mãos de couro nas suas magras e escorridas nádegas de negrinha virgem.¹¹¹

¹⁰⁹ DEL PRIORE, Mary. **Conversas e histórias de mulheres**. São Paulo: Planeta, 2013.

¹¹⁰ AZEVEDO, *op. cit.*, 1890, p. 82.

¹¹¹ AZEVEDO, *id.*, 1890, p. 144.

O maior problema reside, porventura, na naturalidade conferida pelo narrador a tal comportamento, dando a entender que, embora assediada (ou melhor dizendo, violentada), a personagem, "naturalmente", conforma-se e, ainda, contenta-se com a violência. Isso nos remete a uma ideia bastante comum entre os darwinistas sociais, como Nina Rodrigues, de que as pessoas de ascendência africana, devido ao desenvolvimento mental reduzido, tenderiam a apresentar um impulso sexual acentuado e violento.¹¹²

Jerônimo, inclusive, reproduz esse mesmo comportamento com Rita Baiana, que passa a cuidar de seu ferimento após uma briga com Firmo, seu amigado, que, embriagado e enciumado, golpeia sua barriga com uma navalha. Vejamos a passagem em que Jerônimo agarra Rita Baiana, sem qualquer cerimônia ou constrangimento:

Ele voltou para a rapariga o seu olhar de animal prostrado e, por única resposta, passou-lhe o braço esquerdo na cintura e procurou com a mão direita segurar a dela. Queria com isto traduzir o seu reconhecimento, e a mulata assim o entendeu, tanto que consentiu; mal porém a sua carne lhe tocou na carne, um desejo ardente apossou-se dele; uma vontade desinsofrida de senhorear-se no mesmo instante daquela mulher e possuí-la inteira, devorá-la num só hausto de luxúria [...].¹¹³

Posto isso, passemos agora a analisar a personagem Rita Baiana com maior atenção, pois o narrador a descreve de maneira profundamente estereotipada, reunindo quase todas as imagens pejorativas acerca dos mulatos produzidas no século XIX.

O narrador apresenta Rita Baiana como uma mulata pândega, pouco afeita ao trabalho, capaz de sair para uma festa em um ano e só retornar para casa no seguinte, passando meses festejando em pagodes e rodas de samba, enquanto tivesse no bolso algum vintezinho para continuar pandegando. Além disso, ela é retratada como uma mulher leviana, de amores passageiros, como podemos notar na seguinte conversa entre os moradores do cortiço, que aqui interessa:

Por onde andara aquele diabo, que não aparecia para mais de três meses?

¹¹² SEYFERTH, *op. cit.*, 1995.

¹¹³ AZEVEDO, *op. cit.*, 1890, p. 120.

— Ora, nem me fales, coração! Sabe? Pagode de roça! Que hei de fazer? É a minha cachaça velha!...

— Mas onde estiveste tu enterrada tanto tempo, criatura?

— Em Jacarepaguá.

— Com quem?

— Com o Firmo...

— Oh! Ainda dura isso?

— Cala a boca! A coisa agora é séria!

— Qual! Quem mesmo? Tu? Passa fora!

— Paixões da Rita! Exclamou o Bruno com uma risada. Uma por ano! Não contando as miúdas! —

Não! [...] Quando estou com um homem não olho pra outro!¹¹⁴

A imagem da mulata leviana e de amores passageiros, além de naturalizar a violência contra as mulheres de ascendência africana, reforça o discurso da inferioridade inata dos africanos, que eram vistos como incapazes de qualquer apego sentimental ou de constituir laços familiares, sendo, por natureza, indiferentes a seus companheiros, semelhantes e até mesmo a seus descendentes. Para os pensadores do darwinismo social, influenciados pelas ideias de Herbert Spencer, as pessoas de ascendência africana eram consideradas incapazes de estabelecer relações sociais estáveis, oscilando sempre entre a apatia e a violência. Alguns darwinistas sociais chegavam a afirmar que toda mulher de ascendência africana escravizada se sentiria feliz ao ser escolhida por seu senhor como parceira, abandonando prontamente seu companheiro, pois enxergaria no senhor um homem de raça superior, a melhor escolha.¹¹⁵

Rita Baiana, mesmo garantindo lealdade a Firmo, abandona-o e cede prontamente a Jerônimo na primeira oportunidade, como podemos notar na seguinte passagem:

Amara [...] a princípio [o capoeira Firmo] por afinidade de temperamento, pela irresistível conexão do instinto luxurioso e canalha que predominava em ambos, depois continuou a estar com ele por hábito, por uma espécie de vício que amaldiçoamos sem poder largá-lo; mas desde que Jerônimo propendeu para ela, fascinando-a com a sua tranqüila seriedade de

¹¹⁴ AZEVEDO, *id.*, 1890, p. 84.

¹¹⁵ AZEVEDO, *op. cit.*, 1987.

animal bom e forte, o sangue da mestiça reclamou os seus direitos de apuração, e Rita preferiu no europeu o macho de raça superior.¹¹⁶

Além da ideia de branqueamento, visto que Rita Baiana abandona seu companheiro notadamente por causa da superioridade racial de Jerônimo, é relevante notar como o cânone nacional fomentou no imaginário social a noção da promiscuidade inata das pessoas de ascendência africana, hiperssexualizando seus corpos, sobretudo por meio da imagem da mulata leviana e de amores passageiros.

Essa hiperssexualização teve e ainda tem um efeito devastador, mormente sobre as mulheres de ascendência africana, historicamente reduzidas à condição de um corpo sem mente, disponível para uso. Para legitimar a violência sobre seus corpos, difundiu-se no imaginário social brasileiro a ideia de que essas mulheres, negras ou mestiças, seriam naturalmente predispostas ao sexo, consolidando-se a representação do erotismo primitivo e totalmente desmedido.¹¹⁷

A hiperssexualização das mulheres de ascendência africana também se encontra representada em outros romances naturalistas brasileiros, como *A carne*, de Júlio Ribeiro. Vejamos a seguinte passagem, na qual Lenita se vê invadida por uma necessidade orgânica (até então desconhecida) de um macho:

Invadiu-a um desalento imenso, um nojo invencível de si própria.

Robustecer o intelecto desde o desabrochar da razão, perscrutar com paciência, aturadamente, de dia, de noite, a todas as horas, quase todos os departamentos do saber humano, habituar o cérebro a demorar-se sem fadiga na análise sutil dos mais abstrusos problemas da matemática transcendental, e cair de repente, como os arcanjos de Milton, do alto do céu no lodo da terra, sentir-se ferida pelo agulhão da **carne**, espolhar-se nas concupiscências do cio, como uma negra boçal, como uma cabra, como um animal qualquer... era a suprema humilhação.¹¹⁸

¹¹⁶ HOOKS, Bell, 1995 *apud* PACHECO, Ana. **Mulher negra**. Afetividade e solidão. Salvador: Edufba, 2013.

¹¹⁷ AZEVEDO, *op. cit.*, 1890, p. 253. Adendo: a ideia preconizada na tese do branqueamento, de que as pessoas de ascendência africana buscavam parceiros brancos ou de pele mais clara, derivava das diversas teorias formuladas pelos darwinistas sociais, que presumiam a inferioridade inata dos africanos. Da mesma forma, sustentava-se a noção de que a mulher de ascendência africana escravizada se sentiria feliz ao ser escolhida por seu senhor.

¹¹⁸ RIBEIRO, Júlio. **A carne**. 2. ed. São Paulo: Livraria Teixeira, 1896, p. 28-29, grifo do autor.

Em contrapartida à personagem Lenita, uma jovem de ascendência europeia que descobre gradualmente sua sexualidade em *A carne*, a mulher de ascendência africana, devido à sua natureza racial, tem sua sexualidade determinada de forma inerente, tal como ocorre com qualquer outro animal não humano. Júlio Ribeiro, admirador do darwinismo social, ao equiparar a sexualidade da mulher de ascendência africana à de animais como a cabra ou a vaca, além de concebê-la como um corpo hiperssexualizado, ainda a posiciona no limiar da humanidade. Embora sua intenção fosse demonstrar que as mulheres sentiam desejos sexuais como os homens, o autor acaba por reiterar práticas racistas.¹¹⁹

Considerado isso, em continuidade com Rita Baiana, cabe notar que, além da ideia da promiscuidade inata das pessoas de ascendência africana, há também a imagem da mulata sensual. Essa representação constitui outra forma de violência, porque restringe o corpo das mulheres afrodescendentes à condição de mero objeto de desejo, desprovido de qualquer dimensão afetiva. Essa ideia se tornou extremamente popular no imaginário social brasileiro, sobretudo após a virada do século XIX para o XX, originando uma vasta literatura entre 1930 e 1970. Um dos exemplos mais emblemáticos desse imaginário é o romance *Gabriela, cravo e canela*, de Jorge Amado.

Em *O cortiço*, contraditoriamente, a sensualidade de Rita Baiana a torna ao mesmo tempo um objeto de desejo (de posse) e de poder (que domina). Entretanto, esse poder está longe de ser algo positivo. Enquanto mulata, a ela é permitido apenas o papel de amante, pois personifica a libertinagem e, por isso, pode ser desrespeitada tanto como mulher quanto como pessoa. Seu papel social se restringe a atrair os homens para si e ter seu corpo explorado por eles; em troca, pode explorar a boa vontade deles, conseguindo o que deseja por meio do sexo.¹²⁰

Na passagem a seguir, em que Jerônimo vê Rita Baiana pela primeira vez, podemos observar a construção da mulata sensual como objeto de desejo (do qual Jerônimo

¹¹⁹ MAURICIO, Marlonni Marrelli Matos. Racismo n'A carne. Uma análise concisa das representações dos personagens negros no romance de Júlio Ribeiro. In: **Espaço Acadêmico**. n. 228. mai./jun. de 2021.

¹²⁰ BROOKSHAW, David, 1983 *apud* PACHECO, *op. cit.*, 2013.

imediatamente deseja tomar posse) e como objeto de poder (que domina todos os seus sentidos):

E [ele] viu a Rita Baiana, que fora trocar o vestido por uma saia, surgir de ombros e braços nus, para dançar. A lua destoldara-se nesse momento, [...] a cujo refulgir os meneios da mestiça melhor se acentuavam, cheios de uma graça irresistível, simples, primitiva, feita toda de pecado, toda de paraíso, com muito de serpente e muito de mulher [...].

Naquela mulata estava o grande mistério, a síntese das impressões que ele recebeu chegando aqui: ela era a luz ardente do meio dia; ela era o calor vermelho das sestras da fazenda; era o aroma quente dos trevos e das baunilhas, que o atordoara nas matas brasileiras, era a palmeira virginal e esquiva que se não torce a nenhuma outra planta; era o veneno e era o açúcar gostoso; [...] ela era a cobra verde e traiçoeira, a lagarta viscosa, a muriçoca doida, que esvoaçava havia muito tempo em torno do corpo dele, assanhando-lhe os desejos [...].

[...] Jerônimo nada mais sentia, nem ouvia, do que aquela música embalsamada de baunilha, que lhe entontecera a alma; e compreendeu perfeitamente que dentro dele aqueles cabelos crespos, brilhantes e cheirosos, da mulata, principiavam a formar um ninho de cobras negras e venenosas, que lhe iam devorar o coração.¹²¹

Para descrever toda a sensualidade de Rita Baiana, Aluísio Azevedo a equipara à natureza brasileira, pois ela representa o meio tropicalizado do Brasil e seus efeitos sobre as pessoas, especialmente sobre o imigrante europeu, a quem se torna um verdadeiro perigo. Jerônimo se desvia do trabalho, tomado pelos encantos da mulata, entregando-se a ela e adoecendo de amor. Em vista disso, uma profunda transformação ocorre no português: sua seriedade austera cede gradativamente lugar a uma alegria desmedida, passando a adotar os costumes brasileiros, ao passo que sua vitalidade se esvai conforme seus sentidos se abasileiram.

Na passagem a seguir, em que Piedade lamenta o abandono de Jerônimo, podemos observar a ideia da influência do meio tropicalizado do Brasil e das mulatas (as Ritas Baianas) no abasileiramento dos homens europeus:

¹²¹ AZEVEDO, *op. cit.*, 1890, p. 109-112.

E nos seus movimentos de desespero, quando levantava para o céu os punhos fechados, dir-se-ia que não era contra o marido que se revoltava, mas sim contra aquela amaldiçoada luz alucinadora, contra aquele sol crapuloso, que fazia ferver o sangue aos homens e metia-lhes no corpo luxúrias de bode. Parecia rebelar-se contra aquela natureza alcoviteira, que lhe roubara o seu homem para dá-lo a outra, porque a outra era gente do seu peito e ela não.

E maldizia soluçando a hora em que saíra da sua terra [...] ¹²²

Em conformidade com as ideias preconizadas pelos darwinistas sociais, em *O cortiço*, tal influência resulta, diante do contato, na degeneração social e moral de Jerônimo, que, mesmo ciente dos males de sua conduta, vê-se completamente vencido:

[...] Jerônimo não mandou saldar a conta do colégio, no dia seguinte, nem no outro, nem durante todo o resto do mês; e ele, coitado! Bem que se mortificou por isso; mas onde ir buscar dinheiro naquela ocasião? O seu trabalho mal lhe dava agora para viver junto com a mulata; estava já alcançado nos seus ordenados e devia ao padeiro e ao homem da venda. Rita era desperdiçada e amiga de gastar à larga; não podia passar sem uns tantos regalos de barriga e gostava de fazer presentes. Ele, receoso de contrariá-la e quebrar o ovo da sua paz, até aí tão completo com respeito à baiana, subordinava-se calado e afetando até satisfação; no íntimo, porém, o infeliz sofria deveras. A lembrança constante da filha e da mulher apoquentavam-no com pontas de remorso, que dia a dia alastravam na sua consciência, à proporção que esta ia acordando daquela cegueira. O desgraçado sentia e compreendia perfeitamente todo o mal da sua conduta; mas só a ideia de separar-se da amante, punha-lhe logo o sangue doido e apagava-lhe de novo a luz dos raciocínios. Não! Não! Tudo que quisessem, menos isso!

E então, para fugir àquela voz irrefutável, que estava sempre a serrazinar dentro dele, bebia em camaradagem com os companheiros e habituara-se, dentro em pouco, à embriaguez. ¹²³

Os darwinistas sociais mais radicais acreditavam e reiteravam que o sangue e o contato com as raças inferiores degeneravam o homem europeu, corrompendo a pureza de seus costumes e comprometendo sua cultura. Ademais, sustentavam que era

¹²² AZEVEDO, *id.*, 1890, p. 266.

¹²³ AZEVEDO, *id.*, 1890, p. 302-303.

imperativo que os europeus se mantivessem separados das raças inferiores para, dessa maneira, desenvolver plenamente suas capacidades especiais, supostamente exclusivas da raça branca.¹²⁴

Cabe lembrar que os darwinistas sociais introduziram na tipologia racial a ideia da luta natural nas sociedades humanas, fosse entre pessoas da mesma raça ou de raças distintas. A partir dessa ideia, defenderam que os grupos humanos não europeus se situavam no limiar da humanidade, sendo considerados raças inferiores, historicamente derrotadas e fadadas ao desaparecimento. Convencidos da perspectiva poligenista, segundo a qual as raças humanas se distinguem biologicamente tanto em progênie quanto em cultura, os darwinistas sociais se voltaram, de forma unânime, para os africanos, designando-os como a raça naturalmente antagônica à dos europeus. Assim sendo, produziram diversas teorias para justificar sua suposta inferioridade inata e incentivaram a discriminação racial como forma de eugenia.¹²⁵

No Brasil, os grupos intelectuais adeptos do darwinismo social oscilavam entre o pessimismo, alimentado pela ideia da inferioridade racial da maioria da população e pela noção de degeneração, e o otimismo, sustentado pela crença no melhoramento racial defendida pelos pensadores da tese do branqueamento.¹²⁶ Independentemente da postura adotada, é importante destacar como os darwinistas sociais e os grupos intelectuais brasileiros impregnaram o imaginário social com representações negativas das pessoas de ascendência africana, associando-as à passividade, ociosidade, irracionalidade, agressividade, promiscuidade e sub-humanidade, reduzindo-as a um corpo racializado e violentamente estereotipado.

¹²⁴ BANTON, Michael, 1977 *apud* SANTOS, *op. cit.*, 2005.

¹²⁵ SANTOS, *id.*, 2005. Adendo: por meio da eugenia, os darwinistas sociais não apenas defendiam a ideia de aprimoramento racial, mas também buscavam proteger a raça branca do contato com as chamadas raças inferiores.

¹²⁶ No Brasil, a ideia de eugenia tomou forma com a tese do branqueamento, visto que a realidade nacional impedia a plena aplicação das teses deterministas do darwinismo social. Desse modo, os grupos intelectuais brasileiros se apropriaram do darwinismo social principalmente como instrumento político-ideológico, em detrimento de alguns de seus preceitos teóricos, porquanto, em vez de aceitarem prontamente a ideia de degeneração, defenderam que a mestiçagem geraria uma população saudável e progressivamente apta ao embranquecimento, à medida que se distanciava de sua ascendência africana. Isso demonstra que toda ideologia, como o racismo moderno, é criada e aprimorada como arma política, e não como doutrina teórica. *Cf.* ARENDT, Hannah, 2012 *apud* MAURICIO, *op. cit.*, 2023.

Em *O cortiço*, Aluísio Azevedo incorre em práticas racistas. Contudo, ao contrário do que ocorre em *O mulato*, ele racializa seus personagens, sobretudo os de ascendência africana, ao preterir o Positivismo comtiano em favor do Positivismo de Herbert Spencer. Se antes, em Azevedo, havia a ideia de integrar os nacionais de ascendência africana por meio de um programa educacional moralizador voltado ao trabalho, com a abolição da escravatura, essa ideia se esvaiu (assim como muitas outras de cunho reformista). Para compreender as razões dessa mudança, daremos continuidade, a seguir, à terceira parte deste trabalho.¹²⁷

¹²⁷ No Brasil, além de Herbert Spencer, outros pensadores do darwinismo social, enquanto matriz teórica do racismo moderno, também influenciaram os intelectuais brasileiros, como o conde francês Joseph Arthur de Gobineau, intitulado "o inimigo do Brasil". Contudo, em *O cortiço*, a doutrina spenciana sobressai.

PARTE III

O RACIALISMO NO BRASIL

Nesta terceira parte, analisamos, primeiramente, tanto as ideias de meio e de raça nos romances de Aluísio Azevedo e no naturalismo brasileiro quanto as mudanças no texto original de *O mulato* em 1889, sistematizando, desse modo, as partes anteriores. Em seguida, debatemos, para responder à nossa pergunta-problema, a emergência das teorias raciais no Brasil, no século XIX, em relação à escravatura e, especialmente, ao processo abolicionista.

3.1 "Um tipo acabado de brasileiro"

Como observado nas partes anteriores, as ideias de meio e de raça estão presentes em *O mulato* e *O cortiço*, embora de maneiras distintas. No naturalismo brasileiro, essas ideias também aparecem, mas sem constituir uma regra, sendo (re)pensadas conforme o literato e, mormente, o contexto.

Em *O mulato*, a ideia de meio permeia todo o enredo, determinando tanto a personalidade quanto a conduta dos personagens. No entanto, assume um sentido mais social do que natural. Já a ideia de raça, por sua vez, sob a ingerência do Positivismo comtiano, atua ligeiramente sobre a personalidade e a conduta dos personagens.

Não obstante, cabe lembrar que a ideia de hereditariedade também se faz presente em *O mulato*, manifestando-se, notadamente, na histeria da personagem Ana Rosa, prima de Raimundo, provocada pela "atividade mal aproveitada de seu organismo". A histeria feminina foi um dos temas frequentemente explorados pelos naturalistas, sendo retratada

como uma patologia herdada maternalmente, que levava a mulher a um comportamento autodestrutivo ou vilanesco.¹²⁸

Além de *O mulato*, o tema da histeria feminina aparece igualmente em outros romances de Aluísio Azevedo, como *Casa de Pensão*, por meio da personagem Leonie, apelidada de Nini, representada como uma viúva enferma em decorrência da histeria. A esse respeito, vejamos a passagem em que Amâncio se queixa a João Coqueiro acerca das imoralidades de Nini:

— Trata-se de Nini, disse o provinciano [Amâncio] em voz soturna. Coqueiro remexeu-se no canto da janela.

— Sabes, continuou aquele, — que a pobre menina sofre horivelmente dos nervos, e creio até que tem qualquer desarranjo na cabeça... — Sim, por quê? — É uma enferma, que, se não tivermos muito cuidado com ela, pode vir a dar sérios desgostos a ti e a tua família...

— Mas, desembucha, o que é que houve?...

— É que ela, naturalmente em consequência da moléstia [a histeria], coitada, às vezes faz certas coisas que... para mim ou qualquer outro rapaz de bons princípios não valem nada, mas que, se caírem nas mãos de um desalmado... sim! Tu bem sabes que há homens para tudo neste mundo!... E Amâncio, inflamado pelos princípios morais que ele só cultivava teoricamente, parecia mais que ninguém preocupado com a pureza dos costumes.

— Mas afinal, que fez ela? perguntou o Coqueiro, impacientando-se.

— Ora, disse o colega, desgostosamente, — tem feito o diabo... Ainda ontem, quando me levantei da mesa, seguiu-me até à sala e...

— E...

— Principiou a fazer tolices. A pobrezinha estava como não calculas!... Tive que recorrer à violência para contê-la; o resultado foi aquele ataque!¹²⁹

A histeria feminina, no naturalismo, foi concebida como um objeto de estudo das psicopatologias e das fatalidades humanas, contexto no qual se explorou o mito do corpo feminino como um corpo de sexualidade calamitosa, em conformidade com os trabalhos

¹²⁸ BAGULEY, David. **Ficção naturalista**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990; SODRÉ, *op. cit.*, 1965.

¹²⁹ AZEVEDO, Aluísio. **Casa de pensão**. 3. ed. Rio de Janeiro: Faro e Lino, 1884, p. 171-172.

sobre hereditariedade oriundos da Fisiologia e da Psiquiatria.¹³⁰ Em *O homem*, cabe notar que Aluísio Azevedo, ao tratar propriamente do tema da histeria feminina, explora esse mito de maneira excessiva por meio da personagem Magdalena, ou Magdá, estabelecendo um verdadeiro estudo de caso.¹³¹

Observa-se isso porque, como veremos adiante, a ideia de hereditariedade, basilar ao projeto estético-ideológico naturalista proposto por Émile Zola, como já comentamos, também se faz presente em *O cortiço*, principalmente na maneira como Aluísio Azevedo representa a ascendência africana mediante a noção de raça.

Desse modo, retomemos aqui a ideia de meio em *O mulato*. Ela assume o sentido de meio social, pois possibilita a crítica tanto à escravatura quanto ao preconceito contra os mestiços, sendo esses os objetivos do romance na edição de 1881. No entanto, devemos salientar que o romance, embora trate de tais temas e, ademais, represente o protagonista mestiço de maneira positiva, também o representa como um personagem que pretere sua ascendência africana, ocupando-se mais de construir um ideal de brasileiro conforme o modelo educacional comtiano.

Aluísio Azevedo, ainda que evite racializar os personagens de ascendência africana, representa-os, em *O mulato*, como um problema que a escravatura impôs à sociedade brasileira. Vejamos, por exemplo, a passagem em que o narrador descreve os perigos que circundam o caminho para a fazenda que Raimundo herdou de seu pai:

A fazenda de José da Silva era enterrada cinco léguas pelo interior do Rosário. Fazia-se por conseguinte necessário descansar um pouco na vila, comer, beber, tratar do cavalo, e partir.

Os pouco afeitos a tais viagens tomam sempre um pajem, é o nome que aí romanticamente se dá ao guia. Este pajem serve menos para mostrar o caminho, que a estrada é boa, do que para disfarçar o terror pelos mocambos ou pretos fugidos e pelas onças legendárias e cobras terríveis, de que falavam com assombro.

Em todo os sertões do Maranhão há quilombos ou mocambeiros, é o lugar onde vivem os escravos fugidos com suas mulheres e filhos, formando uma grande família de malfeitores. Essa gente quando não pode viver da rapina, vive da caça, que é por lá muito abundante e que facilmente se vende na vila; de sorte que a escravatura, além de tantos mais

¹³⁰ BAGULEY, *op. cit.*, 1990.

¹³¹ Cf. AZEVEDO, Aluísio. **O homem**. 3. ed. Rio de Janeiro: Adolpho de Castro Silva e Cia., 1887.

inconvenientes, trouxe-nos o de povoar nossos campos de salteadores, em cujas mãos tem caído, centenas de vítimas.¹³²

Mas, ao contrário de seus contemporâneos, que encaravam racialmente a presença e a ascendência africana como agentes de atraso, o que resultava em prognósticos pessimistas devido a uma suposta natureza inata, Aluísio Azevedo, em *O mulato*, ao pensar o meio social como fator determinante, em conformidade com o Positivismo comtiano, encara a presença e a ascendência africana como um problema, mas de ordem cultural, a ser contornado por meio da educação positiva no contexto da abolição, tendo Raimundo como modelo (ou melhor dizendo, como o ideal de brasileiro) a ser adotado culturalmente em prol da homogeneidade social.¹³³

O fato de Raimundo ser resultado do meio social, e em oposição à ideia de raça, faz de *O mulato*, em sua primeira edição, um romance de destaque na literatura brasileira, pois, mesmo não sendo um dos primeiros a tratar de assuntos relacionados a uma sociedade escravista, foi, por certo, um dos primeiros a criticar o preconceito racial então dominante, bem como a evitar a ideia de raça como natureza inata.¹³⁴

Em *O cortiço*, entretanto, Aluísio Azevedo repensa a ideia de meio, acrescentando a ela o determinismo do clima local sobre a personalidade e a conduta de seus personagens. Ao reconsiderar o meio social em relação ao meio tropicalizado como fator determinante da cultura, Aluísio Azevedo representa a sociedade brasileira por meio de um exotismo, produzindo, em vista disso, e em associação à ideia de raça, imagens negativas acerca dos nacionais, sobretudo daqueles de ascendência africana.

¹³² AZEVEDO, *op. cit.*, 1881, p. 68-69.

¹³³ Acerca do determinismo do meio em *O mulato*, importa observar que, além da ingerência do Positivismo comtiano, há também a influência da obra de Eça de Queiroz e, conseqüentemente, da teoria de Hippolyte Taine, segundo a qual o meio era um fator determinante na vida humana em sociedade. *Cf.* SODRÉ, *op. cit.*, 1965.

¹³⁴ Cabe notar que, apesar da crítica à escravatura e ao preconceito contra os mestiços em *O mulato*, Aluísio Azevedo não desenvolve os demais personagens de ascendência africana; quase todos permanecem anônimos, reduzidos ao termo "preto", além de possuírem pouca expressividade. O olhar progressista não implicava, necessariamente, o abandono da perspectiva etnocêntrica que os intelectuais brasileiros mantinham sobre as pessoas de ascendência africana. Enquanto personagens, só se individualizam e adquirem personalidade ao desempenharem um papel relevante na trama do romance. *Cf.* MÉRIAN, *op. cit.*, 2013.

O meio tropicalizado, em *O cortiço*, funciona como um mediador das categorias raciais e sociais, distribuindo os personagens entre o imigrante, que luta para resistir ao clima e aos costumes do Brasil, e o nacional mestiço, perfeitamente adaptado ao meio brasileiro, porém inevitavelmente vencido. No romance, o meio tropicalizado também se apresenta como uma anomia em relação ao clima e, conseqüentemente, aos costumes europeus; algo que se evidencia, por exemplo, na passagem em que Piedade maldiz a hora em que saiu de sua terra, porque:

[...] Lá os campos eram frios e melancólicos, de um verde aloirado e quieto, e não ardentes e esmeraldinos e afogados em tanto sol e em tanto perfume como os deste inferno, onde em cada folha que se pisa há debaixo um réptil venenoso, como em cada flor que desabotoa e em cada moscardo que adeja há um vírus de lascívia. [...] Lá Jerônimo seria ainda o mesmo esposo casto, silencioso e meigo; [...] como o gado que à tarde levanta para o céu de opala o seu olhar humilde, compungido e bíblico.¹³⁵

No século XIX, a sociedade brasileira foi idealizada sob a ambivalência do modelo europeu de civilização em contraste com um meio tropicalizado, pois a ideia de meio natural, que em *O cortiço* prevalece sobre o meio social, preconizava que apenas sociedades situadas em climas temperados, como o europeu, poderiam se desenvolver plenamente no âmbito intelectual e cultural. Desse modo, as sociedades não europeias, em razão de um clima considerado inapropriado, eram vistas como naturalmente incivilizadas e, por conseguinte, inferiores e fadadas ao fracasso, como as africanas.¹³⁶

Em *O cortiço*, o meio assume também seu sentido natural, sobrepondo-se ao social, porque permite, ademais, racializar a sociedade brasileira. O romance representa o meio tropicalizado como um agente da natureza que implacavelmente aclimata tudo e todos, acentuando seus efeitos sobre o nacional mestiço, visto como um tipo racial degenerativo e potencialmente nocivo ao imigrante europeu.

¹³⁵ AZEVEDO, *op. cit.*, 1890, p. 267.

¹³⁶ Cf. SANTOS, *op. cit.*, 2005; VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**. História Cultural e polemicas literárias no Brasil (1870 – 1914). São Paulo: Cia. das Letras, 1991. Adendo: a ideia de meio natural deriva do Iluminismo, que postulava a influência da natureza sobre as sociedades humanas, sendo retomada no século XIX com a emergência das teorias raciais, por meio da releitura de trabalhos de pensadores como Montesquieu, Rousseau, Diderot *etc.*

Antes de avançarmos na discussão sobre a ideia de raça, cabe destacar o conceito de meio no romance naturalista *A fome*, de Rodolfo Teófilo, no qual o meio natural brutaliza e bestializa o nacional (sertanejo) diante das condições climáticas extremas, especialmente a seca. Vejamos a seguinte passagem:

O fazendeiro aproximando-se do faminto fitou-o com energia e com um gesto ordenou-lhe que saísse.

O infeliz coçou-se, roeu as unhas com gula e desespero, rangeu os dentes, mastigou a saliva e articulou com dificuldade — fome — mas em um som abafado e todo gutural.

Freitas ouviu-o e com um leve movimento mostrou-se entendido, ordenando-lhe depois com um gesto ainda mais imperioso que se retirasse.

O faminto não obedecia e continuava a roer as unhas e a comer as escaras que se desagregavam da epiderme. Agora fitava ele o rosto de Carolina perto de si e completamente exposto e alumiado em cheio pela luz da fogueira. Percebia os tons daquela carnação, mas com o apetite de besta esfomeada. As narinas dilatam-se-lhe mais, fareja, procura o cheiro daquela carne sadia na qual tem ímpetos de saciar a fome, de rasgá-la a dentadas. O delírio aumenta, os músculos das faces retesam-se, relaxam-se, executam enfim uma série de movimentos desordenados, de contrações espasmódicas e, na esperança de mastigar as faces da moça, o faminto dá um passo para ela, vacila, mas depois firma-se melhor nas pernas, que cambaleiam.

Freitas se coloca entre ele e a filha, e para intimidá-lo mostra-lhe a faca que lhe aponta ao coração. No delírio famélico que o domina, o outro não vê o ferro nem quem o brande, só enxerga a carne, que a imaginação lhe mostra sangrenta, e deseja mordê-la até de todo saciar-se [...].

O fazendeiro compreendeu que estava na frente de uma besta humana e procurou ainda dominá-la.¹³⁷

Essa passagem narra a chegada de um ser estranho ao rancho de Manoel de Freitas, que, à primeira vista, assemelhava-se a um animal. Contudo, tratava-se de um homem a quem a fome havia reduzido a um bicho, disposto, no extremo da inanição, a se alimentar de qualquer coisa à sua frente, inclusive de outro ser humano.

¹³⁷ TEÓFILO, Rodolfo. **A fome**. Fortaleza: Gualter R. Silva, 1890, p. 68-69.

O romance *A fome* retrata a Grande Seca que assolou o Nordeste brasileiro, sobretudo o Ceará, entre 1877 e 1879. Rodolfo Teófilo, como literato naturalista, busca representar o real de forma verossimilhante. No entanto, a maneira exagerada com que o meio natural condiciona os personagens em *A fome* destoa da realidade, pois não há qualquer registro factual, por exemplo, de canibalismo durante a Grande Seca, apesar das centenas de milhares de mortes, muitas vezes ocasionadas pela inanição. Isso nos leva a pensar que o romance naturalista, independentemente de seu projeto estético-ideológico, é, como qualquer outro romance, uma recriação imaginária da realidade, ainda que a passagem supracitada tente convencer do contrário.

Posto isso, prosseguindo com a ideia de raça, observa-se que, se em *O mulato* ela atua de modo ligeiro sobre a personalidade e a conduta dos personagens, devido à ingerência do Positivismo comtiano, em *O cortiço*, por ingerência do Positivismo, ou do darwinismo social, de Herbert Spencer, torna-se determinante, notadamente para os personagens de ascendência africana.

Em *O mulato*, a ideia de raça atua mais como um meio de representar e denunciar o preconceito racial na sociedade maranhense, sobretudo em sua capital, sem sugerir um sentido de natureza inata. Em vista disso, a ideia de raça se manifesta apenas na personalidade e na conduta dos personagens que dependem, direta ou indiretamente, da escravatura. Vejamos, por exemplo, como a personagem Maria Bárbara, uma católica fervorosa e avó materna de Ana Rosa, é representada:

Maria Bárbara tinha o verdadeiro tipo das velhas maranhenses criadas na fazenda — tratava muito dos avós, eram quase todos portugueses, muito orgulhosa, muito cheia de escrúpulos de sangue; sempre que falava nos pretos dizia — os negros, os sujos! e quando se referia a um mulato, dizia — o cabra! Fora sempre devota; em Alcântara tivera uma capela de Santa Bárbara e obrigava a escravatura a rezar todas as noites, em coro, com os braços abertos, às vezes algemados. Falava com grandes suspiros do marido — do seu João Hipólito — um português fino, de olhos azuis e cabelos loiros.¹³⁸

Em continuidade:

¹³⁸ AZEVEDO, *op. cit.*, 1881, p. 10.

Raimundo, que nunca vivera em família, deliciava-se com aquele prazer tranquilo e honesto do lar, mas D. Maria Bárbara vinha com o seu gênio mau quebrar muita vez este remanso de felicidade — Era insuportável o diabo da velha! cheia de bÍlis, tinha ataques de cólera — não podia, passar muito tempo sem dar pancada nos pobres escravos. Por mais de uma vez o hospede enterrara o chapéu na cabeça e saÍra protestando mudar-se — Que carrasco! dizia ele pela escada — dá bordoada por gosto! o demônio daquela velha!...

E aquele castigo covarde, que encontrava o lombo passivo do escravo, inerme e submisso, revoltava-o pelo desrespeito à reciprocidade dos deveres sociais e pela afronta ao direito natural do homem.¹³⁹

Como observado em uma fala citada na primeira parte deste trabalho, Raimundo argumenta que o ser humano é resultado de sua educação em conformidade com o meio social e não de uma natureza inata. Nesse sentido, a ideia de raça manifesta-se nos costumes da sociedade maranhense, encarados no romance como coloniais e, portanto, atrasados; praticados sobretudo pela elite que impede a integração das pessoas de ascendência africana. Assim, em *O mulato*, a ideia de raça determina, de certo modo, a personalidade e a conduta dos personagens como Maria Bárbara, mas em decorrência do pensamento social escravocrata, servindo para representar tanto o *status quo* da escravatura quanto, ademais, as incoerências do Catolicismo perante ela.

Em *O cortiço*, a ideia de raça assume, em contrapartida, o sentido de natureza inata, antes evitada em *O mulato*. Naquele romance, a raça determina biologicamente a personalidade e a conduta dos personagens, mormente dos mestiços, representados como um tipo racial degenerativo devido à sua ascendência africana e, como analisado na segunda parte deste trabalho, em razão do darwinismo social.

Não obstante, cabe notar que, além da ingerência do darwinismo social sobre Aluísio Azevedo, observa-se também a presença da ideia de hereditariedade, uma vez que os literatos brasileiros buscaram dar continuidade ao projeto estético-ideológico do naturalismo, adaptando-o à realidade brasileira.

O darwinismo social defendia que as pessoas nascidas do cruzamento racial herdavam apenas os genes das raças inferiores, resultando, desse modo, em um processo

¹³⁹ AZEVEDO, *id.*, 1881, p. 140-141.

degenerativo. A tese do branqueamento, por sua vez, surgiu como um meio de contornar o pessimismo do darwinismo social em relação aos mestiços (e também se faz presente no romance). Em vista disso, o leitor pode se perguntar por que a ascendência africana é retratada sob um olhar negativo. Tal como o darwinismo social, a ideia de hereditariedade postulava a primazia da biologia sobre o social, enfatizando, sobretudo, as psicopatologias no comportamento das pessoas em sociedade. Os literatos brasileiros, ao incorporarem essa ideia à realidade nacional, adaptaram-na em continuidade à noção de raça como natureza inata, de modo que a ascendência africana passou a ser encarada como um fator psicopatológico de degeneração social e moral, inviabilizando qualquer perspectiva mais otimista.¹⁴⁰

Interessa destacar que, em *O cortiço*, Aluísio Azevedo apresenta seu romance mais bem-acabado do ponto de vista da estética naturalista, porque se apropriou devidamente das proposições de meios e de hereditariedade de Zola, adaptando-as à realidade nacional em conformidade com o darwinismo social e sua noção de raça. No entanto, isso o levou a representar, por meio de seus personagens, sobretudo os de ascendência africana, concepções deterministas e racistas, hoje totalmente infundadas e negadas pela ciência. Porém, tal fato não tira o mérito de sua obra, nem deste romance em particular, pois ele, enquanto literato, correspondeu, por certo, àquilo que Zola ideologicamente projetou, até porque nenhum outro autor o influenciou tanto quanto o "grande mestre do naturalismo". Esse aspecto se torna mormente expressivo quando se compara o desenvolvimento de seus romances até *O cortiço* com a seguinte concepção de Émile Zola acerca do romance experimental:

[...] No contexto do romance experimental, podemos formular hipóteses sobre as questões da hereditariedade e da influência dos meios, desde que respeitemos integralmente os conhecimentos científicos atuais sobre o tema. Nosso papel será o de preparar o terreno, fornecer fatos observáveis e documentos humanos que poderão ter grande utilidade. [...]

Dessa forma, se eu tivesse de definir o romance experimental, não diria, como Claude Bernard, que uma obra literária se baseia inteiramente no sentimento pessoal, pois, para mim, esse sentimento é apenas o impulso inicial. Em seguida, a natureza se impõe, ou, pelo menos, aquela parte da natureza cujo funcionamento a ciência já nos revelou e sobre a qual não

¹⁴⁰ Cf. BAGULEY, *op. cit.*, 1990; SCHWARCZ, *op. cit.*, 1993; SKIDMORE, *op. cit.*, 2012.

temos mais o direito de inventar. O romancista experimental, portanto, é aquele que aceita os fatos comprovados, que demonstra no homem e na sociedade o mecanismo dos fenômenos já dominados pela ciência e que só permite a intervenção de sua subjetividade naqueles fenômenos cujo determinismo ainda não está estabelecido, buscando controlá-la tanto quanto possível por meio da observação e da experiência.¹⁴¹

Posto isso, além de *O cortiço*, a ideia de raça, conforme o darwinismo social e sob a ingerência da hereditariedade, aparece também em *A carne*, já citado anteriormente. Vejamos, a seguir, uma passagem em que o personagem Joaquim Cambinda, "um preto velho e mestre feiticeiro", presta esclarecimentos ao coronel Manuel Barbosa sobre a morte da escravizada Maria Bugra:

Operou-se uma revolução medonha em Joaquim Cambinda. Atirou ele para longe de si a coberta esfarrapada, endireitou o busto derreado, ergueu a cabeça, cerrou os punhos, e encarou o coronel. Cintilavam-lhe os olhos, os beijos arregaçados deixavam ver os dentes.

— Ah! você quer saber, eu digo: fui eu mesmo que matei Maria Bugra.

— E porque a matou você?

— Porque ela comia o meu dinheiro, e me enganava com a crioulada nova.

— E os outros, o Carlos, a Maria Baiana, o Chico Carreiro, Antonio Mulato?

— Fui eu mesmo que matei a todos.

— E por quê?

— Maria Baiana pelo mesmo motivo que me fez matar Maria Bugra. Os outros para fazer mal a sinhô.

¹⁴¹ Original "Ainsi, dans notre roman expérimental, nous pourrions très bien risquer des hypothèses sur les questions d'hérédité et sur l'influence des milieux, après avoir respecté tout ce que la science sait aujourd'hui sur la matière. Nous préparerons les voies, nous fournirons des faits d'observation, des documents humains qui pourront devenir très utiles. [...] / Je voulais en venir à cette conclusion si je définissais le roman expérimental, je ne dirais pas comme Claude Bernard qu'une œuvre littéraire est tout entière dans le sentiment personnel, car pour moi le sentiment personnel n'est que l'impulsion première. Ensuite la nature est là qui s'impose, tout au moins la partie de la nature dont la science nous a livré le secret, et sur laquelle nous n'avons plus le droit de mentir. Le romancier expérimentateur est donc celui qui accepte les faits prouvés, qui montre dans l'homme et dans la société le mécanisme des phénomènes dont la science est maîtresse, et qui ne fait intervenir son sentiment personnel que dans les phénomènes dont le déterminisme n'est point encore fixé, en tâchant de contrôler le plus qu'il le pourra ce sentiment personnel, cette idée à priori, par l'observation et par l'expérience". ZOLA, *op. cit.*, 1881, p. 51-52. Adendo: devemos considerar que, de fato, Azevedo produziu, conforme as proposições do romance experimental, uma série de "documentos humanos" de grande utilidade, cuja relevância hoje é essencialmente acadêmica. Acerca da influência de Zola em Azevedo. Cf. CANDIDO, *op. cit.*, 1993; MÉRIAN, *op. cit.*, 2013; SODRÉ, *op. cit.*, 1965.

— Para me fazer mal? Porque? Pois você não é o mesmo que forro? Exijo eu algum serviço de você? Não lhe dou moradia, roupa, comida? Porque me quer mal?

— Já que principiei a falar irei até o fim. Sinhô é bom para mim, é verdade, mas sinhô é branco, e obrigação de preto é fazer mal a branco sempre que pode.¹⁴²

Consideramos essa passagem extremamente inquietante, pois Joaquim Cambinda, apesar de bem tratado pelo coronel Manuel Barbosa, tem, por natureza, a inclinação de fazer mal ao branco. Desse modo, o comportamento do personagem pode ser entendido, por certo, como uma alegoria das psicopatologias atribuídas à ascendência africana, uma vez que o darwinismo social, em geral, defendia que as pessoas de ascendência africana eram delinquentes em potencial, pois a amoralidade (entre tantos outros desvios) era considerada inata à sua natureza.¹⁴³ A ideia de hereditariedade, em continuidade à noção de raça, levou, por conseguinte, os literatos naturalistas brasileiros a reiterar os preceitos deterministas e profundamente pessimistas do darwinismo social.¹⁴⁴

Posto isso, agora podemos abordar as mudanças no texto original de *O mulato*, de 1889. Antes, contudo, convém aludir à correção das gralhas, comuns em textos impressos no século XIX. Vejamos um breve exemplo na passagem em que Ana Rosa principia suas crises:

Mas o noivo onde estava que não vinha?!

Esse mancebo tão ardente, tão romântico, tão apaixonado, por que não se apresentava? Dos homens que conhecia nenhum de certo podia ser! e não obstante ela amava! a quem? não sabia, mas amava! Sim! fosse um ideal, fosse o que fosse, mas ela sentia estremecimentos pensando nele, chorava, ria, estorcia-se, soluçava e chamava-se infeliz, desgraçada.

¹⁴² RIBEIRO, *op. cit.*, 1896, p. 261-262.

¹⁴³ MURARI, Luciana, 2009 *apud* MAURICIO, *op. cit.*, 2021.

¹⁴⁴ Além de *O cortiço* e *A carne*, podemos mencionar também o romance *Bom-Crioulo*, de Adolfo Caminha, no qual se encontra o protagonista Amaro, um homem negro e homoafetivo que, ao longo da narrativa, desenvolve uma obsessão violenta pelo adolescente branco Aleixo. No desenrolar do romance, essa relação é retratada sob a perspectiva da degeneração, sendo a homoafetividade de Amaro associada a uma suposta psicopatologia inata, o que o leva a corromper Aleixo tanto moral quanto socialmente, reforçando, assim, os preceitos degenerativos sustentados pelo darwinismo social. *Cf.* CAMINHA, Adolfo. **Bom-crioulo**. Rio de Janeiro: Livraria Moderna, 1895.

Os dias foram se passando no aborrecimento de seu celibato e — nada!... Ana Rosa principiou a emagrecer a olhos vistos, dormia menos, à mesa mal tocava nos pratos.

— Ó pequena! tu tens alguma coisa! disse-lhe um dia o pai, já maçado com o ar doentio da filha — Não me pareces a mesma! Que é isso, Anica?!

— Não era nada!...

E Ana Rosa sobressaltava-se, como se tivesse cometido uma falta — Andaço! incômodo de n[e]rvos! — não era coisa que valesse a pena!...¹⁴⁵

Essa passagem é pertinente, pois, além da gralha, permite perceber que o motivo das crises (de histeria) de Ana Rosa decorre, propriamente, da ausência de um noivo e, especialmente, possibilita abordar uma mudança que se mostra relevante. Vejamos como essa mesma passagem aparece na segunda edição:

Mas o noivo por onde andava que não vinha? Esse belo mancebo, tão ardente e tão apaixonado, por que se não apresentava logo? Dos homens que Ana Rosa conhecia na província nenhum decerto podia ser!... E, no entanto, ela amava...

A quem?

Não sabia dizê-lo, mas amava. Sim! Fosse a quem fosse, ela amava; porque sentia vibrar-lhe todo o corpo, fibra por fibra, pensando nesse — Alguém — íntimo e desconhecido para ela; esse — Alguém — que não vinha e não lhe saía do pensamento; esse — Alguém — cuja ausência a fazia infeliz e lhe enchia a existência de lágrimas.

Passaram-se meses — nada! Correram três anos. Ana Rosa principiou a emagrecer visivelmente.

Agora dormia menos; estava pálida; à mesa mal tocava nos pratos.

— Ó pequena, tu tens alguma coisa! disse-lhe um dia o pai, já incomodado com aquele ar doentio da filha. Não me pareces a mesma! Que é isso, Anica?

Não era nada!...

E Ana Rosa sobressaltava-se, como se tivera cometido uma falta. "Cansaço! Nervos! Não era coisa que valesse a pena!..."¹⁴⁶

¹⁴⁵ AZEVEDO, *op. cit.*, 1881, p. 17-18.

¹⁴⁶ AZEVEDO, *op. cit.*, [1889] 2020, p. 40-41. Adendo: no decorrer de nossa pesquisa, buscamos um exemplar original da segunda edição de *O mulato*, contudo, sem êxito. Diante disso, recorreremos a uma edição contemporânea publicada pela Editora Garnier, a mesma responsável pela primeira edição e que preserva o texto original da segunda edição.

A mudança, sem dúvida, diz respeito à reformulação do texto original de *O mulato*. No prefácio da segunda edição, Aluísio Azevedo argumenta que o romance foi reapresentado da forma como fora concebido originalmente, com poucas alterações, preservando-se, inclusive, alguns termos à moda de Portugal, utilizados na capital maranhense e estranhos aos leitores do Sul.¹⁴⁷ Entretanto, tal argumento se revela controverso, como se pode notar acima, principalmente diante das modificações e até supressões de outras passagens. Vejamos, por exemplo, a seguinte passagem em que Ana Rosa, enervada com a proibição imposta por seu pai de se casar com Raimundo, desabafa, inconformada, com seu padrinho, o Cônego Diogo:

Felizmente não era nada. Ana Rosa deu um suspiro muito das profundezas do peito e encostou a cabeça entontecida e mole no colo do padrinho.

Ele ficou embebido a contemplá-la naquela prostração. E perdido em reminiscências saudosas de sua mocidade, admirava a curva macia dos seios, que arfavam na compressão das sedas, a brancura nublada das faces, a harmonia engraçada das feições. Lembrou-se do seu tempo — **Ó têmpera! Ó mores!...**

E, receoso de não resistir a um apetite impotente de morder aquelas carnes pálidas do pescoço, pousou, com um suspiro desconsolado, a perigosa confessada no enorme espaldar do banco. — Vamos... continuou um pouco distraído, como se quisesse fazer pazes, depois da um arrufo amoroso — não seja mazinha!... ponha-se bem comigo e com Deus!...¹⁴⁸

Vejamos agora como essa mesma passagem aparece na segunda edição:

Felizmente não era nada. A rapariga deu um profundo suspiro e encostou a cabeça no colo do padrinho, chorando em silêncio, de olhos fechados.

Ele ficou algum tempo a contemplá-la naquela posição, que a fazia mais bonita, e, perdido em saudosas reminiscências da sua mocidade, admirava a curva macia dos seios, palpitações, sob a compressão da seda, a brancura mimosa das faces, a engraçada harmonia das feições. "Ó

¹⁴⁷ Cf. AZEVEDO, *id.*, [1889] 2020.

¹⁴⁸ AZEVEDO, *op. cit.*, 1881, p. 424-425, grifos do autor.

têmpera! Ó mores!..." disse consigo a depô-la, carinhosamente, contra o alto espaldar do banco.

— Vamos... continuou, quase em segredo, como um amante sequioso pelas pazes, depois de um arrufo. Vamos... não seja teimosa... Não se faça má... Ponha-se bem com Deus e comigo...¹⁴⁹

Ao reformular o texto dessa passagem, Aluísio Azevedo atenua o desejo sexual de Cônego Diogo por Ana Rosa, conferindo-lhe outro sentido e transformando seu apetite impotente em uma forma de carinho. Além disso, ele abranda, em parte, a crítica anticlerical de *O mulato*, representando o personagem de maneira menos vil, embora ainda o mantenha como antagonista.¹⁵⁰ Também é possível notar que Aluísio Azevedo abranda a crítica à escravatura, como se observa na passagem em que o narrador descreve Dona Quitéria, esposa do pai de Raimundo:

[...] A Sr.^a D. Quitéria Inocência de Freitas Santiago, brasileira rica, de muita religião e escrúpulos de sangue, para quem um escravo não era um homem, e ter a cor negra constituía por si só um crime.

Quitéria foi uma mulher má: se existisse hoje conheceria já o banco dos réus, mas naqueles tempos sem responsabilidade, em que o escravo era uma mercadoria portuguesa, que só servia para fartar a ganância dos traficantes em prejuízo do Brasil, ela, como muitas senhoras brasileiras dessa época, era impudicamente em sua fazenda — o acusador, o juiz e o carrasco.

Em suas próprias mãos ou a sua ordem mais de seis escravos sucumbiram ao chicote, ao tronco, à fome, à sede e ao ferro em brasa, porém sempre foi devota, cheia de superstições — tinha também uma capela na fazenda, onde a escravatura todas as noites, com as mãos inchadas pelos bolos ou as costas lanhadas pelo chicote, cantava súplicas à virgem.¹⁵¹

Em continuidade, vejamos a mesma passagem na segunda edição:

¹⁴⁹ AZEVEDO, *op. cit.*, [1889] 2020, p. 205, grifos do autor.

¹⁵⁰ Cf. AZEVEDO, *id.*, [1889] 2020. Adendo: cabe destacar que a passagem citada aparece em capítulos distintos nas edições de 1881 e 1889, visto que Aluísio Azevedo, além de reformular o texto, reestruturou a disposição de alguns capítulos.

¹⁵¹ AZEVEDO, *op. cit.*, 1881, p. 55-56.

[...] A Sra. D. Quitéria Inocência de Freitas Santiago, viúva, brasileira, rica, de muita religião e escrúpulos de sangue, e para quem um escravo não era um homem, e o fato de não se branco, constituía por si só um crime.

Foi uma fera! às suas mãos, ou por ordem dela, vários escravos sucumbiram ao relho, ao tronco, à fome, à sede e ao ferro em brasa. Mas nunca deixou de ser devota, cheia de superstições; tinha uma capela na fazenda, onde a escravatura todas as noites, com as mãos inchadas pelos bolos, ou as costas lanhadas pelo chicote, entoava súplicas à Virgem Santíssima, mãe dos infelizes.¹⁵²

A personagem Dona Quitéria, como mencionado na primeira parte deste trabalho, foi inspirada em um crime real cometido por Ana Rosa Viana Ribeiro, baronesa de Grajaú, que torturou e matou Inocência, uma criança escravizada sob sua propriedade.¹⁵³ Aluísio Azevedo, ao reformular substancialmente o texto dessa passagem, abranda a crítica nela presente, mormente pelo trecho suprimido, no qual havia uma denúncia direta à escravatura e uma referência ao crime da baronesa. Entendemos, portanto, que ele optou por abrandar essa crítica, pois, em 1888, a escravatura já havia sido abolida, tornando-a, em sua visão, desnecessária. Apesar disso, é importante notar que, mesmo assim, a temática abolicionista ainda sobressai na segunda edição de *O mulato*, especialmente porque Aluísio Azevedo também excluiu grande parte da crítica ao preconceito contra os mestiços, o que torna essa mudança relevante.

Na edição de 1889, a temática do preconceito racial foi, em grande parte, substituída pela abolicionista, resultando na exclusão da crítica a essa questão. Vejamos, por exemplo, a passagem em que Raimundo, aborrecido, pede ao tio Manuel Pescada que lhe explique o motivo da recusa ao seu pedido de casamento com Ana Rosa:

— Então que é?! diga! vamos! diga por amor de Deus!...

— E o senhor promete não se ofender?!...

— Juro!

¹⁵² AZEVEDO, *op. cit.*, [1889] 2020, p. 57.

¹⁵³ MÉRIAN, *op. cit.*, 2013. Recomendamos a consulta aos **Autos do processo-crime da baronesa de Grajaú** (1876 – 1877). Programa Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão. 2. ed. São Luís: Procuradoria Geral de Justiça, 2020. Adendo: a Promotoria Pública da capital maranhense, sob a liderança de Celso Magalhães, moveu um processo-crime contra Ana Rosa Viana Ribeiro, acusando-a do assassinato de Inocência, o que abalou a sociedade maranhense. No entanto, sendo uma senhora abastada da elite escravocrata, ela acabou absolvida da morte do pequeno e indefeso escravizado.

Depois de algum silêncio, que valeu uma eternidade para Raimundo, Manuel disse resolutamente — É porque o senhor é mulato!¹⁵⁴

Como podemos notar, na edição de 1881, o motivo está ligado ao fato de Raimundo ser mulato. Todavia, na edição de 1889, atribui-se a outra justificativa:

— Pois defenda-se, declarando tudo por uma vez!

— E o senhor promete não se revoltar com o que eu disser?...

— Juro. Fale!

Manuel sacudiu os ombros e resmungou depois, em ar de confiança:

— Recusei-lhe a mão de minha filha, porque o senhor é... é filho de uma escrava...¹⁵⁵

Na edição de 1889, o fato de nascer em cativo assume maior relevância do que o fato de Raimundo ser mulato. Tanto que ele atribui, antes de tudo, à escravatura a causa de todos os males que recaem sobre ele durante sua estadia na capital maranhense. Em contrapartida, o preconceito racial surge em segundo plano, como consequência inerente às sociedades escravocratas, contra o qual o protagonista, aliás, apenas esbraveja.¹⁵⁶

Diante disso, importa notar que, em 1889, Aluísio Azevedo já se encontrava sob a ingerência da doutrina spenciana, o que o levou a reformular uma parte expressiva do texto original de *O mulato*. Na primeira edição, muitas passagens fazem referência ao Positivismo comtiano e, com o intuito de atenuar o proselitismo presente, sobretudo, nas críticas do romance, Aluísio Azevedo altera ou mesmo suprime essas passagens na segunda edição. Por exemplo, das 19 páginas em que Raimundo mantém uma longa e exaltada conversa com seu tio Manuel Pescada acerca de religião, escravatura, educação, utilidade *etc.*, nove foram substituídas, na segunda edição, pela seguinte passagem:

Raimundo não pôde conter uma risada, e, como o outro se formalizara, acrescentou em tom sério "que não desdenhava da religião, que a julgava até indispensável como elemento regulador da sociedade. Afiançou que

¹⁵⁴ AZEVEDO, *op. cit.*, 1881, p. 321-322.

¹⁵⁵ AZEVEDO, *op. cit.*, [1889] 2020, p. 162.

¹⁵⁶ Cf. AZEVEDO, *id.*, [1889] 2020.

admirava a natureza e rendia-lhe o seu culto, procurando estudá-la e conhecê-la nas suas leis e nos seus fenômenos, acompanhando os homens de ciência nas suas investigações, fazendo, enfim, o possível para ser útil aos seus semelhantes, tendo sempre por base a honestidade dos próprios atos".

Montaram de novo e puseram-se a caminho. Uma cerrada conversa travou-se entre eles a respeito de crenças religiosas; Raimundo mostrava-se indulgente com o companheiro, mas aborrecia-se, intimamente revoltado por ter de aturá-lo. Da religião passaram a tratar de outras coisas, a que o moço ia respondendo por prazer; afinal veio à baila a escravatura e Manuel tentou defendê-la; o outro perdeu a paciência, exaltou-se e apostrofou contra ela e contra os que a exerciam, com palavras tão duras e tão sinceras, que o negociante se calou, meio enfiado.¹⁵⁷

As outras dez páginas foram simplesmente excluídas. Desse modo, Aluísio Azevedo suprime, em apenas meia página, diversas passagens em que o Positivismo comtiano se acentua na primeira edição de *O mulato*, sobretudo nas críticas de Raimundo.

Conseqüentemente, ao atenuar o proselitismo no romance, Aluísio Azevedo retira de Raimundo aquilo que, sem dúvida, o singulariza enquanto personagem. Vejamos, por exemplo, como a passagem em que Raimundo assiste a uma das crises de sua prima Ana Rosa, citada na primeira parte deste trabalho, aparece na segunda edição:

Raimundo chegou a conceber a ideia de ir à varanda, chamar por alguém, fazer bulha, contar tudo! mas teve pena dela; "Iria prejudicá-la, ofendê-la, seria brutal; além disso escandaloso... oh! um formidável escândalo!... Que diabo então devia fazer?... Sim, no fim de contas, seria estúpido revoltar-se contra a rapariga!... ela o amava, tinha vinte anos, e queria casar nada mais justo!" E resolveu mudar de tática, empregar meios brandos e carinhosos para acabar com aquela situação. "Era o caminho mais curto e mais seguro!" Aproximou-se pois de Ana Rosa, muito terno, e disse-lhe afetuosamente, depois de enxugar-lhe o suor da testa e consertar-lhe o desalinho dos cabelos:

— Mas, querida prima, o fato de amar-me não é motivo de choro!... ao contrário — devemos alegrar-nos! Veja como estou satisfeito, estou rindo! Siga o meu exemplo! E sabe o que nos compete fazer de melhor? —

¹⁵⁷ AZEVEDO, *id.*, [1889] 2020, p. 146. Adendo: cabe notar que muitas das passagens analisadas na primeira parte deste trabalho estão entre as 19 páginas excluídas na segunda edição.

Não é chorar certamente! — é casar-nos! Não acha? Não lhe parece mais acertado? Não me aceita para seu esposo?...¹⁵⁸

Na segunda edição, além de alterar parte do texto dessa passagem, Aluísio Azevedo suprime ainda um trecho que, na primeira edição, aparece entre os dois parágrafos e no qual o narrador descreve os predicados positivistas de Raimundo. Em razão disso, ele deixa de ser um "entusiasta da nova ideia" e "homem moderno por excelência", tornando-se apenas um personagem que participa comumente da trama do romance.

Além disso, é importante destacar que, ao suprimir os traços positivistas do protagonista, Aluísio Azevedo também altera a maneira como seu fenótipo é representado na segunda edição. Vejamos, na seguinte passagem, igualmente citada na primeira parte deste trabalho, como o narrador o descreve:

Raimundo tinha vinte e seis anos e seria um tipo acabado de brasileiro, se não foram os grandes olhos azuis, que puxara do pai. Cabelos muito pretos, lustrosos e crespos; tez morena e amulatada, mas fina; dentes claros que reluziam sob a negrura do bigode; estatura alta e elegante; pescoço largo, nariz direito e fronte espaçosa.¹⁵⁹

Embora o narrador descreva apenas o fenótipo de Raimundo, tal mudança entre as edições é pertinente, pois ele deixa de ser um tipo verdadeiramente brasileiro para se tornar um tipo acabado e, portanto, comum, tanto na aparência quanto, principalmente, na psique.¹⁶⁰ Desse modo, na segunda edição, Raimundo deixa de representar um ideal.

A publicação de um texto, além da ingerência do editor, está sujeita à historicidade de sua (re)edição.¹⁶¹ Por conseguinte, para compreender as razões que levaram Aluísio Azevedo a mudar sua maneira de ver e de pensar o mundo e, com isso, reformular o texto original de *O mulato*, bem como representar de maneira racializada seus personagens em

¹⁵⁸ AZEVEDO, *id.*, [1889] 2020, p. 103-104.

¹⁵⁹ AZEVEDO, *id.*, [1889] 2020, p. 55.

¹⁶⁰ Importa mencionar, ademais, que, aos olhos do narrador, o protagonista deixa de ser "um bonito rapaz".

¹⁶¹ CHARTIER, Roger. O tempo da obra. In: **A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo: UNESP, 2014. Adendo: no prefácio da segunda edição, Aluísio Azevedo sugere que a decisão de republicar o romance *O mulato* partiu do editor Baptiste Louis Garnier. Cf. AZEVEDO, *op. cit.*, [1889] 2020.

O cortiço, sobretudo os de ascendência africana, responderemos agora à nossa pergunta-problema.

3.2 A re(a)presentação da raça

De 1880 a 1890, Aluísio Azevedo, antes um admirador fervoroso de Augusto Comte e de sua doutrina de cunho reformista, tornou-se adepto do Positivismo, ou darwinismo social, de Herbert Spencer, passando, assim, a encarar a ascendência africana sob um olhar racialista e, notadamente, negativo. Aliás, cabe notar que esse olhar excedeu os limites do tempo (e do texto) de *O cortiço*.

Em uma carta enviada a Manuel de Oliveira Lima, datada de 15 de outubro de 1909, Aluísio Azevedo expressa ao amigo seu encanto por Machado de Assis, destacando que poucos literatos conseguiram captar os paradoxos da sociedade brasileira por meio de seus personagens. No entanto, importa mencionar que ele também ressalta que Machado de Assis só alcançou tal proeza por ser um paradoxo vivo. Vejamos como Aluísio Azevedo o descreve no seguinte trecho da carta:

Falar desses personagens paradoxais, é falar do criador deles, Machado de Assis, como homem, foi também um encantador paradoxo, sem o que não seria ao mesmo tempo — gago e exímio "causeur", nevropata e [...] correto, misantropo e galante, feio e sedutor, "gentleman" e fulo [...].

Ora pois, enfeixar num livro todas as faces invejáveis de tamanho paradoxo vivo, sem recorrer, intencionalmente e por bem entendido escrúpulo, às qualidades contrastantes que lhe formam o contorno e lhe serviriam de realce, se me afigura, não só obra dificultosíssima, como ainda a mais delicada e a mais pura homenagem rendida ao grande Mestre. Com que íntima satisfação não teria ele lido semelhante obra! que bem não teria feito à sua pobre alma retraída e medrosa esse elogio franco e gentil, onde se não lobriga a menor referência aos desprimores físicos, que em vida tanto o fizeram sofrer!¹⁶²

¹⁶² AZEVEDO, Aluísio [Corresp]. Dstn: Manuel de Oliveira Lima. 15 de outubro de 1909. **Machado de Assis em linha**. v. 9. n. 17. FFLCH/USP: abril de 2016, p. 107, grifos do autor.

Vejamos ainda outro trecho que antecede este:

Todo ele foi um composto de contrastes, estabelecidos cruelmente pela natureza entre o seu espírito rico e a sua matéria pobre, espírito cavaleiresco e fidalgo, servido por uns ingratos nervos, que lhe negavam ânimo para impulsos de entusiasmo e rasgos de altruísmo: adorador apaixonado da conversa elegante e culta e dotado com a verve de grande conversador, a natureza entretanto o fizera gago; aristocrata por índole e enamorado sincero de tudo que na sociedade é distinto, apurado e clarificado, a natureza o fizera nascer homem de cor o que foi para ele durante a vida o seu mais íntimo e maior tormento: partidário intransigente da elegância nos gestos e da graciosa altivez da força física, o que só a boa educação corporal combinada com a perfeita sinergia do organismo pode proporcionar, a natureza dera-lhe uma compleição débil, fazendo dele um desfibrado e até um epilético.¹⁶³

Aluísio Azevedo inicia a carta agradecendo o exemplar do livro sobre Machado de Assis e sua obra, de autoria de Manuel de Oliveira Lima, uma homenagem póstuma ao literato. Em seguida, ao tratar do tema do livro, enaltece a obra machadiana e também destaca as qualidades de Machado de Assis. Entretanto, logo depois, pontua seus defeitos, que, segundo ele, a "natureza lhe impôs", como "nascer homem de cor" e "ser fulo". Com isso, percebe-se que, mesmo 19 anos após a primeira edição de *O cortiço*, Aluísio Azevedo ainda se mantinha convencido da inferioridade da ascendência africana, possivelmente a considerando um tipo racial degenerativo.¹⁶⁴

Posto isso, uma vez que a literatura nos interessa à medida que permite observar as ideias e os processos sociais do contexto que originou sua existência, passamos agora a debater a emergência das teorias raciais no Brasil, no século XIX, em relação à escravatura e, especialmente, ao processo abolicionista.

A escravatura no Brasil foi, por muito tempo, legitimada teologicamente pela Igreja e permitida legalmente pelo Estado. Desse modo, a sociedade brasileira conviveu com ela

¹⁶³ AZEVEDO, *id.*, 2016, p. 105.

¹⁶⁴ No século XIX, o adjetivo "fulo" denotava uma "pessoa de cor preta com tom amarelado". Contudo, também podia conotar alguém em estado de animosidade. Cf. PINTO, Luís Maria da Silva. **Dicionário da língua brasileira**. Ouro Preto: Typ. de Silva, 1832.

sem grandes problemas de consciência. Importa notar, inclusive, que muitos, ao dispor de algum capital, logo procuravam adquirir um escravizado para viver do trabalho dele.¹⁶⁵

Do século XVI ao XVIII, a escravatura foi amplamente praticada sem provocar grandes questionamentos sobre sua legitimidade ou legalidade. Nesse período, defendia-se (e se acreditava) que a escravatura era da "vontade de Deus", argumentando-se que, por meio dela, os africanos (e os nativos americanos) eram retirados da selvageria e da ignorância, visto que o trabalho escravo os civilizava e os conduzia ao evangelho, sendo, antes de tudo, um "ato de bondade".¹⁶⁶ Hoje, esse argumento pode parecer descabido, mas ele teve seu lugar no tempo e, portanto, poder de convencimento.

Como providência divina, a escravatura, mormente dos povos africanos, encontrou suas bases no livro do *Gênesis*, do Antigo Testamento; mais precisamente no capítulo 9, quando Noé amaldiçoa seu neto, Canaã. Vejamos:

[...] Os filhos de Noé, que saíram da arca, foram Sem, Cam e Jafé; Cam é o pai de Canaã. Esses três foram os filhos de Noé e a partir deles se fez o povoamento de toda a terra.

Noé, o cultivador, começou a plantar a vinha. Bebendo vinho, embriagou-se e ficou nu dentro de sua tenda. Cam, pai de Canaã, viu a nudez de seu pai e advertiu, fora, a seus dois irmãos. Mas Sem e Jafé tomaram o manto, puseram-no sobre os seus próprios ombros e, andando de costas, cobriram a nudez de seu pai; seus rostos estavam voltados para trás e eles não viram a nudez de seu pai. Quando Noé acordou de sua embriaguez, soube o que lhe fizera seu filho mais jovem. E disse:

"Maldito seja Canaã!

Que ele seja, para seus irmãos, o último dos escravos!"

E disse também:

"Bendito seja Iahweh, o Deus de Sem,

e que Canaã seja seu escravo!

Que Deus dilate Jafé, que ele habite nas tendas de Sem,

e que Canaã seja seu escravo!"¹⁶⁷

¹⁶⁵ Cf. MAIA, Hermisten, 2008 *apud* MAURICIO, *op. cit.*, 2020.

¹⁶⁶ COSTA, *op. cit.*, 2010. Adendo: em reconhecimento a esse "ato de bondade", e para recompensar seus senhores, impunha-se aos africanos (e nativos americanos) escravizados a subserviência.

¹⁶⁷ BÍBLIA. *Gênesis 9:18-29*. 1. ed. 11. reimp. São Paulo: Paulus, [2002] 2016, p. 46. Adendo: a numeração dos versículos da passagem supracitada foi omitida.

Essa passagem narra a maldição de Cam e tem aqui sua importância, pois suscitou numerosas (re)leituras acerca da escravatura. O fato de Noé, como representante de Deus, amaldiçoar Canaã e torná-lo escravo em virtude da imoralidade de seu pai, Cam, alinhava-se aos interesses econômicos da escravização dos povos não europeus. Dissociados da cristandade e de sua moral, esses povos eram vistos como praticantes de erros semelhantes aos de Cam, recaindo sobre seus descendentes a mesma maldição. Assim sendo, essa passagem permitia, ainda que de maneira vaga, associar uma suposta luta contra a imoralidade e o pecado ao ensejo colonialista.¹⁶⁸

Entre essas (re)leituras, a mais momentosa e de fundamento ainda mais vago foi, todavia, a analogia entre a cor da pele e a escravatura, tanto como marcador social como elemento proto-racial. A simbologia das cores, em que o branco representava a face de Deus e o preto a face do Diabo, já estava amplamente presente no imaginário social europeu. A retomada da maldição de Cam reforçava essa ideia, criando a noção de que a pele de Canaã, como sinal da maldição, havia escurecido e se tornado preta, estendendo-se a seus descendentes. Defendia-se (e logo se acreditava) que os povos africanos (e originários) descendiam de Canaã, sendo, por conseguinte, legítimo escravizá-los e remi-los conforme a providência divina.¹⁶⁹

O texto dessa passagem, sem dúvida, foi deturpado, pois em nenhum momento se observam nele elementos que fundamentem precisamente tais (re)leituras. Entretanto, cabe notar que toda representação, embora criada para atender a interesses específicos, busca se apresentar como universal e transformar um elemento abstrato em expressão do conjunto equiparável a uma conjuntura desejada.¹⁷⁰

Considerado isso, cabe agora notar o cunho proto-racial presente na analogia entre a cor da pele e a escravatura. Apesar de suscitar o preconceito étnico, promover a prática discriminatória e reforçar as hierarquias entre senhores e escravizados nas sociedades coloniais, a cor da pele ainda não possuía um sentido biologizante, sendo empregada em

¹⁶⁸ GRENOUILLEAU, Olivier. **A história da escravidão**. São Paulo: Boitempo, 2009; HOFBAUER, Andreas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Ed UNESP, 2006. Adendo: observa-se no Antigo Testamento que as pessoas (e seus descendentes) respondem (e são punidas) pelos erros de seus pais.

¹⁶⁹ GRENOUILLEAU, *op. cit.*, 2009; HOFBAUER, *op. cit.*, 2006.

¹⁷⁰ Cf. PESAVENTO, Sandra, 1999 *apud* MAURICIO, *op. cit.*, 2020.

um cunho moralizante.¹⁷¹ Ela era, antes, um sinal da providência divina, imposto aos povos selvagens e ignorantes, descendentes de Canaã e, portanto, dissociados da cristandade, o que logo permitia reconhecê-los e remi-los por meio do trabalho escravo. Nesse sentido, embora evocasse um fenótipo, esse cunho proto-racial não configurava uma categoria taxonômica, como veremos adiante no século XIX, e, por si só, não tornava os povos africanos (ou originários) passíveis de serem escravizados.¹⁷²

O leitor pode se questionar acerca desse pequeno excursão, visto que o objetivo aqui é debater a emergência das teorias raciais no Brasil no século XIX, em vista da escravatura e, sobretudo, do processo abolicionista. Do século XVI ao XVIII, como já comentamos, a escravatura foi amplamente praticada sem provocar grandes questionamentos. No Brasil, aqueles que ousaram contestá-la foram duramente repreendidos ou expulsos da colônia, e a escravatura continuou sem empecilhos. Somente quando a doutrina liberal se difundiu de forma mais ampla na sociedade brasileira, principalmente em razão da independência política em 1822, é que a legitimidade e a legalidade da escravatura passaram a ser questionadas de maneira terminante. A doutrina liberal propunha uma ideia de cidadania que preconizava, como inalienável, a liberdade, o que punha em xeque o direito de propriedade sobre os escravizados, desencadeando um longo embate.¹⁷³

O abolicionismo no Brasil encontrou no Liberalismo sua primeira referência. Desse modo, a escravatura, por muito tempo vista como a "vontade de Deus", passou a ser encarada como um produto da vontade dos homens, sendo espúria e, portanto, revogável. Se antes o trabalho escravo era considerado um meio de civilizar os africanos (e os povos originários), a partir desse momento, passou a ser visto como a causa da incivilidade. Descobria-se que o cristianismo era incompatível com a escravatura e que nada de benévolo havia nela. Defendia-se também que o trabalho escravo era menos produtivo que o trabalho livre. O Liberalismo, assim, subvertia a ordem do discurso em nome da moral e da racionalidade econômica.¹⁷⁴

¹⁷¹ BETHENCOURT, *op. cit.*, 2018; CASTRO, *op. cit.*, 2004.

¹⁷² CASTRO, *id.*, 2004.

¹⁷³ CASTRO, *id.*, 2004; COSTA, *op. cit.*, 2010. Adendo: um exemplo de tal ousadia foi o padre Antônio Vieira, que, ao criticar a escravatura dos povos originários no Maranhão, acabou expulso da colônia pelos senhores locais e por outros jesuítas em 1661. Vieira foi, inclusive, um dos poucos a condenar a escravatura e sua analogia com a cor da pele, considerando-a imprecendente.

¹⁷⁴ COSTA, *id.*, 2010.

Não obstante, além da ordem do discurso, subvertia-se a ordem tradicional do Antigo Regime e, conseqüentemente, a ordem social estabelecida no Brasil durante o período colonial. Em oposição ao princípio do direito divino, a doutrina liberal defendia que a liberdade e a propriedade privada eram direitos naturais e universais dos homens, devendo ser igualmente reconhecidos e garantidos pela supremacia da lei em um governo representativo.¹⁷⁵

A doutrina liberal chegou ao Brasil por volta da segunda metade do século XVIII e foi acolhida com entusiasmo; principalmente pelas elites, que já buscavam se emancipar do domínio de Portugal. Todavia, a ideia de liberdade, enquanto direito natural e universal dos homens, inalienável, impunha um impasse imediato diante do interesse em manter a escravatura, pois, em teoria, também se estendia aos escravizados. Concordava-se que as elites dependiam do trabalho deles, mas, ao mesmo tempo, temia-se não ser possível conter qualquer (re)ação de uma enorme massa de escravizados, que, pouco a pouco, tomava conhecimento dessa ideia e a colocava em movimento.¹⁷⁶

Apesar desse receio, a legalidade da propriedade sobre os escravizados foi mantida mesmo depois de a independência ser proclamada, praticando-se a escravatura por quase todo o século XIX. Como observamos na primeira parte deste trabalho, embora, em teoria, fundamentado na doutrina liberal, o governo imperial não apenas reconheceu, mas também garantiu o direito de propriedade sobre os escravizados em favor de seus senhores. Importa notar que o texto da Carta Magna ignorou completamente a existência dos escravizados, negando-lhes o direito de cidadania e, assim, qualquer tipo de garantia constitucional. Ao omitir o fato de que existiam, sem sequer mencioná-los, a Carta Magna, mediante o silêncio, consentia na continuidade da escravatura.

Conforme o artigo 6º da Carta Magna, consideravam-se brasileiros os ingênuos e libertos nascidos no Brasil, bem como aqueles que, nascidos em Portugal ou em suas colônias, residiam no Brasil à época da independência, desde que com ela anuissem.¹⁷⁷ O direito de cidadania era, portanto, concedido apenas àqueles que, de algum modo, gozavam de liberdade. Os escravizados foram considerados uma mercadoria tanto antes

¹⁷⁵ CASTRO, *op. cit.*, 2004; COSTA, *op. cit.*, 2010.

¹⁷⁶ COSTA, *id.*, 2010.

¹⁷⁷ O direito de cidadania brasileira se aplicava a outros três casos; contudo, ignorava os escravizados. Cf. BRASIL [título II]. **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1824.

quanto depois da independência, estando sujeitos a relações de alienação idênticas às de qualquer bem de propriedade privada. Não constituíam, propriamente, um bem pessoal vinculado, mas eram alienáveis conforme a vontade de seus senhores.¹⁷⁸ Pelo direito de propriedade, podiam ser alugados, emprestados, vendidos, doados, transmitidos por herança ou legado, bem como sequestrados, embargados, arrestados, penhorados, depositados, arrematados e adjudicados. Em outras palavras, os escravizados podiam ser desmembrados em virtude do usufruto de seus senhores, não possuindo mais importância do que a propriedade que neles era constituída.¹⁷⁹

Esse estado sub-humano persistiu por todo o período imperial, e o artigo 179 da Carta Magna, que tratava, de modo geral, das garantias constitucionais, consentia que fosse reiterado, precisamente nos seguintes incisos:

- XXII. É garantido o Direito de Propriedade em toda a sua plenitude. Se o bem público legalmente verificado exigir o uso, e emprego da Propriedade do Cidadão, será ele previamente indenizado do valor dela. A Lei marcará os casos, em que terá lugar esta única exceção, e dará as regras para se determinar a indenização.
- [...]
- XXIV. Nenhum gênero de trabalho, de cultura, indústria, ou comércio pode ser proibido, uma vez que não se oponha aos costumes públicos, à segurança, e saúde dos Cidadãos.¹⁸⁰

A plenitude do direito de propriedade, que, por certo, estendia-se aos escravizados, e o fato de nenhum gênero de trabalho poder ser proibido caso fosse um costume público, como a escravatura, consentiam, diante do silêncio da Carta Magna, no reconhecimento e na garantia do direito de propriedade sobre os escravizados. Nesse sentido, a escravatura permanecia dentro da legalidade em favor dos senhores.

Apesar da continuidade legal da escravatura, sua legitimidade permaneceu, porém, em xeque, pois a ideia de liberdade, já difundida na sociedade brasileira, despertou uma consciência sobre as contradições entre a escravatura e o Liberalismo, que se tornavam mais evidentes quando, em decorrência da escravatura, os direitos civis de pessoas livres

¹⁷⁸ CASTRO, Flávia Lages de. **História do Direito Geral e Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

¹⁷⁹ GORENDER, Jacob, 1988 *apud* CASTRO, *id.*, 2007.

¹⁸⁰ BRASIL [título VIII], *op. cit.*, 1824, p. 44-45.

não brancas, principalmente as de ascendência africana, eram frequentemente violados. O direito de ir e vir, por exemplo, muitas vezes dependia de reconhecimento, uma vez que, caso fossem confundidos com escravizados, permaneceriam sob suspeita de fuga e logo estariam sujeitos a todo tipo de arbitrariedade na ausência de uma carta de alforria.¹⁸¹

Não obstante, entre abolir ou dar continuidade à escravatura, as elites, herdeiras de uma estrutura socioeconômica historicamente dependente do trabalho escravo, buscaram novas formas de mantê-la, especialmente diante dos constantes debates sobre sua legalidade constitucional. Assim, ainda na primeira metade do século XIX, apropriaram-se de ideias também originadas no Iluminismo, que lhes permitiram legitimar, ao menos temporariamente, a propriedade escrava.

Entre os iluministas, era consensual que os seres humanos se distinguiam dos demais animais pela capacidade de racionalizar o meio à sua volta e transformá-lo conforme suas necessidades, possibilitando-lhes ocupar um lugar preeminente no mundo natural. Contudo, havia divergências quanto à progênie dos diversos povos, tão distintos entre si e, portanto, tão "desiguais". Ao mesmo tempo que defendiam os direitos naturais e universais dos homens, construía uma ideia de humanidade restrita aos parâmetros europeus, intransigente às diferenças entre estes e os demais. Reconheciam a existência de povos diferentes e também condenavam as injustiças praticadas contra eles (como a escravatura). No entanto, sob o olhar do "nós", encaravam os "outros" não europeus com considerável descaso.¹⁸²

A maioria dos iluministas era monogenista, ou seja, acreditava que todos os seres humanos descendiam de um mesmo ancestral. Defendiam que as variações humanas observadas (e extensamente catalogadas) resultavam de fatores como clima, alimentação e costumes (cultura), sendo que, em grande parte, os dois últimos dependiam do primeiro. Para Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon, um dos principais nomes do Iluminismo e precursor do pensamento evolucionista, todas essas variações decorriam de processos de "degeneração", provocados por influências externas. Embora dessem forma à "raça", não eram diferenciações substanciais, mas transformáveis e reversíveis.¹⁸³

¹⁸¹ CASTRO, *op. cit.*, 2004.

¹⁸² Cf. HOFBAUER, *op. cit.*, 2006; SANTOS, *op. cit.*, 2005.

¹⁸³ HOFBAUER, *op. cit.*, 2006.

Essa ideia de Leclerc pode ser prontamente ilustrada no seguinte trecho de *Obras completas de Buffon*. vejamos:

[...] O gênero humano não é composto de espécies essencialmente diferentes entre si; ao contrário, houve originalmente apenas uma única espécie de homens, que, multiplicando-se e se espalhando por toda a superfície da Terra, sofreu diferentes mudanças sob a influência do clima, pela diferença da alimentação e do modo de vida [...]; que, a princípio, essas alterações não eram tão marcadas e produziam apenas variedades individuais; que elas posteriormente se tornaram variedades da espécie, porque se tornaram mais generalizadas, mais perceptíveis e mais constantes pela ação contínua dessas mesmas causas; que elas se perpetuaram e continuam a se perpetuar de geração em geração, assim como as deformidades ou as doenças dos pais e mães passam para seus filhos; e que, enfim, como foram produzidas originalmente apenas pelo conjunto de causas externas e acidentais, e como só foram confirmadas e tornadas constantes pelo tempo e pela ação continuada dessas mesmas causas, é muito provável que elas desapareceriam aos poucos com o tempo, ou até mesmo se tornassem diferentes do que são hoje, caso essas mesmas causas não mais existissem, ou se viessem a variar em outras circunstâncias e por outras combinações.¹⁸⁴

Georges-Louis Leclerc, bastante detalhista em suas preocupações com a progênie humana, reduz a três as variações humanas observadas em diferentes climas: 1. A cor (dos olhos, do cabelo e da pele); 2. A forma, isto é, as dimensões e proporções do corpo (como a cabeça, o rosto etc.); 3. Os costumes, enquanto práticas culturais. Importa observar que essa terceira variação, para ele, traduzia a capacidade de racionalizar e transformar o

¹⁸⁴ Original "[...] Le genre humain n'est pas composé d'espèces essentiellement différentes entre elles; qu'au contraire il n'y a eu originairement qu'une seule espèce d'hommes, qui, s'étant multipliée et répandue sur toute la surface de la terre, a subi différents changements par l'influence du climat, par la différence de la nourriture, par celle de la manière de vivre [...]; que d'abord ces altérations n'étoient pas si marquées, et ne produisoient que des variétés individuelles; qu'elles sont ensuite devenues variétés de l'espèce, parce qu'elles sont devenues plus générales, plus sensibles, et plus constantes par l'action continuée de ces mêmes causes; qu'elles se sont perpétuées et qu'elles se perpétuent de génération en génération, comme les difformités ou les maladies des pères et mères passent à leurs enfants; et qu'enfin, comme elles n'ont été produites originairement que par le concours des causes extérieures et accidentelles, qu'elles n'ont été confirmées et rendues constantes que par le temps et l'action continuée de ces mêmes causes, il est très probable qu'elles disparoîtroient aussi peu à peu et avec le temps, ou même qu'elles deviendroient différentes de ce qu'elles sont aujourd'hui, si ces mêmes causes ne subsistoient plus, ou si elles venoient à varier dans d'autres circonstances et par d'autres combinaisons". LECLERC, Georges-Louis. **Obras completas de Buffon**. Tomo XII. Paris: Chez F. D. Pillot, 1831, p. 326-327.

meio, sendo, em grande parte, a mais significativa das diferenças entre os povos.¹⁸⁵ Assim, ainda que se ativesse aos fenótipos, Leclerc não lhes atribuía um sentido biologizante que se estendesse ao social, dando grande importância, sim, à cultura.

Os iluministas monogenistas defendiam, de modo geral, que as diferenças entre os povos não eram inatas, mas resultantes de fatores externos, sobretudo do clima, que, por sua vez, moldava o fenótipo e influenciava a cultura, conformando "raças" dentro de uma mesma espécie humana.¹⁸⁶ Vejamos mais um trecho de *Obras completas de Buffon*, no qual Leclerc conclui sua comparação dos povos e seus costumes no extremo norte:

[...] Tomei aqui [...] a palavra **raça** no sentido mais amplo [...]. As grandes diferenças que se encontram entre os homens dependem da diversidade dos climas: é sob essa perspectiva geral que se deve entender o que eu disse sobre isso; e, sob essa perspectiva, é muito certo que não apenas os lapões, os borandianos, os samoiedos e os tártaros do norte de nosso continente, mas também os groenlandeses e os esquimós da América, são todos homens cuja raça o clima tornou semelhante, homens de uma natureza igualmente reduzida, degenerada, e que, por consequência, podem ser considerados como formando uma única e mesma raça dentro da espécie humana.¹⁸⁷

Em contrapartida, havia uma minoria dos iluministas que era poligenista, isto é, que, retomando Hipócrates, acreditava que as diferentes "raças" constituíam "espécies" humanas distintas em progênie, "tipos" específicos que não poderiam ser reduzidos, fosse pela aclimatação, fosse pelo cruzamento, a uma única humanidade. Interessa notar que o poligenismo, adotado como modelo interpretativo do progresso das sociedades humanas,

¹⁸⁵ SANTOS, *op. cit.*, 2005.

¹⁸⁶ Importa salientar que eles ainda concebiam a humanidade sob um olhar eurocêntrico, julgando os outros povos com base em parâmetros europeus, de modo que as culturas europeias serviam de referência para a ideia de "degeneração". Desse modo, quanto mais distantes estivessem do clima temperado, mais distantes estariam dessas culturas (enquanto modelo de perfectibilidade) e, por conseguinte, mais degenerados eram considerados.

¹⁸⁷ Original "[...] J'ai pris ici [...] le mot **race** dans le sens le plus étendu [...]. Les grandes différences qui se trouvent entre les hommes dépendent de la diversité des climats: c'est dans ce point de vue général qu'il faut saisir ce que j'en ai dit; et, dans ce point de vue, il est très certain que non seulement les Lapons, les Borandiens, les Samoïèdes, et les Tartares du nord de notre continent, mais encore les Groenlandois et les Esquimaux de l'Amérique, sont tous des hommes dont le climat a rendu les races semblables, des hommes d'une nature également rapelissée, dégénérée, et qu'on peut dès lors regarder comme ne faisant qu'une seule et même race dans l'espèce humaine". LECLERC, *op. cit.*, 1831, p. 335-336, grifo do autor.

foi incentivado no século XIX, principalmente com o surgimento simultâneo da Frenologia e da Antropometria, teorias que passaram a interpretar a capacidade humana levando em consideração o tamanho e a proporção do cérebro dos diferentes povos.¹⁸⁸

Entre os iluministas poligenistas, pode-se mencionar François-Marie Arouet, mais conhecido como Voltaire. Ainda que aceitasse a ideia de que as variações humanas eram influenciadas por fatores externos, como o clima, conforme defendia Leclerc, ele também lhes atribuía uma influência interna, oriunda da biologia, considerando os seres humanos distintos em progênie, organizados em "tipos raciais" equiparáveis a "espécies distintas", assim como as plantas às quais os comparava. Vejamos:

Parece-me, então, que estou bem fundamentado o suficiente para acreditar que acontece com os homens o mesmo que com as árvores; que as pereiras, os abetos, os carvalhos e os abricoteiros não provêm de uma mesma árvore, e que os brancos barbudos, os negros de cabelo lanoso, os amarelos de cabelos ásperos e os homens sem barba não provêm do mesmo homem.¹⁸⁹

Esse pequeno trecho se encontra no primeiro capítulo de *Tratado de metafísica*, em que Arouet trata "das diferentes espécies do homem" por meio de uma narrativa na qual assume a perspectiva de um "viajante cósmico" que desembarca na Terra, descrita como "um monte de lama", em busca de conhecer algum homem. Esse viajante "tem tanta noção da humanidade quanto o homem tem dos habitantes de Marte ou Júpiter". A princípio, ele encontra apenas animais como macacos e elefantes, que parecem até ter "um vislumbre de razão imperfeita". Pouco depois, porém, encontra o que busca:

Percebo até que esses animais negros têm entre eles uma linguagem ainda bem mais articulada e muito mais variável do que a dos outros animais. Tive tempo de aprender essa linguagem; e, enfim, de tanto considerar o pequeno grau de superioridade que eles têm, afinal, sobre

¹⁸⁸ SCHWARCZ, *op. cit.*, 1993.

¹⁸⁹ Original "Il me semble alors que je suis assez bien fondé à croire qu'il en est des hommes comme des arbres; que les poiriers, les sapins, les chênes & les abricotiers ne viennent point d'un même arbre, & que les blancs barbus, les nègres portant laine, les jaunes portant crins, & les hommes sans barbe ne viennent pas du même homme". AROUET, François-Marie. **Obras completas de Voltaire**. Tomo XXXII. Paris: Société littéraire typ. de Kehl, 1784, p. 18.

os macacos e os elefantes, ousei julgar que, de fato, é esse **o homem**; e fiz para mim mesmo esta definição [...].

O homem [o primeiro que o viajante encontrou] é um animal negro que tem lã na cabeça e anda sobre duas patas, quase tão hábil quanto um macaco, [...] possuindo um pouco mais de ideias do que eles e maior facilidade para expressá-las; sujeito às mesmas necessidades, nasce, vive e morre como eles.¹⁹⁰

O viajante ainda percorre outros cantos da Terra e, neles, encontra diferentes tipos de homens, como os "amarelos de cabelos ásperos" e os "brancos de cabelos loiros". Contudo, cabe observar aqui, notadamente, a maneira como Arouet representa o que, por certo, são os povos africanos, pois os situa no limiar da humanidade ao associá-los a macacos tanto em habilidades quanto em necessidades. Essa imagem (de sub-humanidade) foi reiterada amplamente ao longo do século XIX, à medida que as diferenças humanas passaram a ser interpretadas sob uma perspectiva cada vez mais biologizante, cabendo, então, mencionar todas as evidências que teorias como a Frenologia e a Antropometria ofereciam em apoio à tese poligenista de que os africanos eram, por progênie, racialmente inferiores.¹⁹¹

Considerado isso, importa notar que, no Brasil, as elites se apropriaram tanto da teoria monogenista quanto da poligenista, embora em momentos distintos, à medida que as pressões sobre a escravatura se intensificavam, tanto interna quanto externamente. Na primeira metade do século XIX, com a superação da ideia de providência divina pelo naturalismo iluminista, reforçado pela doutrina liberal, o mito da maldição de Cam já não sustentava mais a continuidade da escravatura. Porém, a concepção de que as variações humanas resultavam de fatores como o clima, sobretudo em associação com a cor, a forma e os costumes, permitiu que, no Brasil, a escravatura adquirisse um novo sentido para as elites, passando a ser legitimada com base no conhecimento produzido pela ciência. A cor

¹⁹⁰ Original "Je m'aperçois même que ces animaux nègres ont entre eux un langage bien mieux articulé encore, & bien plus variable que celui des autres bêtes. J'ai eu le temps d'apprendre ce langage; & enfin à force confidérer le petit degré de supériorité qu'ils ont à la longue sur les fingers & sur les éléphants, j'ai hasardé de juger, qu'en esset c'est-là **l'homme**; & je me suis fait à moi-même cette définition [...] / L'homme est un animal noir qui a de la laine sur la tête, marchant sur deux pattes, presque aussi adroit qu'un finge, [...] ayant un peu plus d'idées qu'eux, & plus de facilité pour les exprimer; sujet d'ailleurs à toutes les mêmes nécessités, naissant, vivant & mourant tout comme eux". AROUET, *op. cit.*, 1784, p. 17, grifo do autor.

¹⁹¹ Cf. SKIDMORE, *op. cit.*, 2012.

da pele permaneceu como um marcador social e proto-racial, agora dissociada da ideia de maldição, indicando, em vez disso, quais povos seriam considerados mais aptos a resistir às intempéries do clima tropical. Essa concepção, aliás, tornou-se um argumento de fácil defesa, conforme uma realidade historicamente vivenciada.

Denis Diderot, outro nome do Iluminismo, defensor do monogenismo, permite-nos ilustrar isso de maneira mais apropriada, pois, apesar de condenar a escravatura, recorre ao fator climático para explicar a dependência do trabalho escravo dos povos africanos nas colônias americanas, devido à aclimação deles às intempéries locais. Vejamos:

O comércio de **negros** é praticado por todas as nações que têm estabelecimentos nas Índias Ocidentais, e [...] pelos franceses, ingleses, portugueses, holandeses, suecos e dinamarqueses. Os espanhóis, embora possuidores da maior parte do território americano, não possuem muitos **negros** em primeira mão; mas os obtêm de outras nações, que fizeram tratados com eles para fornecê-los [...].

Negros, considerados escravos nas colônias da América. O calor excessivo da zona tórrida, a mudança de alimentação e a fraqueza de temperamento dos homens brancos, não lhes permitindo resistir aos trabalhos penosos nesse clima, fariam com que as terras da América, ocupadas pelos europeus, ainda estivessem incultas, sem a ajuda dos **negros** que foram trazidos para lá de quase todas as partes da Guiné. Esses homens pretos, nascidos vigorosos e acostumados a comidas grosseiras, encontram na América comodidades que tornam sua vida animal muito melhor do que em seu próprio país. Essa mudança para melhor os coloca em posição de resistir ao trabalho e de se multiplicar abundantemente. Seus descendentes são chamados de **negros crioulos**, para distingui-los dos **negros** dandas, bossais ou estrangeiros.¹⁹²

¹⁹² Original "Le commerce des **negres** est fait par toutes les nations qui ont des établissemens dans les indes occidentales, & [...] par les François, les Anglois, les Portugais, les Hollandois, les Suédois & les Danois. Les Espagnols, quoique possesseurs de la plus grande partie des contines de l'Amérique, n'ont guere les **negres** de la premiere main; mais les tirent des autres nations, qui ont fait des traités avec eux pour leur en fournir [...]. / **Negres, considérés comme esclaves dans les colonies de l'Amérique.** L'excessive chaleur de la zone torride, le changement de nourriture, & la foiblesse de tempérament des hommes blancs ne leur permettant pas de résister dans ce climat à des travaux pénibles, les terres de l'Amérique, occupées par les Européens, feroient encore incultes, fans le secours des **negres** que l'on y a fait passer de presque toutes les parties de la Guinée. Ces hommes noirs, nés vigoureux & accoutumés à une nourriture grossière, trouvent en Amérique des douceurs qui leur rendent la vie animale beaucoup meilleure que dans leur pays. Ce changement en bien les met en état de résister au travail, & de multiplier abondamment. Leurs enfans font appellés **negres créols**, pour les distinguer des **negres** dandas, bossals ou étrangers". DIDEROT, Denis. **A Enciclopédia**. Tomo XI. Paris: Chez Samuel Faulche & Compagnie, 1765, p. 79-80, grifos do autor.

Diderot, como podemos notar, chega a considerar que a vinda para a América tornava a vida do africano escravizado até melhor, diante da insalubridade em seu país de origem. Ambivalências como essa em relação à escravatura eram comuns e podem ser observadas em outros pensadores da época.¹⁹³ No Iluminismo, havia uma "contradição indissolúvel" relacionada propriamente à posição e à atuação social e política de seus pensadores, que também se estendia ao Liberalismo. Se, por um lado, lutavam, em seus países, contra todas as forças políticas e econômicas que impediam a implantação de uma sociedade burguesa, fundada nas ideias naturais e universais de liberdade e igualdade de todos os homens, por outro, apoiavam a submissão colonial e a exploração de diferentes povos por meio da dinâmica liberal de trabalho, na medida em que essa política formava a base para a ascensão e o fortalecimento da burguesia em oposição ao Antigo Regime.¹⁹⁴

No Brasil, as elites, por sua vez, puseram essa contradição a seu favor, porquanto os princípios iluministas presentes na crítica liberal à escravatura se baseavam na ideia de liberdade e de igualdade, mas esta última se chocava com as diferenças humanas. Embora a maioria dos iluministas tenha se empenhado em difundir a ideia de que os seres humanos tinham a mesma progênie e que as diferenças eram basicamente culturais, o naturalismo presente em suas ideias e na ciência que praticavam, em relação a essas diferenças impostas mormente pelo clima, permitiu às elites continuar burocratizando a vida social dos escravizados no Brasil, devido à "natural" dependência de sua força de trabalho, já aclimatada às intempéries locais. Ademais, a escravatura se fazia imperativa, porque, privados da liberdade e logo "bestializados", os escravizados, ainda que livres, estariam inaptos para a racionalidade capitalista, devendo-se, ao menos provisoriamente, em favor da ordem social, mantê-los em cativeiro ou, então, libertá-los de modo gradual (ou melhor dizendo, morosamente), em vez de libertar de modo abrupto uma enorme massa de indivíduos ociosos e viciosos.¹⁹⁵

Algo interessante a ser mencionado é que os abolicionistas da primeira metade do século XIX, quase sempre gradualistas, compartilhavam com as elites a mesma imagem dos escravizados como "inimigos domésticos". A diferença, necessariamente, era que eles

¹⁹³ Entre esses pensadores, destaca-se ainda Charles-Louis de Secondat, barão de Montesquieu, que, embora condenasse veementemente a escravatura, recorria ao fator climático para explicá-la, especialmente nas colônias americanas. Cf. HOFBAUER, *op. cit.*, 2006.

¹⁹⁴ KOHL, Karl-Heinz, 1986; PETERMANN, Werner, 2004 *apud* HOFBAUER, *id.*, 2006.

¹⁹⁵ Cf. AZEVEDO, *op. cit.*, 2003; AZEVEDO, *op. cit.*, 1987.

defendiam a necessidade de "libertar" a sociedade desses "inimigos", enquanto as elites sustentavam a necessidade de mantê-los sob controle em cativeiro, preservando a ordem social. Vejamos a seguir as palavras de José Elói de Pessoa da Silva, à época um conhecido brigadeiro do Exército e abolicionista, para quem os escravizados, não fazendo parte da população brasileira, equiparavam-se às forças da natureza e até mesmo a um animal, em uma possível referência à ideia de irracionalidade:

[A] população escrava longe de dever ser considerada como um bem; é certamente grande mal. Estranha aos interesses públicos, sempre em guerra doméstica com a população livre, e [...] apresentando no moral o quadro físico dos vulcões em irrupção contra as massas que reprimem sua natural tendência; gente que quando é preciso defender honra, fazenda, e vida, é o inimigo mais temível existindo domiciliada com as famílias livres; jamais se poderá contar como bem real, e nem ainda como simplesmente fazendo parte da população; mais sim como máquinas, fábricas, ou forças moventes. A força do vento, da água, do vapor, e gados, quanto mais apreciáveis são que a desta porção mísera da espécie humana assim degradada e metamorfoseada.

Não pequeno mal é a imoralidade no Brasil em consequência da escravidão; [...] o mau exemplo que os escravos oferecem diariamente por seus vícios, produto de seu estado de coação, violência e miséria; como [...] a facilidade que encontra a mocidade Brasileira em satisfazer suas paixões desordenadas [...] e caprichos.¹⁹⁶

Não obstante, as pressões sobre a escravatura não cessariam ao longo da primeira metade do século XIX. De um lado, atuavam os abolicionistas, e de outro, os escravizados resistiam por meio de fugas e revoltas. Além disso, no cenário internacional, os ingleses, movidos por interesses econômicos, impunham seus decretos e mantinham vigilância sobre o Atlântico. Assim, em 1850, com a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, que proibiu e reprimiu o comércio de escravizados para o Brasil, as elites logo perceberam que a abolição se tornara somente uma questão de tempo. Nesse contexto, adotaram o

¹⁹⁶ SILVA, José Elói de Pessoa da. **Memória sobre a escravatura e projeto de colonização dos europeus e pretos da África no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. Imperial de Plancher, 1826, p. 15-16. Adendo: a representação dos escravizados como "inimigos domésticos" pode ser observada, embora de maneira cômica, por exemplo, vinte e dois anos depois em Pedro, personagem da peça teatral *O demônio familiar*, de José de Alencar, que insiste em se intrometer nos assuntos de seu senhor, o médico Eduardo, colocando-o constantemente em confusões. Cf. ALENCAR, José de. **O demônio familiar**. Rio de Janeiro: Typ. de Soares e irmão, 1858.

poligenismo e, com ele, a ideia de raça, agora sob uma perspectiva biologizante, para, num primeiro momento, tentar racializar a escravatura e prolongá-la por mais alguns longos anos e, posteriormente, com a abolição em 1888, contornar o "problema da liberdade" dos ex-escravizados.¹⁹⁷

O poligenismo, que pode ser considerado a primeira teoria propriamente racial no contexto do racismo moderno, apropriou-se de representações já presentes na noção monogenista de raça e até mesmo anteriores a ela, conferindo-lhes, entretanto, um caráter estritamente biológico. Isso, inclusive, pode ser ilustrado por meio da literatura. Vejamos a seguir a passagem de *A carne*, na qual os escravizados da fazenda de Manuel Barbosa se unem ao som de "instrumentos grosseiros", como atabaques e adufes:

Negros e negras, formados em vasto círculo, agitavam-se, palmeavam, compassadamente, rufavam adufes aqui e ali. Um figurante, no meio, saltava, volteava, baixava-se, erguia-se, retorcia os braços, contorcia o pescoço, reboia os quadris, sapateava em um frenesi indescritível, com uma tal prodigalidade de movimentos, com um tal desperdício de ação nervosa e muscular, que teria estafado um homem branco em menos de cinco minutos.¹⁹⁸

Vejamos outra passagem, na qual Barbosa retorna de sua viagem a Santos, ansioso para reencontrar Lenita:

A crioulada reuniu-se em um magote, e, alçando as mãos e tripudiando, começou de gritar em uma melopeia cadente, rítmica, afinada:

— Aí vem nhonhô! Nhonhô aí vem!

— Cala o bico, canalhada! gritou Barbosa, cruzando nos lábios o índice da mão direita.

A crioulada, afeita a obedecer, emudeceu.¹⁹⁹

Representar os povos africanos e seus descendentes como pessoas naturalmente aptas a atividades corporais "impossíveis" aos europeus e "afeitas" à obediência era uma

¹⁹⁷ Cf. PIETERSE, Nederveen, 1992 *apud* HOFBAUER, *op. cit.*, 2006.

¹⁹⁸ RIBEIRO, *op. cit.*, 1896, p. 156-157.

¹⁹⁹ RIBEIRO, *id.*, 1896, p. 394-395.

prática recorrente entre os monogenistas; o que convinha, inclusive, para escamotear as causas reais da escravatura africana nas Américas. Como a economia colonial se assentava na monocultura e a escravização indígena se mostrava economicamente inviável, tal prática escamoteava o fato de que a escravatura africana era mais barata e, portanto, muito mais lucrativa. Essas representações, sobrevivendo ao tempo, acompanharam a transformação do conceito de raça no século XIX e foram re(a)presentadas com o poligenismo, sobretudo pelo darwinismo social, da seguinte maneira: o africano, racialmente, tinha um intelecto inferior, sendo compensado por maior resistência física, característica que se estendia a seus descendentes; e a ideia de livre-arbítrio era uma ilusão, uma vez que o estado da raça determinava o comportamento dos indivíduos em sociedade, operando como uma forma de psicologia coletiva.²⁰⁰

No Brasil, na segunda metade do século XIX e mesmo no início do XX, o poligenismo predominou no pensamento social, notadamente quando, em meados da década de 1860, na ciência, sob o modelo positivista, a teoria da evolução de Charles Darwin se tornou um paradigma incontestável, suscitando numerosos debates acerca das diferentes progênes das raças humanas, enquanto tipos puros, e da "desigualdade natural" entre elas.

Posto isso, na década de 1870, chegavam ao Brasil as mais diversas teorias raciais, importadas ou da Europa ou dos Estados Unidos, entre as quais, além da Frenologia e da Antropometria, podemos aludir, brevemente, à "Craniologia Técnica", que, pelo exame da massa encefálica, estudava a diversidade do cérebro humano; à "Antropologia Criminal", que considerava a conduta criminosa uma anomalia genética; e à "Antropologia Cultural", cujo cerne era a questão da cultura, vista, contudo, sob um olhar biologizante *etc.* Todavia, entre todas elas, interessa tratar do darwinismo social, segundo o qual as raças humanas constituíam fenômenos acabados e imutáveis, sendo todo cruzamento, por princípio, um erro biológico e social.²⁰¹

O darwinismo social interessa porque, no Brasil, foi a teoria racial que mais obteve êxito entre os intelectuais, como observamos em Aluísio Azevedo, e a que melhor atendeu aos interesses das elites, mormente em relação à abolição, quando a defesa da escravatura e da propriedade escrava já não era mais possível. Assim, para encerrar este momento, bem como esta terceira parte, vamos agora tratar da forma como o darwinismo social, sob

²⁰⁰ Cf. MAURICIO, *op. cit.*, 2021; SCHWARCZ, *op. cit.*, 1993.

²⁰¹ Cf. SCHWARCZ, *id.*, 1993; SKIDMORE, *op. cit.*, 2012.

as proposições de Herbert Spencer, serviu para contornar o "problema da liberdade" dos ex-escravizados e explicar a desigualdade social no Brasil, que incidia sobre as pessoas de ascendência africana.

No Brasil, as elites até buscaram racializar a escravatura na segunda metade do século XIX, na tentativa de mantê-la até a virada do século XX, tomando como argumentos, por exemplo, a suposta inferioridade inata dos africanos e seus descendentes, assim como sua propensão racial para o trabalho escravo, devido à incapacidade de tomar qualquer livre iniciativa ou mesmo de assimilar valores civilizatórios, conforme preconizavam as teorias raciais, destacando-se o darwinismo social. Tentativas não faltaram.²⁰² Entretanto, a escravatura, enquanto instituição e modo de produção, já não era mais admitida. Com o desenvolvimento da indústria e a expansão do capitalismo, as doutrinas liberal e comtiana passaram a valorizar exclusivamente o trabalho livre e a condenar ao atraso os países que ainda insistiam no emprego da mão de obra escravizada. Isso se tornava um problema, pois, já na penúltima década do século XIX, nas Américas, a escravatura persistia somente em Cuba, ainda colônia da Espanha, e no Brasil, politicamente independente.

Diante das constantes fugas em massa e revoltas dos escravizados e da atuação dos abolicionistas, somadas às pressões inglesas, a escravatura se tornou insustentável e, em 1888, foi legalmente abolida no Brasil, sendo o último país das Américas a libertar os escravizados do cativeiro. O processo abolicionista, todavia, foi acompanhado de novas formas de dominação fundamentadas na ideia de raça, porquanto uma sociedade sem escravizados poderia dar a entender aos libertos e nascidos livres, bem como aos demais marginalizados, a ideia de uma sociedade igualitária. No entanto, longe disso, a intenção era fazer com que permanecessem diferentes e, acima de tudo, desiguais.²⁰³ Precisamente nesse sentido, o darwinismo social serviu oportunamente às elites.²⁰⁴

O darwinismo social, como observamos na segunda parte deste trabalho, buscava aplicar a teoria de Charles Darwin às sociedades humanas, principalmente por meio da

²⁰² Cabe notar que, entre 1860 e 1880, as elites buscaram racializar a escravatura com o objetivo de defender sua continuidade, sobretudo por meio de debates na Câmara dos Deputados. Cf. AZEVEDO, *op. cit.*, 1987.

²⁰³ MAURICIO, *op. cit.*, 2021.

²⁰⁴ No Brasil, as elites produziram suas ideias acerca da inferioridade das pessoas de ascendência africana antes mesmo da emergência das teorias raciais, todas em relação direta com o estigma social do cativeiro. Teorias como o darwinismo social apenas lhes possibilitaram racializar essas ideias e atribuir um *status* de "verdade". Cf. AZEVEDO, *op. cit.*, 2003.

doutrina spenciana. Em vista disso, entendia-se que os seres humanos eram desiguais por natureza e, logo, dotados de diferentes capacidades, algumas consideradas superiores e outras, inferiores. A vida em sociedade era, senão, uma luta natural pela sobrevivência, na qual os mais aptos tendiam a prosperar, acumular riquezas e ocupar posições de poder, sendo normal que os menos aptos permanecessem desapossados de bens e poder. Seu principal pensador foi Herbert Spencer, que, aliás, criou a expressão "sobrevivência do mais apto", posteriormente utilizada por Darwin.²⁰⁵

Uma maneira apropriada de ilustrar essa "luta natural pela sobrevivência", na qual prevalece o "mais apto", é voltar a *O cortiço*, precisamente ao personagem João Romão. Ao contrário dos personagens de ascendência africana (como a mulata Rita Baiana), representados como "desperdiçados e amigos de gastar à larga", João Romão prospera e acumula riquezas no Brasil, ocupando posições de poder e conquistando o respeito daqueles que, para ele, deveriam ser seus iguais, tanto social quanto racialmente, como o português burguês Miranda. Este, inclusive, deixa de ser seu antagonista, tornando-se um "amigo" e, futuramente, sogro. Vejamos a seguinte passagem em que, superando todas as intempéries do meio tropicalizado do Brasil, João Romão amplia seus negócios de forma imponente, começa a usufruir de "suas conquistas" e, acima de tudo, a planejar como se livrar de Bertoleza, que, por "natureza", deveria "perecer" ou desaparecer:

Esses meses, durante as obras, foram uma época especial para a estalagem. [...] Dentro de pouco tempo, estava tudo pronto; e, com imenso pasmo, viram que a venda, a sebosa bodega, onde João Romão se fez gente, ia também entrar em obras. O vendeiro resolvera aproveitar dela somente algumas das paredes, que eram de um metro de largura, talhadas à portuguesa; abriria as portas em arco, suspenderia o teto e levantaria um sobrado, mais alto que o do Miranda e, com toda a certeza, mais vistoso. Prédio para meter o do outro no chinelo; quatro janelas de frente, oito de lado, com um terraço ao fundo. O lugar em que ele dormia com Bertoleza, a cozinha e a casa de pasto seriam abobadadas, formando, com a parte da taverna, um grande armazém, em que o seu comércio iria fortalecer-se e alargar-se.

²⁰⁵ No trecho a seguir, podemos ver, nas palavras de Spencer, a primeira menção: "Essa sobrevivência do mais apto, que aqui procurei expressar em termos mecânicos, é aquilo que o Sr. Darwin chamou de [...] seleção natural, ou a preservação das raças favorecidas na luta pela vida [...]". Original "This survival of the fittest, which I have here sought to express in mechanical terms, is that which Mr. Darwin has called [...] natural selection, or the preservation of favoured races in the struggle for life [...]". SPENCER, Herbert. **Os princípios da Biologia**. v. 1. Londres: Williams & Norgate, 1864, p. 444-445.

O Barão [Miranda] e o Botelho [seu criado] apareciam por lá quase todos os dias, ambos muito interessados pela prosperidade do vizinho; examinavam os materiais escolhidos para a construção, batiam com a biqueira do chapéu de sol no pinho de Riga destinado ao assoalho, e afetando-se bons entendedores, tomavam na palma da mão e esfarelavam entre os dedos um punhado da terra e da cal com que os operários faziam barro. Às vezes chegavam a ralhar com os trabalhadores, quando lhes parecia que não iam bem no serviço. João Romão, agora sempre de paletó, engravatado, calças brancas, colete e corrente de relógio, já não parava na venda, e só acompanhava as obras na folga das ocupações da rua. Principiava a tomar tino no jogo da Bolsa; comia em hotéis caros e bebia cerveja em larga camaradagem com capitalistas nos cafés do comércio

E a crioula? Como havia de ser?

Era isto justamente o que, tanto o Barão como o Botelho, morriam porque lhe dissessem. Sim, porque aquela boa casa que se estava fazendo, e os ricos móveis encomendados, e mais as pratas e as porcelanas que haviam de vir, não seriam de certo para os beijos da negra velha!²⁰⁶

A doutrina spenciana, como anteriormente observamos, era uma apologia do *laissez-faire* econômico e social, bem como uma defesa do modelo capitalista de sociedade. Por conseguinte, tornou-se a principal referência para diversas teorias eugenistas, pois, além disso, sustentava que o Estado retardava a luta natural pela sobrevivência ao adotar medidas sociais de assistência. Segundo essa lógica, os menos aptos deveriam perecer mais rapidamente, deixando menos descendentes.

Herbert Spencer, embora pertencente à classe média inglesa, enquanto intelectual, procurou explicar a realidade industrial da Inglaterra e as contradições que o Liberalismo suscitava diante da desigualdade social que incidia sobre a vida da maioria dos ingleses, além de legitimar o capitalismo como modelo econômico e social. Assim, ao associar a doutrina liberal ao positivismo e à teoria evolucionista, Spencer defendia que o processo evolutivo que agia sobre os seres humanos (corpos orgânicos) regia da mesma forma as sociedades (organismos sociais). Vejamos a seguinte analogia:

A indefinição de forma, a descontinuidade das partes e a sensibilidade universal não apenas são peculiaridades do organismo social que devem ser consideradas com qualificações significativas, mas também são características que encontram aproximações nas classes inferiores de

²⁰⁶ AZEVEDO, *op. cit.*, 1890, p. 291-292.

animais. Dessa forma, encontramos poucos elementos que conflitem com as analogias fundamentais. As sociedades aumentam lentamente em massa; progridem em complexidade estrutural; ao mesmo tempo, suas partes se tornam mais interdependentes; suas unidades vivas são removidas e substituídas sem que sua integridade seja destruída; e o grau em que exibem essas peculiaridades é proporcional às suas atividades vitais. Esses são traços que as sociedades têm em comum com os organismos vivos. E esses traços, nos quais as sociedades se assemelham aos organismos vivos e se diferenciam de todas as outras coisas, subordinam completamente as distinções menores; tais distinções sendo, na verdade, pouco maiores do que aquelas que separam um dos grandes grupos do reino orgânico do outro. Os princípios de organização são os mesmos, e as diferenças são meramente diferenças de aplicação.²⁰⁷

Spencer acreditava que a sociedade era um organismo, sujeito a leis universais aplicáveis a todos os organismos e, portanto, passível de análise como qualquer outro objeto que possa ser de interesse da ciência, no que ele denominava "ciência do social" ou Sociologia. Sua concepção de "organismo social" se baseava na continuidade de todos os fenômenos, na universalidade do processo evolutivo e, mais exatamente, na similaridade das relações entre um homem e seus elementos biológicos constituintes, por um lado, e entre uma sociedade e seus elementos constituintes, isto é, "os seres humanos", por outro. Em ambos os casos, a relação, segundo Spencer, era "orgânica", uma vez que, para ele, a sociedade não era uma fabricação, mas um "crescimento", e se encontrava sob as leis da evolução.²⁰⁸

Importa notar que, embora fosse monogenista, como Darwin, foi justamente esse pensamento de Spencer que permitiu aos darwinistas sociais chegarem a uma conclusão

²⁰⁷ Original "The indefiniteness of form, the discontinuity of the parts, and the universal sensitiveness, are not only peculiarities of the social organism which have to be stated with considerable qualifications; but they are peculiarities to which the inferior classes of animals present approximations. Thus we find but little to conflict with the all-important analogies. Societies slowly augment in mass; they progress in complexity of structure; at the same time their parts become more mutually dependent; their living units are removed and replaced without destroying their integrity; and the extents to which they display these peculiarities are proportionate to their vital activities. These are traits that societies have in common with organic bodies. And these traits in which they agree with organic bodies and disagree with all other things, entirely subordinate the minor distinctions: such distinctions being scarcely greater than those which separate one half of the organic kingdom from the other. The principles of organization are the same, and the differences are simply differences of application". SPENCER, Herbert. **O homem contra o Estado**. Indianapolis: Liberty Fund., [1884] 1981, p. 398.

²⁰⁸ SIMON, Walter. Herbert Spencer e o "Organismo Social". In: **Journal of the History of Ideas**. v. 21. n. 2. University of Pennsylvania Press: abr./jun. de 1960.

que configurou o racismo moderno: a continuidade da biologia no social. A ideia de que a vida em sociedade era uma luta natural pela sobrevivência, somada à de que a biologia continuava no social, levou à percepção das diferenças humanas, em termos raciais, como "desigualdades naturais", inatas, observadas em menor escala entre os indivíduos da mesma raça, mas que explicavam a desigualdade social nas sociedades europeias, e em maior escala em relação aos indivíduos de outras raças, de modo a legitimar a dominação dos europeus sobre os demais povos; porquanto eles, "a raça branca", eram o referencial de superioridade (e não mais de perfectibilidade, como no Iluminismo).

O racismo, embora já tivesse seus fundamentos no século XVIII, configurou-se, como hoje o conhecemos, no século XIX. Todavia, ele não era novidade para as sociedades europeias. Como forma de preconceito étnico associado à ação discriminatória, o racismo sempre existiu em diversos períodos da história, sendo motivado por projetos políticos que hierarquizavam indivíduos em grupos específicos e desiguais.²⁰⁹

Contudo, o racismo, ainda que de maneira complexa, configurava-se unicamente como uma forma de pensamento. Apenas no século XIX é que ele começou a se consolidar propriamente como uma ideologia, justamente quando a história da humanidade passou a ser interpretada como uma história da luta natural entre raças, como preconizavam os darwinistas sociais. A ideologia se difere do pensamento, pois se pretende detentora de toda a história, oferecendo respostas aos segredos do universo a partir de leis universais que supostamente regem a natureza e, por conseguinte, a própria humanidade.²¹⁰

Entender o racismo moderno como ideologia é fundamental, na medida em que seu poder de convencimento não é acidental. O poder de uma ideologia só é possível porque seu apelo corresponde, de alguma maneira, às experiências e expectativas dos grupos sociais, ou seja, às suas necessidades imediatas. Assim, toda ideologia necessita de argumentos aparentemente coesos, baseados em características reais e observáveis, que permitam novas interpretações sobre a vida e o mundo.²¹¹ Nesse sentido, o darwinismo social, ao conceber, racialmente, as diferenças humanas como "desigualdades naturais",

²⁰⁹ BETHENCOURT, *op. cit.*, 2018.

²¹⁰ ARENDT, Hannah, 2012 *apud* MAURICIO, *op. cit.*, 2023.

²¹¹ ARENDT, Hannah, 2012 *apud* MAURICIO, *id.*, 2023.

serviu oportunamente aos interesses (dos grupos dominantes) europeus e, no Brasil, às elites diante da abolição.

No Brasil, o darwinismo social, sobretudo sob as proposições de Herbert Spencer, foi adotado por diversos grupos intelectuais que, de certo modo, compartilhavam do interesse pela ciência e estavam direta ou indiretamente ligados às elites, fossem elas urbanas ou rurais, sendo estas últimas constituídas, em sua maioria, por escravistas.

Os efeitos econômicos da industrialização nascente na penúltima década do século XIX agravaram ainda mais as tensões sociais e também colocaram em xeque a escravatura, cuja legitimidade as elites procuraram manter por todos os meios. Contudo, para muitos intelectuais brasileiros, tais tensões da época ocorriam, principalmente, devido ao meio tropical e à heterogeneidade racial, e não por questões históricas ou políticas. Buscava-se resolver o problema do ingresso tardio na fase industrial do capitalismo sem, no entanto, comprometer a economia, historicamente baseada na agricultura e no latifúndio.²¹²

Se tais tensões sociais tivessem sido interpretadas a partir de questões históricas ou políticas, as alternativas mais lógicas seriam desfazer os latifúndios e tudo o que a eles estivesse vinculado, revogar o trabalho escravo e integrar os escravizados (e a população de ascendência africana) como trabalhadores livres. Porém, com a adoção do darwinismo social, os intelectuais brasileiros favoreceram as elites, pois as ideias de progresso e desenvolvimento, nas décadas de 1880 e 1890, cada vez mais atreladas à doutrina liberal do que à comtiana, associaram-se às noções de seleção natural e sobrevivência do mais apto, assumindo um caráter racial. Os problemas sociais no Brasil, resultantes da herança colonial, não foram em momento algum propriamente enfrentados, e sim escamoteados. Não se colocava em debate a ordem social, mas os escravizados. Não havia uma real preocupação com a mudança das formas de produção, mas sim com o que fazer com os escravizados em liberdade, considerados pouco aproveitáveis. Essa forma de encarar as tensões sociais impregnou de tal maneira o pensamento social da época que era raro encontrar quem dela não compartilhasse, ainda que parcialmente.²¹³

Antes da criação e da ampla aceitação da tese do branqueamento, que elevou a miscigenação do povo brasileiro ao princípio eugenista de arianização e, posteriormente,

²¹² Cf. BOLSANELLO, *op. cit.*, 1996; SANTOS, *op. cit.*, 2005.

²¹³ SANTOS, *id.*, 2005.

à ideia de democracia racial, atribuindo um valor social ao grau de embranquecimento da pele, o darwinismo social, no Brasil, diante da questão do que fazer com os escravizados em liberdade, tendo por base a ideia de que a humanidade se dividia racialmente de forma irreversível, permitia sobrepor, ao menos discursivamente, a noção universal e natural de liberdade e, sobretudo, de igualdade entre as pessoas, pois a realidade racial superava qualquer teoria do Direito. Desse modo, defendia-se que a cada raça caberia um lugar social no mundo, e seus direitos deveriam ser definidos pelo grau de importância que detinha na ordem evolutiva, com o branco sendo superior a mestiços e negros, isto é, a qualquer pessoa de ascendência africana.²¹⁴

Apesar de o Direito brasileiro, em texto, nunca ter feito propriamente tal distinção, essa ideia teve seu lugar e sua importância no imaginário social da época, tanto no Império quanto na recém-proclamada República, a partir de 1889. O maior exemplo disso se encontra em Nina Rodrigues, que criticava o Código Penal, questionando o jusnaturalismo e a igualdade entre as raças enunciada pela letra da lei. Embora suas ideias tenham sido esquecidas ao longo do século XX, Nina Rodrigues foi, no Brasil, um dos intelectuais e teóricos raciais mais prestigiados de sua época e, porventura, o maior representante do darwinismo social. Algumas de suas teses suscitaram discordâncias, especialmente em relação à mestiçagem como sinônimo de atraso social, em um momento em que já se buscava o embranquecimento da população. Contudo, exerceram considerável influência sobre o pensamento social brasileiro.²¹⁵

Para Rodrigues, os negros não deveriam ser julgados pelo mesmo Código Penal que os brancos, porque simplesmente pertenciam a uma outra fase do desenvolvimento intelectual e moral. Não puderam chegar a uma "mentalidade muito adiantada". Vejamos:

Será necessário declarar agora, que, traçando este esboço etnográfico, não fomos nem detrator sistemático, nem amigo cego do irmão negro? Que, por seu desenvolvimento intelectual e por sua civilização, os negros africanos sejam inferiores à massa das populações europeias, ninguém evidentemente pode pôr em dúvida. Ninguém pode duvidar tão pouco de que anatomicamente o negro esteja menos adiantado em evolução do que o branco. Os negros africanos são o que são: nem melhores nem piores que os brancos; simplesmente eles pertencem a uma outra fase do

²¹⁴ SANTOS, *id.*, 2005.

²¹⁵ MAURICIO, *op. cit.*, 2021.

desenvolvimento intelectual e moral. Essas populações infantis não puderam chegar a uma mentalidade muito adiantada e para esta lentidão de evolução tem havido causas complexas. Entre essas causas, umas podem ser procuradas na organização mesma das raças negríticas, as outras podem sê-lo na natureza do **habitat** onde essas raças estão confinadas. Entretanto, o que se pode garantir com experiência adquirida, é que pretender impor a um povo negro a civilização europeia é uma pura aberração.²¹⁶

Essa concepção permeia todos os seus trabalhos, porque, ao estudar o processo de conversão dos povos africanos às religiões monogenistas, consideradas complexas, como o catolicismo ou o islamismo, Nina Rodrigues entende que "não são as almas e os espíritos que se elevam à compreensão das religiões superiores. Estas é que têm de descer até o sentimento religioso de alcance muito reduzido, das raças inferiores".²¹⁷ Ainda, para ele, "o fraco desenvolvimento intelectual do negro primitivo, auxiliado pelas práticas exaurientes das superstições religiosas, como fator do estado de possessão do santo equivale, pois, à histeria".²¹⁸ Assim sendo, estaria suscetível à alienação.

Sob o darwinismo social, como bem notamos na segunda parte deste trabalho, os grupos intelectuais brasileiros impregnaram o imaginário social com representações negativas das pessoas de ascendência africana, associando-as à passividade, ociosidade, irracionalidade, agressividade, promiscuidade e sub-humanidade, desse modo, obstando a elas qualquer acesso às benesses provenientes do direito de cidadania. Além de Nina Rodrigues, cabe aludir a Sílvio Romero, que, entre 1880 e 1890, como Aluísio Azevedo, também preteriu o Positivismo comtiano em favor do Positivismo de Herbert Spencer.

Romero foi um dos principais representantes da Geração de 1870, ao lado de seu mestre Tobias Barreto, mentor intelectual da Escola de Direito do Recife. Entretanto, de positivista comtiano, logo ele se tornou um fervoroso adepto do darwinismo social, tendo em Herbert Spencer um de seus principais referenciais. Em seus trabalhos, na maior parte dedicados à crítica literária e à cultura brasileira, ocupou-se da relação entre literatura e

²¹⁶ RODRIGUES, Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. 8. ed. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Cia. Editorial Nacional, [1894] 1938, p. 155-156, grifo do autor.

²¹⁷ RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, [1890 - 1905] 1935b, p. 96.

²¹⁸ RODRIGUES, Nina. **O animismo fetichista dos negros baianos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1900] 1935a, p. 139.

sociedade, recorrendo às ideias de meio e, mormente, de raça. Por meio dessas ideias, buscou pensar e explicar o "atraso" do Brasil diante das sociedades europeias, bem como construir uma ideia de nacionalidade que singularizasse o povo brasileiro.²¹⁹

Embora tenha pensado tal singularidade a partir da ideia de mestiçagem, Romero nunca deixou de reiterar a inferioridade dos povos africanos, os quais, para ele, pouco contribuíram social e intelectualmente com o Brasil. Vejamos a seguir de que forma ele concebe o surgimento do povo brasileiro:

Tenho indicado que o brasileiro ficou um quase retrato do português. A natureza, como agente de transformações, pouco há feito para alterá-lo, tendo a lutar contra a estreiteza do tempo e contra a civilização europeia. O caboclo, tipo quase perdido que vai se esvaecendo cada vez mais, muito fracamente contribuiu também neste sentido. O africano, rebelde aos progressos intelectuais, tem alterado, sem vantagem, nossa fisionomia pretérita.

Do consórcio, pois, de velha população latina, [...] atrasada, [...] infecunda, e de selvagens africanos, estupidamente indolentes, estupidamente talhados para escravos, surgiu, na máxima parte, este povo, que se diz, que se supõe grande, porque possui, entre outras maravilhas, [...] o mais belo país do mundo! [...]²²⁰

Tal como Nina Rodrigues, essa concepção se estende em todos os seus trabalhos. Importa notar que, para Romero, a mestiçagem não é um resultado esperado e muito menos desejado; é, antes, apenas um meio de afastar o povo brasileiro de sua origem africana por meio do embranquecimento, impulsionado pelas migrações sucessivas para o Brasil, pois, em suas palavras, "nem o ideal de virmos a constituir um novo Haiti ou um outro S. Domingos é digno de ser imitado".²²¹

Em uma crítica bastante ríspida a um trabalho de Manuel Bomfim, no qual este defende a importância dos povos, sobretudo africanos, para a formação nacional do Brasil, bem como argumenta que as diferenças humanas, por serem estritamente culturais,

²¹⁹ VENTURA, *op. cit.*, 1991.

²²⁰ ROMERO, Sílvio. O caráter nacional e as origens do povo brasileiro. In: **Etnologia selvagem**. Estudo sobre a memória, região e raças selvagens do Brasil do Dr. Couto de Magalhães. Recife: Typ. da Província, 1875, p. 45-46.

²²¹ ROMERO, Sílvio. **O elemento português no Brasil**. Conferência. Lisboa: Typ. da Ca. Nacional Editora, 1902, p. 20.

decorrem da forma como cada sociedade transforma o meio conforme suas necessidades, e não de uma suposta escala evolutiva e hierárquica imanente à biologia, Romero, em suma, mostra-nos algo muito interessante. Vejamos:

A quinta e última parte do livro do Dr. Bomfim é, sem dúvida, a mais extravagante de todo ele.

Para tal privilégio, bastante é considerar ser aquela em que se contém a ciência antropológica e etnográfica do autor. É uma verdadeira comédia.

Percebe-se facilmente ter sido, neste ponto, o alvo principal do jovem medico — dizer mal, sistematicamente, dos brancos, principalmente espanhóis e portugueses, e exaltar os negros, índios e mestiços de todas as gradações. Bomfim bate-se pela unidade e igualdade completa, absoluta dos homens e das raças. Houve tempo em que essa patranha [...] era defendida em nome do dogmatismo cristão, em nome da teológica católica principalmente: **éramos todos filhos de Deus, nosso Senhor**. Podia-se lá falar em desigualdade entre essa irmandade?

Hoje defende-se a mesmíssima curiosa ilusão em nome do dogmatismo democrata, em nome do catecismo socialista. Bomfim é deste último partido.²²²

Ao relacionar a ideia de igualdade, em um sentido mais *lato*, a um "dogmatismo democrata" e a um "catecismo socialista", Romero nos mostra que o caráter liberal do Estado brasileiro, tal como foi, em tese, no Império e, por conseguinte, na Primeira República, esteve longe de qualquer progressismo. Muito pelo contrário, consolidou-se historicamente como instrumento de exclusão, com uma participação sociopolítica bastante restrita, limitada às elites e aos grupos a elas ligados, direta ou indiretamente. A ideia de raça apenas serviu para garantir essa exclusão. Aliás, interessa notar que a doutrina liberal clássica, com seu modelo de Estado, começou a ruir à medida que se ampliavam os direitos de participação das minorias sociais na vida nacional, por meio, por exemplo, do sufrágio.²²³

Diante de tudo o que foi apresentado e tratado até aqui, expomos agora nossa tese: as pessoas de ascendência africana foram racializadas no Brasil, no século XIX, sobretudo

²²² ROMERO, Sílvio. **A América latina**. Análise do livro de igual título do Dr. M. Bomfim. Porto: Livraria Chardron, 1906, p. 203-204, grifo do autor.

²²³ BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

entre 1880 e 1890, porquanto, diante da iminente abolição da escravatura, conveio às elites preservar seu *status quo*. A ideia de raça, especialmente como difundida pelo darwinismo social, sob as proposições de Herbert Spencer, situava as pessoas de ascendência africana em uma posição de inferioridade inata e, até então, irreversível. Se a escravatura situava as pessoas de ascendência africana em uma relação vertical entre senhores e escravizados, o racismo, porém, colocava-as em uma relação desigual entre brancos e negros. Além disso, permitia atribuir a elas toda a responsabilidade por sua própria condição marginal, porque eram consideradas irracionais, tanto em razão dos séculos de cativeiro quanto de sua suposta natureza, e, assim, seriam racialmente incapazes de competir com os europeus, que chegavam ao Brasil em larga escala nas duas últimas décadas do século XIX. Hoje sabemos, no entanto, que nunca existiu qualquer política com uma real intenção de integrá-las à sociedade nesse contexto, mormente em vista de todo o favorecimento às políticas de imigração.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Ao término do segundo tópico da terceira parte, pode parecer que deixamos Aluísio Azevedo "de lado", sem mais tratarmos diretamente dele; no entanto, a literatura, por ser polifônica, compreende múltiplos espaços discursivos, que nem sempre convergem para um único tema. Dessa forma, embora fecundos, os recortes de nossa análise são limitados, e grande parte foi abordada nas duas primeiras partes deste trabalho. Ademais, nunca tivemos a intenção de apontar ou debater os "reais" motivos que levaram Azevedo a preterir o positivismo comtiano em favor do positivismo, ou darwinismo social, de Herbert Spencer. Pelo contrário, nossa ideia sempre foi partir de sua obra para pensar as representações (sociais e) raciais na sociedade brasileira do século XIX e suas relações com os discursos vigentes à época.

Não obstante, ao menos agora, vamos apresentar uma ideia dos "porquês". Uma sociedade que se reconhece em raças, ou seja, racalista, é, desse modo, invariavelmente racista, na medida em que seus indivíduos, principalmente aqueles considerados racialmente superiores, acreditam que os fenótipos determinam, de algum modo, as características intelectuais e morais. "Raça e racismo, portanto, andam de mãos dadas".²²⁴

Assim, dentre os "porquês", é admissível, embora um tanto incerto, que Aluísio Azevedo, tal como seus contemporâneos Júlio Ribeiro e Sílvio Romero, tenha se colocado em conformidade com os interesses dos darwinistas sociais e encontrado na literatura um meio de preservar e naturalizar as hierarquias sociais legadas pela escravatura, por ser, certamente, racalista. Até porque, para muitos abolicionistas, o que estava em debate era a escravatura, a sua instituição; a ordem social deveria permanecer como era, pouco interessando o porvir das pessoas de ascendência africana no pós-abolição. Contudo, também é admissível que Aluísio Azevedo, como entusiasta fervoroso da ciência, em sua

²²⁴ BERGUE, *op. cit.*, 2000.

forma positivista, tenha apenas reiterado aquilo que se determinava enquanto verdade.²²⁵ Entretanto, sem imputar a isso um "inconsciente", que condiciona coletiva e involuntariamente as ações dos indivíduos, pois ele era ciente de suas práticas. Em princípio, apenas desconsiderava os efeitos. Aliás, antes da década de 1910, poucos ousaram fazer face às teses do darwinismo social.²²⁶

Posto isso, este trabalho buscou investigar os motivos que levaram as pessoas de ascendência africana a serem racializadas no Brasil, no século XIX, especialmente entre 1880 e 1890, e compreender tal processo de racialização. Em vista disso, analisamos os romances *O mulato* e *O cortiço*, de Aluísio Azevedo, como fontes históricas nas quais se inscrevem os discursos e, por conseguinte, as ideias vigentes à época. Essa análise nos mostrou uma mudança na maneira de Azevedo ver e pensar o mundo, conforme preteriu a doutrina comtiana em favor da doutrina spenciana, a qual acompanhou as transformações nas concepções raciais no pensamento e no imaginário social brasileiro nos períodos pré e pós-abolição.

Em *O mulato*, Azevedo apresenta um protagonista mestiço que, contra todo o preconceito da sociedade maranhense, ciosa da pureza de sangue, é representado como um indivíduo moral e intelectualmente superior, mostrando que as pessoas de ascendência africana eram capazes de integração nacional, desde que submetidas a uma educação positiva. Para ele, em um contexto em que a ideia de raça ainda não estava impregnada de um determinismo biologizante, o meio social sobressaía na formação moral e intelectual das pessoas. Em *O cortiço*, por sua vez, Azevedo apresenta uma mudança expressiva quanto a essa concepção, representando seus personagens de ascendência africana de uma maneira racializada e, por conseguinte, estereotipada. Sob a ingerência do darwinismo social, o mestiço passa a ser representado como resultado de um processo degenerativo, predisposto ao vício, à violência e, sobretudo, à ociosidade *etc.*

Tal mudança na maneira de Aluísio Azevedo ver e pensar o mundo acompanha um movimento mais amplo na sociedade brasileira, mormente nas duas últimas décadas do século XIX, que, no pós-abolição, abandonou muitas ideias de cunho reformista, como a

²²⁵ MAURICIO, *op. cit.*, 2021. Adendo: cabe notar que o sentido absoluto que a ciência detinha decorria muito mais do *status* que ela havia adquirido ao longo do século XIX do que propriamente do conhecimento que, nela, se apresentava sobre o mundo. Cf. SODRÉ, *op. cit.*, 1965.

²²⁶ SKIDMORE, *op. cit.*, 2012.

educação positiva das pessoas de ascendência africana, para adotar um discurso racial biologizante, que, em favor das elites, legitimava a exclusão social dessas pessoas por meio de uma suposta inferioridade racial inata. Nesse contexto, interessa observar que a tese do branqueamento eugenista, resultante do darwinismo social, passou a ser amplamente aceita como uma resposta ao "problema" da heterogeneidade racial, fomentando políticas imigrantistas e, assim, reiterando uma hierarquia social baseada na cor da pele.

A análise, sobretudo desses romances, mostrou-nos como a literatura, no nosso caso a naturalista, pode desempenhar um papel importante na construção de discursos. Como campo de representação, ela ajudou a difundir e legitimar ideias excludentes, que influenciaram o pensamento e o imaginário social da época, contribuindo para a construção de uma identidade, pretensamente nacional, que marginalizou as pessoas de ascendência africana. A literatura, nesse sentido, conforma-se como um espaço no qual se pode confrontar discursos de poder, tal como produzi-los e reproduzi-los.

Este trabalho buscou contribuir para a compreensão das representações (sociais e) raciais na sociedade brasileira do século XIX e suas relações com os discursos vigentes à época, reforçando a necessidade de revisitar constantemente o passado. Em suma, esperamos que este estudo possa, de alguma forma, fomentar novas pesquisas sobre a temática e, assim, novas análises sobre essas representações.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

ALENCAR, José de. **O demônio familiar**. Rio de Janeiro: Typ. de Soares e irmão, 1858.

AROUET, François-Marie. **Obras completas de Voltaire** «Oeuvres completes de Voltaire». Tomo XXXII. Paris: Sociéte littéraire typ. de Kehl, 1784.

AZEVEDO, Aluísio [Corresp]. Dstn: Manuel de Oliveira Lima. 15 de outubro de 1909. **Machado de Assis em linha**. v. 9. n. 17. FFLCH/USP: abril de 2016.

_____. **Casa de pensão**. 3. ed. Rio de Janeiro: Faro e Lino, 1884, p. 171-172.

_____. **O cortiço**. Rio de Janeiro: Garnier, 1890.

_____. **O homem**. 3. ed. Rio de Janeiro: Adolpho de Castro Silva e Cia., 1887.

_____. **O mulato**. Maranhão: Typ. do Paiz, 1881.

_____. **O mulato**. [2] 22. ed. Belo Horizonte: Garnier, [1889] 2020.

BÍBLIA. **Gênesis**. 1. ed. 11. reimp. São Paulo: Paulus, [2002] 2016.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1824.

CAMINHA, Adolfo. **Bom-crioulo**. Rio de Janeiro: Livraria Moderna, 1895.

_____. Em defesa própria. In: **Cartas literárias**. Rio de Janeiro: S/E, 1895.

DIDEROT, Denis. **A Enciclopédia** «Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, par une société de gens de lettres». Tomo XI. Paris: Chez Samuel Faulche & Compagnie, 1765.

LECLERC, Georges-Louis. **Obras completas de Buffon** «Oeuvres complètes de Buffon». Tomo XII. Paris: Chez F. D. Pillot, 1831.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Londres: Typ. de Abraham Kingdon e Ca., 1883, p. 144-145.

PINTO, Luís Maria da Silva. **Dicionário da língua brasileira**. Ouro Preto: Typ. de Silva, 1832.

RIBEIRO, Júlio. **A carne**. 2. ed. São Paulo: Livraria Teixeira, 1896.

RODRIGUES, Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. 8. ed. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Cia. Editorial Nacional, [1894] 1938.

_____. **O animismo fetichista dos negros baianos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1900] 1935a.

_____. **Os africanos no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, [1890 – 1905] 1935b.

ROMERO, Sílvio. **A América latina**. Análise do livro de igual título do Dr. M. Bomfim. Porto: Livraria Chardron, 1906.

_____. O caráter nacional e as origens do povo brasileiro. In: **Etnologia selvagem**. Estudo sobre a memória, região e raças selvagens do Brasil do Dr. Couto de Magalhães. Recife: Typ. da Província, 1875.

_____. **O elemento português no Brasil**. Conferência. Lisboa: Typ. da Ca. Nacional Editora, 1902.

SILVA, José Elói de Pessoa da. **Memória sobre a escravatura e projeto de colonização dos europeus e pretos da África no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. Imperial de Plancher, 1826.

SPENCER, Herbert. **O homem contra o Estado** «The man versus the State». Indianapolis: Liberty Fund, [1884] 1981.

_____. **Os princípios da Biologia** «The principles of Biology». v. 1. Londres: Williams & Norgate, 1864.

TEÓFILO, Rodolfo. **A fome**. Fortaleza: Gualter R. Silva, 1890, p. 68-69.

ZOLA, Émile. **O romance experimental**. «Le roman expérimental» 5. ed. Paris: G. Charpentier, 1881.

ARTIGOS DE JORNAIS

O Pensador. MA, 10 de novembro de 1880.

O Pensador. MA, 20 [28] de fevereiro de 1881.

O Pensador. MA, 30 de julho de 1881.

Fontes secundárias

AZEVEDO, Celia Marinho de. **Abolicionismo**. Estados Unidos e Brasil. Uma história comparada — século XIX. São Paulo: Annablume, 2003.

_____. **Onda negra, medo branco**. O negro no imaginário das elites — século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BAGULEY, David. **Ficção naturalista** «Naturalist Fiction». Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

BARROS, José d'Assunção. A fonte histórica e seu lugar de produção. In: **Cadernos de Pesquisa**. v. 25. n. 2. Uberlândia: jul./dez. de 2012.

BASTIDE, Roger. O Positivismo brasileiro e a incorporação do proletariado de cor na civilização ocidental «El Positivismo Brasileño y la Incorporación del Proletariado de Color a la Civilización Occidental». **Revista Mexicana de Sociologia**. v. 8. n. 3. México: set./dez. de 1946.

BERGUE, Pierre Louis van den. Racismo. In: CASHMORE, Ellis *et al.* **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Summus, 2000.

BETHENCOURT, Francisco. **Racismos**. Das cruzadas ao século XX. São Paulo: Cia. das Letras, 2018.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

BOLSANELLO, Maria. Darwinismo social, eugenia e racismo. In: **Educar**. n. 12. Curitiba: Edufpr, 1996.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

_____. O Positivismo no Brasil. Uma ideologia de longa duração. In: PERRONE-MOYSÉS, Leyla. (Org.). **Do positivismo à desconstrução**. Idéias francesas na América. São Paulo: Ed USP, 2004.

CANDIDO, Antonio. De cortiço a cortiço. In: **O discurso e a cidade**. São Paulo: Duas Cidades, 1993.

CASTRO, Flávia Lages de. **História do Direito Geral e Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

CASTRO, Hebe Mattos de. **Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CHALHOUB, Sidney. **Visões de liberdade**. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. A construção estética da realidade. Vagabundos e pícaros na Idade Moderna. In: **Revista Tempo**. v. 9. n. 17. Rio de Janeiro: jul. de 2004

_____. **A História Cultural**. Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

_____. **A História ou a leitura do tempo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. Defesa e ilustração da noção de representação. In: **Revista Fronteiras**. v. 13. n. 24. Dourados: jul./dez. de 2011.

_____. **Do palco à página**. Publicar teatro e ler romances na época moderna. São Paulo: Edufscar, 2017.

_____. O mundo como representação. In: **À beira da falésia**. A história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Edufrgs, 2002.

_____. O tempo da obra. In: **A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo: UNESP, 2014.

COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. São Paulo: UNESP, 2010.

_____. **Da monarquia à república**. Momentos decisivos. 6. ed. São Paulo: UNESP, 1999.

DEL PRIORE, Mary. **Conversas e histórias de mulheres**. São Paulo: Planeta, 2013.

FACINA, Adriana. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

FARIA, Regina Helena Martins de. Escravos, livres pobres, índios e imigrantes estrangeiros nas representações das elites do Maranhão oitocentista. In: COSTA, Wagner Cabral da (Org.). **História do Maranhão**. São Luís: Edufma, 2004.

GRENOUILLEAU, Olivier. **A história da escravidão**. São Paulo: Boitempo, 2009.

HOBBSAWN, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOFBAUER, Andreas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Ed UNESP, 2006.

LINS, Ivan. **História do Positivismo no Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1964.

MAURICIO, Marlzenni Marrelli Matos. Raça e racismo no Brasil. Problemas teóricos e históricos. In: FERREIRA, Lorena de França; MAURICIO, Marlzenni Marrelli Matos; JESUS, Paulo Henrique de (Orgs.). **A pesquisa histórica e suas múltiplas abordagens**. Teresina: Cancioneiro, 2023.

_____. Racismo n'A carne. Uma análise concisa das representações dos personagens negros no romance de Júlio Ribeiro. In: **Espaço Acadêmico**. n. 228. mai./jun. de 2021.

_____. **Sob a insígnia da raça**. Ensaio sobre a concepção de nação e a representação do negro no romance naturalista *O mulato* de Aluísio Azevedo (1881). Porto Alegre: Casalettras; Mundo Acadêmico, 2020.

MÉRIAN, Jean-Yves. **Aluísio Azevedo**. Vida e obra (1857 – 1913). 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

MONTELLO, Josué. **Aluísio Azevedo e a polêmica de *O mulato***. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1975.

PACHECO, Ana. **Mulher negra**. Afetividade e solidão. Salvador: Edufba, 2013.

PESAVENTO, Sandra. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. Literatura, História e identidade nacional. In: **Revista Vidya**. v. 19. n. 33. Santa Maria: jan./jun. de 2000.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Do Livramento ao Cosme Velho. O Rio de Machado de Assis. In: **Ipotesi**. Revista de Estudos Literários. v. 2. n. 3. Juiz de Fora, [1998] 2018.

SANTOS, Gislene dos. **A invenção do "ser negro"**. Um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

SCHWARCZ, Lilia. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930). São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. In: **Anuário Antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

SIMON, Walter. Herbert Spencer e o "Organismo Social" «Herbert Spencer and the "Social Organism"». In: **Journal of the History of Ideas**. v. 21. n. 2. University of Pennsylvania Press: abr./jun. de 1960.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco**. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870 – 1930). São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. **O naturalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SOUZA, Ricardo Luiz de. O anticlericalismo na cultura brasileira. Da colônia à república. In: **Revista de Ciências Humanas**. n. 37. Florianópolis: Edufsc, abr. de 2005.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**. História Cultural e polemicas literárias no Brasil (1870 – 1914). São Paulo: Cia. das Letras, 1991.